



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 110

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de setembro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião:

1 - Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre “O funcionamento do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Usaram da palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Renata Correia Botelho (*PS*), os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Lúcio Rodrigues

(PS), Bruno Belo (PSD), Manuel Pereira (PS), Ricardo Cabral (PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

2 - Projeto de Resolução n.º 128/X – “Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidos na Região”,
apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Graça Silveira, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados António Toste Parreira (PS), Renato Cordeiro (PSD), Aníbal Pires (PCP), Paulo Estêvão (PPM), Duarte Moreira (PS), a Sra. Deputada Zuraida Soares (BE) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

3 - Proposta de Resolução n.º 14/X – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016”,
apresentada pela Mesa da Assembleia.

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/X – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*), participaram no debate a Sra. Zuraida Soares (BE) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (PCP) e José Ávila (PS), tendo o mesmo continuado no dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Bom dia, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar hoje a última sessão legislativa desta legislatura. Desejamos assim muito boa sorte a todos e vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum, declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

O nosso primeiro ponto da Agenda é a **sessão de perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda. Regem, nesta matéria, os artigos n.º 180.º e 181.º do

Regimento. O debate terá uma duração de três horas, tendo sido organizado pela Conferência de Líderes que definiu que cada grupo e representação parlamentar tem direito a fazer uma pergunta por cada um dos seis objetos que já foram, entretanto, distribuídos por todas as Sras. e Srs. Deputados. Para cada pergunta, dispõe de três minutos, sendo que, para responder, o Governo Regional dispõe de cinco minutos. Na interpretação, também, que esta Assembleia tem vindo a fazer do n.º 4, do artigo 181.º, apenas o proponente tem direito a réplica. Neste caso, pergunta tem três minutos e na réplica a resposta dura apenas três minutos também. Sendo assim, para iniciarmos este nosso primeiro ponto da Agenda tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Senhor Secretário Regional da Saúde, gostaria de começar por lhe dizer, que todas as perguntas que o Bloco de Esquerda vai fazer ao longo desta sessão, nenhuma delas é estratosférica, no sentido de que todas elas têm um nome próprio, um rosto, uma pessoa por trás de cada situação e também um contexto que é, várias ilhas da nossa Região Autónoma e que eventualmente, as situações e as circunstâncias poderão alargar para cada uma das nove.

O primeiro objeto é a fisioterapia, uma vez que uma anda ligada com a outra, e a pergunta que lhe quero colocar Sr. Secretário, é a seguinte: neste verão, foi publicado denúncia de um caso que envolveu um paciente da ilha do Pico, vítima de um AVC. Após tratamento no Hospital da Horta, foi-lhe prescrita fisioterapia, tendo sido posteriormente transferido para o Centro de Saúde de São Roque do Pico, pois é o único Centro de Saúde com serviço de fisioterapia na ilha. Porém, a fisioterapia

foi suspensa, devido à falta de técnicos por estarem de férias. Este défice de técnicos, apesar temporário, condicionou o acesso ao tratamento que havia sido prescrito a este utente, ao ponto de ignorarem as suas necessidades, evolução do problema médico subjacente e respetivo prognóstico. Por outras palavras, perante a falta de técnicos, a solução foi subvalorizar as necessidades do paciente suportadas pelo respetivo diagnóstico.

O Serviço Regional de Saúde é universal, mas não parece. Neste caso concreto, ficámos a saber que se a família tiver recursos financeiros, terá de recorrer às suas expensas ao serviço de fisioterapia ao domicílio ou caso contrário o paciente terá de arcar com as sequelas de um AVC.

Sabemos também que este caso foi resolvido, mas só após queixa pública e publicada de familiares deste paciente.

Ora, a garantia de um serviço público de saúde não pode depender de queixas, de denúncias, nem de resoluções casuísticas de problemas de acesso ao mesmo. Por isso lhe pergunto, Sr. Secretário Regional da Saúde, como pretende o senhor garantir que, mesmo em período de férias dos técnicos ou para o caso dos médicos também, tratamentos complementares tão importantes como aquele que referi, não deixem de ser dados aos respetivos pacientes como é o caso da fisioterapia?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Apesar da Sra. Deputada Zuraida Soares já o ter feito, eu relembro que este é o primeiro objeto sobre o tema fisioterapia e fisioterapia.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Tal como a Sra. Deputada Zuraida Soares fez, e agradeço-lhe na sua introdução a explicação do âmbito nestas suas questões, gostaria também, no fundo, de uma forma introdutória, dizer que o Governo Regional não se revê naquilo que foi a posição transmitida pela Sra. Deputada inicialmente de que estes casos são o paradigma, o normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Não são, são exatamente isso, situações em que o Serviço Regional de Saúde não deu a resposta adequada aos seus utentes e que merece o seu devido enquadramento, merece a sua devida investigação e correção.

É nesse sentido que temos vindo a trabalhar, identificando as diferentes situações em que o Serviço Regional de Saúde não dá resposta completa aos seus utentes, e sejamos honestos também nesta observação, nunca iremos ter um Serviço Regional de Saúde idílico a funcionar a 100%. Existirão, tal como em todas as outras áreas de atuação humana, erros que terão de ser corrigidos, situações em que teremos que melhorar, situações em que teremos que encontrar outras soluções para os nossos problemas, e é nesse sentido que temos vindo a trabalhar.

Essa situação do Pico, tal como a Sra. Deputada fez questão de explicar, foi devidamente corrigida e foi dada a resposta necessária ao utente, após a sua identificação.

É importante perceber que o Secretário Regional, o Secretário Regional do Governo Regional dos Açores, os Secretários Regionais dos Governos Regionais dos Açores, não autorizam, deixam de autorizar as férias dos funcionários, dos diferentes funcionários de cada departamento e também não têm responsabilidade sobre situações de baixa médica, de baixa por gravidez ou qualquer outro tipo de limitação por parte dos funcionários à

sua permanência no serviço. Temos sim, que garantir aquilo que é uma resposta alternativa, caso essas situações se verifiquem.

Devo dizer que a unidade de saúde da ilha do Pico, nesse caso concreto, e se é assim que pretenderemos falar dos casos concretos, mas também concordo que devem ser abordados de forma concreta, para não generalizar para o próprio funcionamento do Serviço Regional de Saúde, assim que identificou a situação, entrou em contacto com alguns fisioterapeutas da ilha no sentido de, através de uma prestação de serviços de início imediato, resolver essa situação.

É importante perceber que a avaliação inicial que foi feita pelos técnicos, foi no sentido de que a fisioterapia poderia ser feita dentro dos moldes inicialmente propostos, é isso que foi escrito no diário clínico da unidade de saúde da ilha do Pico, que eu tive oportunidade de ver após o nosso pedido de informação ao próprio conselho de administração.

Posteriormente, é que foi identificado por esses mesmos técnicos que teria que ser como maior frequência. No entanto, é importante perceber que a unidade de saúde de ilha do Pico não tem médico fisiatra, os médicos fisiatras são médicos de especialidades hospitalares e a avaliação desse utente foi feita pelo Hospital da Horta, que, no fundo delega na fisioterapia da unidade de saúde da ilha do Pico o tratamento do utente e é através dessa parceria, que tem que ser feita a reavaliação.

Como já lhe disse, temos vindo a acompanhar a situação no sentido de garantir que os utentes do Pico têm melhor resposta possível nesta área da fisioterapia, tendo em conta as limitações dos técnicos. Isso irá passar, Sra. Deputada, tal como já lhe expliquei, nesta fase pela prestação de serviços nas alturas em que há impedimentos dos técnicos residentes no

Pico, para executar o seu trabalho como temos, felizmente para a ilha do Pico, mais uma técnica com uma situação de gravidez. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto à Sra. Deputada se vai usar de réplica, portanto, tenha a palavra novamente a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Infelizmente, estes casos que nós vamos continuar a referir, casos concretos, como disse, não são propriamente uma exceção, são a regra.

Nós vamos falar de várias ilhas, Terceira, Santa Maria, São Miguel, Faial, Pico e, portanto, no mínimo, quatro de nove ilhas e só não falamos de mais porque não há tempo. O tempo não permite, o tempo regimental. Portanto, é verdade que estas situações existem, não nestas ilhas só, mas em todas as outras.

Depois, o Serviço Regional não é idílico. Pois não, Sr. Secretário Regional! Não é, nem tem que ser idílico, tem que dar é resposta às necessidades de acesso e ao direito de acesso dos utentes e deixe-me dizer-lhe que, se não é idílico agora, já foi mais do que aquilo que é, neste momento e, portanto, na avaliação do Bloco de Esquerda piorou, não melhorou.

Este caso foi corrigido, diz o Sr. Secretário e bem, pois foi, mas depois da pessoa em causa e a família deste paciente terem recorrido a variadíssimos serviços que o Sr. Secretário Regional tutela e não terem obtido uma única resposta. Durante semanas, não obtiveram uma única resposta e só quando a tornaram pública através da comunicação social, aí sim, é que ele foi resolvido. Isto está absolutamente errado Sr. Secretário Regional, esta forma de atuação. Por último, assim que identificaram a

situação, resolveram-na, não é verdade Sr. Secretário Regional? Tinham conhecimento dela muito antes, resolveram-na quando toda a gente nesta Região tomou conhecimento dela.

Entendi, pelas suas palavras, que situações como esta, nunca mais acontecerão na Região Autónoma dos Açores, porque o Sr. Secretário Regional já providenciou no sentido de que tal não se possa repetir em nenhuma das nossas nove ilhas. Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem um ponto de interrogação!

Presidente: É uma pergunta essa frase final?

Para responder dispõe de três minutos, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, não acredito que os casos que tem relativamente às outras quatro ilhas e que irá referenciar ao longo deste debate, sejam também, situações como a do utente do Pico.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: Ah, são outras situações, pronto, sim senhora. Então não estamos a generalizar para todas as ilhas que há problemas no acesso à fisioterapia. Pronto, muito bem, ficamos todos esclarecidos.

Há outros problemas que têm que ser abordados e resolvidos, pronto, muito bem, sim senhora. Agora, neste caso específico, não é uma situação generalizada a todas as ilhas. Há uma acessibilidade há fisioterapia em todas, com exceção de um utente na ilha do Pico que, por motivo muito concreto, não teve a sua resposta adequada e que nós tivemos que intervir para resolver essa situação.

É isso, Sra. Deputada, que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos anos, no Serviço Regional de Saúde e, principalmente, ao longo desta

última legislatura. Existe um maior escrutínio também por força daquilo que foi uma decisão do Governo Regional de uma maior transparência do acesso dos açorianos e daquilo que são os cuidados prestados pelo serviço de saúde aos açorianos, que temos vindo a assistir também ... Já acontecia no passado, mas com maior incidência à exposição pública de alguns casos em que as coisas não funcionam bem. Isto não é visto pelo Governo Regional, Sra. Deputada, como um problema enorme que tem de ser resolvido por uma incapacidade do Governo Regional em dar uma resposta concreta aos açorianos. Isto é visto pelo Governo como o apontar de situações específicas (infelizmente, estamos a falar de situações específicas) em que temos que intervir de uma forma mais direcionada para encontrar uma resposta adequada aos utentes.

Perguntou-me no final se o Governo Regional garante que, a partir de agora, não vai haver mais problemas na fisioterapia da ilha do Pico.

Sra. Deputada, se os três fisioterapeutas que trabalham na ilha do Pico, por algum motivo tiverem um problema de saúde, como temos agora uma fisioterapeuta grávida, ou tivermos outras situações em que impeçam que esses profissionais possam desempenhar o seu trabalho diário na ilha do Pico, e não tivermos ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Têm de ser substituídos!

O Orador: ... fisioterapeutas na ilha do Pico dispostos a trabalhar para nós em situação de prestação de serviços, obviamente, de uma forma transitória, podemos ter ali um problema que terá que ser resolvido com recurso ou à ilha do Faial, que dá apoio na área da fisioterapia à ilha do Pico, ou com contratação de alguns outros profissionais que não é de um dia para o outro que se está longe e aparecerem na ilha do Pico, mas que o

Governo, ser confrontado uma situação dessas, vai desenvolver todos os esforços possíveis para a resolver, vai.

Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Está agora inscrito o Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As alterações que se têm vindo a verificar no Sistema Regional de Saúde transformaram uma política de saúde regional numa política de cortes cegos nos meios financeiros e nas exportações de cuidados de saúde, o que se revelou ainda mais gravoso nas ilhas sem hospital.

A Portaria n.º 52/2014, de 30 de julho, que alterou a política de reembolsos, agravou ainda mais o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde.

Esta Portaria provocou uma discriminação sem precedentes no acesso à saúde, sendo o serviço da fisioterapia um dos serviços mais penalizados.

A fisioterapia é parte essencial do sistema de saúde. O serviço de fisioterapia público na ilha do Pico, como aqui já foi afirmado, caracteriza-se atualmente por ter apenas duas técnicas de fisioterapia para o universo de 15 mil habitantes.

Por ser um serviço que pode suspender aos fins-de-semana, ou até por não existir, se pura e simplesmente, se der a circunstância das duas técnicas estarem de férias em simultâneo, ou então, uma por ter metido férias e a outra por ter metido baixa médica.

O caso mais flagrante foi aquele aqui anunciado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, o do Manuel Tibério, um cidadão de 60 anos com AVC, mas podemos juntar o caso do José Norberto, o caso do Márcio Silveira e

tantos outros casos de mau atendimento do serviço público de fisioterapia na ilha do Pico.

Sr. Secretário, quem paga esta incompetência e esta irresponsabilidade são os pacientes que, em caso de necessidade extrema de acompanhamento diário inadiável têm de interromper aos fins-de-semana, ou esperar semanas, ou um mês para que as técnicas regressem ao serviço.

Este é o serviço público de fisioterapia que temos no Pico atualmente.

Qual é a alternativa? A privada. E até temos cinco clínicas privadas no Pico com oferta de uma dezena de técnicos, mas, neste caso, e porque não há nenhuma convenção formalizada com nenhuma destas clínicas, o utente se quiser recorrer a esse serviço privado tem de pensar se tem dinheiro para ser atendido, porque, neste caso, o reembolso com que pode contar é irrisório à luz da atual Portaria n.º 52.

Há aqui, claramente, um tratamento discriminatório inadmissível, Sr. Secretário. Por isso, pergunto-lhe, tem o Governo Regional noção de que por causa da escassez de recursos humanos na área da fisioterapia o serviço público de saúde na ilha do Pico, aos fins-de-semana e em períodos de férias das duas profissionais existentes no Centro de Saúde de São Roque, muitos utentes deixam de poder ser atendidos, sendo isso muito grave nos casos em que essa necessidade é permanente?

Segunda questão, já lá vão cinco meses sobre o caso de Manuel Tibério.

O que tem feito o Governo de lá até agora para colmatar esta carência de técnicos de fisioterapia no serviço público de saúde da ilha do Pico?

Se fez alguma coisa, diga-me quando fez, como fez e em que dimensão fez? Última questão: diga-me se foi feita ou não alguma tentativa de

estabelecimento de convenção com algumas das cinco clínicas privadas de fisioterapia da ilha do Pico.

É porque tenho conhecimento que, pelo menos, uma das clínicas privadas, em 28 de agosto de 2014 ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

Deputado Berto Messias (PS): Já devia ter terminar. É uma só pergunta!

O Orador: Já termino Sra. Presidente.

... solicitou à USIP informação sobre as condições do estabelecimento da convenção com o Serviço Regional de Saúde, e a resposta da USIP, com data de 6 de outubro de 2014 é que neste momento, esta unidade de saúde não pretende qualquer tipo de convenção no âmbito da fisioterapia.

Responda-me Sr. Secretário, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu alerto o Sr. Deputado Cláudio Lopes, mas também fica para os próximos que farão perguntas, de que, é uma pergunta por objeto e, naturalmente, apesar de ser sempre sobre o mesmo tema, o Sr. Deputado Cláudio Lopes claramente fez três perguntas distintas, nomeadamente esta da convenção é totalmente distinta da primeira, portanto, queria alertar de que é uma pergunta por objeto.

Sr. Secretário Regional, para responder, dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do Sr. Deputado Cláudio Lopes ter feito várias considerações e de ter tecido várias considerações sobre o funcionamento normal, mau funcionamento, na sua perspetiva, do Serviço Regional de Saúde, irei cingir-me, por uma questão procedimental, àquilo que são as respostas específicas deste objeto que nós estamos agora aqui a discutir,

para não extravasar o âmbito do mesmo e não quebrar as regras que são normais aqui da Assembleia.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Peço desculpa!

O Orador: Relativamente à questão que foi colocada sobre as convenções das clínicas privadas no Pico, Sr. Deputado Cláudio Lopes, devo dizer-lhe que, neste momento, as clínicas privadas do Pico não fazem convenção com o Serviço Regional de Saúde, porque não querem.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Como é que explica isso?

O Orador: Existe uma convenção aberta (existe uma convenção aberta!) neste momento, no Hospital da Horta para medicina física e reabilitação.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Como é que explica a resposta da USIP?

O Orador: A USI do Pico não irá fazer qualquer convenção com as clínicas privadas porque não é o âmbito de prestação de cuidados de uma unidade de saúde de cuidados primários.

A prestação de cuidados de medicina física e reabilitação é do âmbito hospitalar e são os três hospitais da Região que têm que resolver os problemas, se os tiverem, de resposta aos utentes de fisioterapia ou de fisioterapia e abrir as convenções.

O Hospital da Horta tem uma convenção aberta, Sr. Deputado, as clínicas do Pico, tal como existem clínicas no Faial que já o fizeram e devemos talvez lembrar que o Hospital da Horta, que serve a Ilha do Pico e serve também a ilha das Flores e do Corvo, tem uma convenção aberta à qual já aderiram duas clínicas e continua aberta e que poderá ser, se caso as clínicas assim o considerem, uma alternativa aos utentes também da ilha do Pico, por isso, não há qualquer limitação por parte do Governo

Regional, ou por parte da unidade de saúde da ilha do Pico, ou do conselho de administração do Hospital da Horta, nesse sentido.

É preciso é que as clínicas aceitem, tal como todas as outras já aceitaram, quer em São Miguel, quer aqui na Horta, as condições que são propostas. Aceitando essas condições, poderão prestar os seus atos de fisioterapia.

Há aqui um aspeto, no entanto Sr. Deputado, que gostaria de talvez corrigi-lo. Tem a ver com a falta de prestação de cuidados de fisioterapia ao fim-de-semana.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, admito porque não é da área, mas deveria saber já que quis falar sobre o assunto, que os cuidados de fisioterapia aos utentes em ambulatório não são prestados ao fim-de-semana. Os cuidados de fisioterapia aos utentes em ambulatório são prestados de segunda a sexta-feira. Nas situações em que o doente precisa de cuidados de fisioterapia também ao fim-de-semana, são situações em que são feitas através do internamento e não através do ambulatório, por isso, Sr. Deputado, é falso, é errado e é conduzir a erro as pessoas dizer que há falta de cuidados de fisioterapia aos utentes do Pico durante o fim-de-semana.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Ah, é falso?! Ainda havemos de ter oportunidade de conversar sobre isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Próximo inscrito é o Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós já aqui discutimos por variadíssimas vezes a questão da saúde, a questão do Serviço Regional de Saúde e também neste objeto, na questão da fisioterapia e da fisioterapia, sendo esta também uma matéria relevante e

estando os partidos da oposição no seu legítimo direito à oposição e à utilização desta figura regimental como bem entendem e tendo em conta também as afirmações da Sra. Deputada Zuraida Soares dizendo que em todos os objetos vai referir casos específicos e concretos de exemplos que aconteceram, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a pergunta é?

O Orador: ... parece-me que, e o Partido Socialista não se revê nessa perspetiva, julgo que não nos parece bem que se confunda, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a pergunta é?

O Orador: ... ou que se tente confundir “a árvore com a floresta” e, por isso, nós não nos revemos na afirmação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a pergunta?

O Orador: ... e no introito que a Sra. Deputada Zuraida Soares faz quando diz que, infelizmente, na sua opinião, e na sua perspetiva, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a pergunta?

O Orador: ... a regra tem sido casos negativos e a exceção, casos positivos. Isso não nos parece de todo verdade. Infelizmente, há situações que têm que ser melhoradas, que têm que ser resolvidas, também no caso da fisioterapia e da fisioterapia, mas, felizmente, nós temos hoje um bom Serviço Regional de Saúde que acolhe à esmagadora maioria das situações que lhe são colocadas e não nos revemos nesse tipo de referência e também não nos revemos, permita-me Sr. Deputado Cláudio Lopes, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a pergunta?

O Orador: ... dizer que a reforma do Serviço Regional de Saúde foi feita para impor cortes cegos e para cortar financiamento. Não é verdade!

Aliás, basta olhar para os números ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma alegria!

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma interpelação, Sra. Presidente!

O Orador: ... e ver que o Governo dos Açores tem reforçado as transferências para o Serviço Regional de Saúde e no âmbito da fisioterapia e da fisioterapia, o Governo também fez, Sr. Secretário, permita-me recordar também aos colegas, que julgo que o Governo teve um comportamento padrão naquilo que tem feito no âmbito da reforma do Serviço Regional de Saúde que é um permanente diálogo, a permanente parceria com os açorianos das reformas que apresenta também neste tipo de serviços, com os profissionais do setor, todos os partidos receberam, com certeza profissionais do setor, fisioterapeutas, donos de clínicas que na altura queriam esclarecimentos sobre as alterações ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a pergunta?

O Orador: ... à portaria proposta pelo Governo e julgo que o diálogo permanente e a vontade de esclarecer e de alterar ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que fazer a pergunta.

O Orador: ... e de explicar convenientemente aquilo foi sendo alterado no âmbito da fisioterapia e da fisioterapia no Serviço Regional de Saúde, parece-me bem evidente e é algo que me parece, tendo em conta o setor que está em causa, fundamental relevar.

Nesta matéria e neste objeto, e no âmbito de todo o debate público e de tudo aquilo que foi feito e noticiado ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, e a pergunta?

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem que fazer a pergunta.

O Orador: É isso que vou fazer. Estou a fazer um introito à pergunta, Sra. Presidente.

Presidente: Mas é que o seu tempo já terminou.

O Orador: Aquilo que foi noticiado foi no âmbito de fisioterapia da fisioterapia alguns casos públicos, até alguns deles promovidos, explicados e referidos por vários partidos da oposição, que é o tratamento a dar aos doentes crónicos e àqueles que precisam e carecem de tratamentos crónicos no âmbito da reabilitação e da fisioterapia e, no âmbito deste objeto, aquilo que eu pergunto ao Sr. Secretário é: tendo em conta o novo regime e as reformas que foram feitas o que é se alterou para os utentes com tratamentos crónicos de fisioterapia?

Obrigado Sr. Secretário.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim senhor! Muito assertiva, muito importante! Grande pergunta por parte do Partido Socialista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário para responder, a Sra. Deputada Zuraída Soares pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias, pela parte do Bloco de Esquerda, é muito bem-vindo ao debate, tem toda a legitimidade dizer o que muito bem entender, agora, vamos ver se nos entendemos quanto às regras regimentais deste tipo de debate. Aquilo que ficou claro é que as perguntas são dirigidas ao Sr. Secretário Regional da Saúde, porque são perguntas sobre a saúde, sem mais, digamos, introitos.

Se nós aproveitamos a pergunta para responder a um Deputado de uma bancada, para responder a um Deputado de outra bancada, então, Sra. Presidente, vamos jogar o jogo assim, mas é igual para todos, não há exceção nenhuma e, portanto, com todo o respeito pela intervenção do Sr.

Deputado Berto Messias, pareceu-me que do ponto de vista regimental a sua intervenção foi muito além daquilo que as regras permitem neste tipo de figura de perguntas orais.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, a Mesa, como é habitual e em todos os debates desta natureza, tem permitido que o enquadramento inicial à pergunta seja feito dentro de determinadas regras. Naturalmente, os Deputados não podem questionar Deputados de outras bancadas, mas não foi o que aconteceu, foram tecidas considerações, como também todos os outros o fizeram na parte inicial da sua pergunta.

Quando a Mesa entender que efetivamente se está a interpelar diretamente um colega, naturalmente fará a advertência devida. De qualquer forma fica registada a sua interpelação.

Agora sim para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, de uma forma muito concreta, à sua questão. Quando chegámos ao Governo os tratamentos crónicos de fisioterapia eram efetuados, a maior parte das situações, pela tabela de reembolsos, ou seja, na inexistência de convencionados, os utentes tinham que despende o dinheiro do seu tratamento ao longo do mês e pagar esses tratamentos ao prestador de cuidados para que depois fossem até ao centro de saúde, aos gabinetes de reembolsos, fazer o reembolso desse tratamento.

Aquilo que nós fizemos, que o Governo fez sobre essa matéria, foi tentar desburocratizar esse funcionamento, ir logo de encontro aquilo que eram as reais necessidades dos utentes e foram estabelecidas convenções de fisioterapia para que os utentes, nas situações em que o Serviço Regional

de Saúde não consegue dar resposta em tempo devido aos utentes, pudessem da mesma forma que teriam direito a esse tratamento no hospital, ter acesso a esse tratamento numa entidade convencionada, sem pagar por essa prestação de serviços, ou seja, de uma situação em que os utentes tinham que pagar à cabeça os seus tratamentos e, posteriormente, ir levantar os reembolsos, temos agora uma situação em que os utentes são tratados da mesma forma que seriam tratados no hospital, ou seja, não pagam os seus tratamentos, mesmo nas unidades convencionadas e isso, parece-me, que ao contrário daquilo que pode ser afirmado pelos partidos de oposição sobre essa matéria, é uma clara mais-valia para os utentes açorianos e um incremento de resposta para esses utentes.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Talvez para não “confundir a árvore da floresta” vou fazer uma pergunta, digamos, para a floresta, que é para não haver problemas.

Deputado Berto Messias (PS): Veja lá!

O Orador: Não, não, não!

Mas, antes disso, queria fazer aqui uma pequena consideração exatamente sobre esta questão que estamos a discutir sobre, neste caso, a fisioterapia e a fisioterapia, mas nesta perspetiva.

Aliás, já há aqui alguns dados interessantes, há duas técnicas no Pico e cinco clínicas privadas. Portanto, eu posso concluir que não se dota ao

serviço público de profissionais necessários, opção que não é de todo inocente, Sr. Secretário. Pelo contrário, faz parte de uma estratégia de desmantelamento do Serviço Regional de Saúde para abrir caminho à atividade privada, mas sempre sustentada pelo erário público, aliás, na senda do que tem vindo a ser feito pelos Governos da República.

Eu gostava de saber, Sr. Secretário Regional, qual é o rácio de fisiatras e fisioterapeutas por habitante e se esse rácio é, segundo a Secretaria Regional da Saúde, adequada para dar resposta a uma Região com as características como os Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Aníbal Pires, antes de ir diretamente à resposta da questão que me colocou, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Pode ser a árvore! Não precisa ir à floresta!

O Orador: ... talvez fazer uma consideração também breve sobre esta questão do público versus privado.

Ao contrário daquilo que o Sr. Deputado quis insinuar, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não insinuei, é um facto!

O Orador: ... e basta para isso estar atento, basta para isso estar atento à comunicação regional, à comunicação social regional, o Governo Regional dos Açores tem vindo a pôr os pontos nos *iis* relativamente a esta matéria da interação entre o público e o privado, e tem vindo a fazê-lo em todas as áreas e parece-me que uma das áreas onde houve maior

intervenção, necessidade de maior intervenção, foi exatamente nesta área da fisioterapia e da fisioterapia, porque o paradigma era exatamente esse que o Sr. Deputado acabou de referir. Existiam muito mais prestadores privados do que prestadores públicos sobre essa matéria, e aquilo que temos vindo a trabalhar com todas as unidades de saúde nesta área muito específica é contratar os profissionais para as unidades no sentido de dar resposta, dar a resposta, que os açorianos merecem e que os açorianos obrigatoriamente têm de ter dentro do seu serviço público, deixando à iniciativa privada, aquilo que é a opção do tratamento por parte do açoriano e não uma obrigatoriedade de ter que recorrer à privada, sobre essa matéria.

Não quer dizer que em algumas situações, como nesta questão dos convencionados, não os escorramos das entidades privadas para poder complementar a resposta do público, mas essas convenções como deve saber, são muito balizadas naquilo que é o âmbito de tratamento e naquilo que são os montantes despendidos para a própria contratualização, por isso, Sr. Deputado, se me permite, talvez tirasse exatamente a conclusão contrária àquela que o Sr. Deputado tirou que é, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cinco clínicas, dois funcionários!

O Orador: ... ao contrário daquilo que acontece na República, aquilo que estamos cá a fazer é dotar o serviço público de saúde das condições para prestar um bom serviço.

Relativamente aos rácios de fisioterapeutas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça favor!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente aos rácios de fisioterapeutas e fisiatras, devo dizer, que se nós tivermos em consideração os rácios, nós estaríamos devidamente apetrechados na

Região Autónoma dos Açores sobre essa matéria. O problema é a dispersão geográfica que temos nas nove ilhas e que condicionam e que nos dizem que não é possível olhar apenas para os rácios da Região, temos que olhar para rácios ilha a ilha e não os rácios regionais, porque eu não posso ter um fisioterapeuta e meio, não consigo ter meio fisioterapeuta, por exemplo, no Corvo e, por isso, aquilo que temos que ter em consideração em cada uma das unidades, aquilo que irá a acontecer em cada uma das unidades, é um número superior a esses rácios para que isso seja salvaguardado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é isso que se verifica?

O Orador: É dentro dessa perspetiva Sr. Deputado, por exemplo, que temos vindo a abrir concurso dentro desta área. Devo-lhe dizer que desde que foram introduzidas estas alterações de convenções e reembolsos no Serviço Regional de Saúde foram já contratados, abertos os concursos, mais dois fisiatras e para mais oito técnicos de fisioterapia, ou seja, é falsa a ideia de que estamos a deixar tudo para os privados, senão nós não estaríamos a contratar para o próprio sistema público, ou seja, essas contratações são feitas, são as suficientes para já.

Sr. Deputado, se tivermos em consideração algumas situações como estas da maternidade e de algumas baixas, principalmente alguns fisioterapeutas com mais idade, que em algumas ilhas tem estado de baixa prolongada, obviamente, não será. Agora que nessas situações pontuais nós iremos nos socorrer de outros mecanismos para poder contratar as pessoas, iremos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

O próximo inscrito para uma pergunta é o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Verifiquei que o Governo, através da declaração pública, informou que pretende autorizar a abertura do processo concursal para a admissão de um fisioterapeuta para a unidade de saúde da ilha do Corvo.

Bem, eu quero relembrar os antecedentes desta questão e a verdade é esta. Em 2012, também foi, também se abriu um processo concursal para a contratação de um fisioterapeuta na ilha do Corvo, para a unidade de saúde da ilha do Corvo. O que aconteceu foi que quando saíram os resultados desse concurso, o concurso foi anulado. O concurso foi anulado!

Pronto, e eu perguntei através de requerimento, o que é que fundamentava a anulação desse concurso.

Na altura, foi-me dada uma resposta que era de acordo com um despacho do então Secretário da Saúde e eu então pedi cópia do despacho, pedi cópia do despacho e o que aconteceu foi que a resposta foi que esse despacho não existia, porque era um despacho verbal. Um despacho meramente verbal!

Foi a resposta que foi dada ao requerimento.

Ora, tudo isto revela uma enorme arbitrariedade em relação a este processo, por não dizer, ilegalidade.

Depois, a seguir, temos a contratação, de facto, do fisioterapeuta com recibo verde. Mas entretanto, ao longo deste percurso, ao longo deste percurso, procedeu-se à não renovação dos serviços do fisioterapeuta e ao longo destes meses todos temos estado sem o desempenho deste profissional.

Passados três anos o Governo regressa à carga, abre um novo processo concursal, espero que desta vez não anule o concurso por uma ordem verbal se entretanto, quando sair a respetiva ordenação dos candidatos.

O que eu quero aqui referenciar também, e testemunhar até porque eu fui utente deste serviço, é que este serviço também não tem qualquer tipo de equipamento, ou seja, o fisioterapeuta não conta com equipamento de qualidade, um equipamento absolutamente rudimentar. Um equipamento absolutamente rudimentar!

Se calhar, durante estes três anos em que o processo esteve paralisado por uma ordem verbal, o Governo planificou a aquisição do equipamento necessário para que o serviço funcione em condições.

Presidente: Sr. Deputado, tem que ...

O Orador: Por isso a pergunta é Sr. Secretário se de facto foi isto que sucedeu?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário, para responder.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e restantes Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu obviamente, não vou aqui visitar toda a história e dizer claramente, de uma forma concreta, que tem razão ou não tem razão naquilo que expôs.

Aquilo que lhe posso dizer é que a perceção que eu tenho sobre esse processo desde que entrei para o Governo.

Efetivamente, quando entramos para o Governo, esse concurso tinha sido anulado. Aquilo que percebi da análise que fiz do processo, é que o concurso teria sido aberto na unidade de saúde da ilha das Flores, enquanto a unidade de saúde da ilha do Corvo ainda estava adstrita a essa

unidade e que com a criação de unidade de saúde da ilha do Corvo havia uma necessidade que o quadro fosse de unidade de saúde do Corvo e não da unidade de saúde das Flores, pelo menos foi esse o enquadramento que me foi dado relativamente a esse despacho, sem tecermos aqui qualquer consideração adicional sobre a mesma.

Foi efetuada, com a minha chegada ao Governo, uma prestação de serviços para um fisioterapeuta na unidade de saúde de ilha do Corvo. Essa prestação de serviços garantiu o funcionamento do serviço ao longo de algum tempo. Por decisão ... E é importante que se note e que isto seja dito exatamente desta forma para que não se criem aqui falsas expectativas sobre essa matéria para que também cada, no fundo, agente de administração pública tenha a sua devida responsabilidade sobre essa matéria.

O Secretário Regional não determina que o concurso vai abrir no dia x ou y , nem é o Secretário Regional da Saúde, ou qualquer Secretário, que determina que unidade de saúde de ilha vai ou não fazer aquele concurso com aquele determinado júri.

O Secretário Regional, e o que o Governo Regional fez aquando da última visita estatutária ao Corvo, às Flores e Corvo, foi determinar, autorizar a contratação do fisioterapeuta por determinação do próprio conselho de administração da unidade de saúde de ilha que, vendo necessidade nesse serviço, decidiu (vai desenvolver os trâmites necessários à contratação) pela contratação e vai desenvolver os trâmites necessários à contratação do fisioterapeuta.

Por isso, aquilo que lhe posso dizer de uma forma muito concreta. O serviço teve a ser prestado na unidade de saúde da ilha do Corvo ao longo destes anos por prestação de serviços. Agora, esta prestação de serviços

não foi renovada, isso foi questionado na unidade de saúde de ilha. A unidade de saúde de ilha disse-nos que iria fazer um lançamento de um concurso público e é dentro desse âmbito que a Secretaria e o Governo autorizou a abertura desse concurso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para?

A réplica cabe apenas ao requerente, portanto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por acaso esta regra está mal feita!

A Oradora: ... ao proponente, neste caso é a Sra. Deputada Zuraida Soares.

É o entendimento que se tem feito nestes debates.

A última, ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Só para referenciar junto da Mesa, que irei chegar a uma transcrição da minha pergunta em que realmente a pergunta não foi respondida, porque a questão era se entretanto em relação aos equipamentos que são necessários na ilha do Corvo se esses equipamentos foram ou não disponibilizados. Portanto, a pergunta era essa.

Presidente: Ficará registada a sua interpelação e depois do Diário estar transcrito será disponibilizado.

A última pergunta sobre este objeto cabe ao CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Sr. Secretário da Saúde, a pergunta é muito simples, naturalmente.

Decorre das alterações que o senhor fez ao sistema de reembolsos e decorre naturalmente de uma situação de uma política de austeridade que este Governo socialista dos Açores impôs aos açorianos e na saúde impedindo-lhes o acesso para serem devidamente tratados.

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata!

O Orador: E para serem devidamente tratados, por exemplo, para quem tem filhos que necessitem da terapia da fala.

Como o senhor sabe as pessoas são incrivelmente limitadas, tem direito a uma sessão e o Sr. Secretário argumenta que o Serviço Regional de Saúde dá resposta. Portanto, sem mais delongas e desta austeridade que os senhores impõem, deste impedir que os açorianos tenham o tratamento, que as crianças tenham o desenvolvimento escolar devido ao rendimento escolar que necessitem por terem problemas da fala, por os pais não poderem pagar (e muitos não podem), eu gostaria que o Sr. Secretário me dissesse quais são as opções que tem e gostaria que me dissesse, em cada centro de saúde dos Açores, quantos terapeutas da fala tem nos seus quadros?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sobre essa questão da terapia da fala, e presumo do enquadramento que o Sr. Deputado faz da fisioterapia e fisioterapia fora do objeto um pouco mais

alargado, acho que percebo esse enquadramento, e respondendo diretamente à sua questão, Sr. Deputado, é importante nós percebermos que, as alterações que foram introduzidas nestas portarias das convenções e dos reembolsos visavam, de uma forma muito clara, diferenciar aquilo que eram utilizações pontuais nalguns serviços e aquilo que eram necessidades crónicas por parte dos utentes desses mesmos serviços, ou seja, não podíamos ter tudo misturado, em que os utentes se socorriam dos reembolsos, tal como já tive oportunidade de explicar na primeira intervenção que fiz sobre essa matéria, e que tinham que pagar os doentes com necessidades crónicas que se socorriam dos serviços, pagavam esses serviços e depois tinham que ir aos reembolsos reaver o dinheiro despendido nesses serviços.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em São Miguel ainda é assim!

O Orador: Ao contrário daquilo que eram utilizações pontuais, uma necessidade pontual. Este mês preciso, uma situação de fisioterapia, para uma lombalgia, faço tratamento, pago o tratamento, e vou ao centro de saúde, mas é uma situação pontual.

No âmbito da fisioterapia, tal como já tive oportunidade de explicar inicialmente, nós identificamos várias situações, isso foi alvo de uma grande comunicação, através dos órgãos de comunicação social, situações pontuais em que os utentes com necessidades crónicas eram recorrentemente submetidos a esse sistema dos reembolsos.

E a decisão, a decisão não, a orientação que foi dada nessa altura foi, ...

O sistema foi mudado de forma a que essas pessoas possam beneficiar de um sistema mais justo em que não têm que pagar inicialmente pelos seus tratamentos e, por isso, o hospital tem de dar resposta e se o hospital não der resposta o convencional tem que fazer convenções para que o

convencional dê resposta e é isso que tem acontecido relativamente a essas situações, ou seja, nas situações em que há uma necessidade de terapia da fala, e é importante e eu já chego lá à resposta à pergunta de que é quais são as alternativas que estas pessoas têm, nas situações em que é detetada uma necessidade através do sistema de saúde, esse sistema de saúde encaminha o utente para o hospital e é dentro do Serviço de Medicina Física e Reabilitação que esse enquadramento é feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acho que é enquadrável!

O Orador: Eu sei que é assim que tem funcionado, até por experiência própria, que esse encaminhamento está a ser feito dessa forma.

Há outras situações, quer de diagnóstico no sistema educativo, quer de diagnóstico em outras situações da Segurança Social, através das equipas de intervenção precoce, ou através de equipas de proteção aos jovens e menores em que há respostas alternativas a essas situações.

Existe, por exemplo, um subsídio da Segurança Social para o acompanhamento dessas crianças, existem, como sabem, várias clínicas, quer na ilha de São Miguel, quer na ilha Terceira, quer na ilha do Faial, em que há também essa resposta para os utentes que são encaminhados pelo sistema educativo para a Segurança Social e através da Segurança Social obtêm essa resposta, ou seja, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... isto não é uma situação, nas situações de educação específica do sistema de saúde e há um encaminhamento para o sistema de saúde quando isso é necessário, mas existem outras respostas alternativas principalmente na componente educativa.

Aquilo que tem que ser previsto, Sr. Deputado, é que todos os utentes tenham acesso, independentemente de terem dinheiro ou não terem dinheiro, e é exatamente assim ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Recebeu uma chamadinha! Pergunte aos serviços!

O Orador: ... que o sistema agora está desenhado, que é, se é uma situação crónica há um encaminhamento; se é uma situação pontual, como uma necessidade pontual, aí há um reembolso.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos? Não respondeu à pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos assim o primeiro ...

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para? Pede a palavra para?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa.

Fui acusado de fazer duas perguntas. O Sr. Secretário não respondeu a nenhuma, o que é absolutamente extraordinário, portanto, o Sr. Secretário não respondeu à minha pergunta.

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Como eu ia a dizer, concluimos o primeiro objeto desta sessão de perguntas. Vamos avançar para o segundo, que se refere a participações.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, para anunciar que o Bloco de Esquerda vai prescindir do segundo objeto, participações e

passará, portanto, para o terceiro, que é a burocracia no Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Entramos assim no terceiro objeto que se refere à burocracia no Serviço Regional de Saúde.

Para formular a primeira pergunta, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, antes de mais aproveitar a latitude da intervenção neste debate para tecer duas considerações antes de ir à pergunta sobre este objeto.

Uma é que o Sr. Secretário Regional da Saúde não tem respondido às perguntas que lhe têm sido feitas, nomeadamente eu fiquei à espera da resposta a duas feitas por intervenientes diferentes, uma o rácio de fisioterapeutas na Região, na sua totalidade não respondeu, outra o rácio de terapeutas da fala na Região também não respondeu.

Seria bom, é um pedido que lhe faço Sr. Secretário, na realidade, que respondesse às perguntas, porque é importante saber a sua resposta.

E também aproveitando o público e o privado que veio aqui à coação neste debate não posso deixar de trazer também para dentro desta Casa todos os técnicos que trabalhando em variadíssimas clínicas privadas, porque estas não recebem o pagamento a que têm direito atempadamente veem os seus salários sonegados e estão meses sem o receber.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, Sr. Deputada!

A Oradora: A última vez que algumas clínicas, os técnicos receberam já vai em três meses e agora passaria à burocracia no Serviço Regional de Saúde.

Desta vez vamos para Santa Maria, Sr. Secretário Regional, e a questão é a seguinte: um doente chegou às urgências no centro de saúde no dia 8, no dia 8 de setembro (estamos a falar em 8 de setembro), é um doente oncológico e o seu estado agravou-se, ou tinha-se agravado nos últimos dias. Na altura fizeram algumas análises e entenderam que este doente devia ser enviado para as urgências de Ponta Delgada, mas como este mesmo doente já tinha viagem marcada no voo da noite da SATA para dia 9 mantiveram-no na unidade de saúde naquele dia para ele partir no dia 9 onde já tinha a viagem marcada.

Porquê? Não sei.

A seguir, de acordo com os médicos, o doente devia fazer a viagem preferencialmente no dia 8, mas porque só tinha viagem marcada no dia 9, acompanhado durante o voo pela enfermeira, porque era aconselhável, poderia acontecer alguma coisa.

Ora, a SATA, informou a unidade de saúde que não havia lugares disponíveis para a deslocação da enfermeira. Então, este mesmo doente, seguiu viagem, acompanhado do filho (é extraordinário que não haja um lugar para uma enfermeira, mas depois haja lugar para o filho do senhor, não sei se algum deles pagará viagem e o bilhete), mas o melhor da história é quando o filho entra com o senhor dentro do avião havia variadíssimos lugares vagos e ainda se levantou oficialmente a hipótese de ir à ilha o Aviocar, buscar o doente em causa, mas chegou-se à conclusão que era uma decisão demasiado dispendiosa. A pergunta que eu lhe faço, face a este caso concreto, surreal Sr. Secretário Regional da Saúde, convenha, surreal e que o senhor dirá que só se passou em Santa Maria, não é verdade, ...

Presidente: Agradecia que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... há outros passados noutras ilhas, exatamente com os mesmos contornos.

A pergunta direta que lhe faço é a seguinte, quem é que, afinal, decide numa situação como esta?

É, digamos, a burocracia que decide?

É o espírito economicista que decide para poupar dinheiro, ou é, acima de tudo, a necessidade objetiva do doente, a saúde do doente, a urgência do doente, que não pode ficar de dia 8 para dia 9 só porque é esse o dia em que tem a viagem marcada e que, em vez de ir com uma enfermeira, não vai com enfermeira nenhuma e depois vai com o filho, que afinal, encontra uma quantidade de lugares vagos?

Se isto não é uma absoluta desorganização, Sr. Secretário Regional, eu não sei o que é uma desorganização. O pior é que no meio dela estão pessoas e algumas delas em risco de vida, como o senhor bem sabe.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já vem sendo habitual nestes perguntas, há sempre uma pequena introdução que foge um pouco ao tema da questão e que, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas fugiu a todos!

O Orador: ... se me permitem, também irei utilizar da mesma prerrogativa, exatamente para lhe responder de uma forma direta aquilo que foi aqui uma questão que foi levantada e que lhe devo dizer que desconheço, que é relativamente aos pagamentos dos técnicos nas unidades privadas de saúde.

Caso exista uma situação, lamento que a Sra. Deputada tenha guardado essa informação para utilizar na forma pomposa aqui no plenário e não tenha feito chegar essa informação, quer à Secretaria Regional de Saúde, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... a Sra. Deputada tem o meu contacto pessoal ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e poderá relatar algumas dessas situações diretamente (e poderá relatar uma dessas situações diretamente) e, como sabe, e como já foi feito no passado, terei todo o gosto em responder e em tentar resolver essas situações.

Agora, tenho pena se guardem essas situações para vir aqui a plenário fazer um floreado sobre elas, não tentando resolver diretamente essas situações e logo de imediato.

Respondendo à questão que foi formulada pela Sra. Deputada e para que não seja acusado mais uma vez, e peço desculpa ao Sr. Deputado Artur Lima há pouco, esqueci-me da segunda ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai responder agora!

O Orador: Porque não foram feitas apenas uma questão, foram feitas duas questões, respondi à primeira, e não lhe respondi à segunda, mas pronto, reconheço esse meu lapso e terei oportunidade de responder devidamente.

Agora, respondendo para que não hajam dúvidas sobre essa matéria.

Quem decide, quem decide é o médico que está com o doente à frente. São decisões clínicas, Sra. Deputada, são decisões clínicas no qual o Secretário Regional da Saúde, independentemente de ser médico ou não, ou o Serviço Regional de Saúde não pode interferir.

Se eu tenho um médico que me diz que precisa de evacuar um doente, esse doente é evacuado.

Se eu tenho um médico que me diz que o doente pode esperar, em vez de ser evacuado às quatro da tarde pelo avião da noite, ou pelo avião do dia seguinte, é uma decisão própria desse médico.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não sou eu, como Secretário Regional da Saúde que vou interferir nessa decisão, Sra. Deputada, até porque se houver algum problema, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista científico, quem irá responder em tribunal sobre essa matéria é o médico, porque foi ele que tomou essa decisão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Às vezes não só!

O Orador: Não há qualquer limitação. Não há qualquer limitação por parte do Serviço Regional de Saúde à utilização, quer dos meios da Força Aérea, quer dos meios de evacuação da SATA.

Deputada Zuraída Soares (BE): E a requisição do médico?

O Orador: Sra. Deputada, mais uma vez, se nessas situações me tivesse chegado uma informação sobre isso teria todo o gosto em interrogar a unidade de saúde de ilha atempadamente para lhe dizer aqui, hoje, que não foi por este, por este, ou por aquele motivo, ou como é que a situação se passou.

Agora, não pode é guardar os casos para vir aqui apresentá-los em plenário como se fosse algo que ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Posso e devo!

O Orador: Pronto, pode fazê-lo, deve fazê-lo, quer fazê-lo.

Agora, não fique à espera que eu tenha aqui a resposta debaixo mesa para a sua pergunta, porque eu noto uma certa, uma certa malignidade na

forma com que o faz, porque, sim senhor, tem as questões preparadas, poderia ter-me feito chegar as questões para poder lhe dar a resposta, como num ambiente democrático assim o exigia e, ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Certo, mas é uma escolha sua. É uma escolha sua não me ter perguntado antecipadamente para eu poder responder também de acordo com aquilo que são as informações da unidade de saúde da ilha de Santa Maria. Agora, no entanto, tomei nota dessa situação, irei interrogar a unidade de saúde da ilha de Santa Maria sobre essa matéria e terei também o gosto de lhe transmitir pessoalmente aquilo que a leitura, quer do médico, quer do próprio Conselho de Administração da unidade de saúde da ilha de Santa Maria.

Agora, não há interferência por parte do Serviço Regional de Saúde, ou da Secretaria na decisão de um médico evacuar ou não evacuar da ilha.

Que muitas vezes há discussões entre os clínicos, os três médicos envolvidos, o médico que tem o doente à frente, o médico que vai receber o doente, o médico do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores sobre a pertinência ou não da evacuação, isso são questões técnicas que são discutidas entre esses três clínicos e que do consenso dos três sai a decisão concreta para essa matéria, mas isso são questões meramente clínicas que são de pura responsabilidade dos médicos envolvidos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para a réplica, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, eu tenho que chegar a uma conclusão. O senhor desconhece demasiadas coisas que se passam nesta Região no âmbito da sua pasta e da sua área, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de estar mais atento!

A Oradora: ... e portanto, os seus serviços, não é o Sr. Secretário, que não tem o dom da ubiquidade, mas os seus serviços têm que funcionar de uma maneira diferente e, já agora, deixe-me dizer-lhe que a direção, a Inspeção Regional da Saúde e Inspeção Regional do Trabalho têm obrigações muito precisas e objetivas também na sua área e se o senhor não tem o dom da ubiquidade, estas entidades têm obrigação de saber o que é que se passa dentro dos locais que o senhor tutela, portanto, este desconhecimento é demasiado.

Lembrar-lhe, pelo menos que, a lei de espões foi chumbada pelo Tribunal Constitucional. Embora o PS, o PSD e o CDS a tenham aprovado, o Tribunal Constitucional chumbou-a, porque achou que ela atentava contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e, portanto, Sr. Secretário Regional, não é o Bloco de Esquerda que tem que lhe falar dos casos que existem, é o Bloco de Esquerda que tem que questionar sobre essas situações e o senhor à partida tem que ter o máximo conhecimento delas, não direi de todas, mas, pelo menos da maior parte.

Finalmente, dizer-lhe que as decisões tomadas pelo corpo clínico, pelos médicos, não estão postas em causa. A pergunta que eu fiz, foi, porque é que a enfermeira tinha que ir e a SATA disse que não podia ir e, afinal, havia lugares, porque é que a enfermeira não pôde ir, mas, afinal, o filho

pôde ir e porque é que havia um Aviocar que, afinal, não foi porque era demasiado caro, demasiado caro que eu saiba, não é um critério médico. Demasiado caro, é um critério económico, demasiado dispendioso é economia, não é medicina, não tem nada a ver com critério clínico. Portanto, quando lhe digo que esta situação é de uma imensa confusão, em que parece que toda a gente manda, mas ninguém manda coisa nenhuma, cada um decide a seu bel-prazer, continuo a afirmar e o Sr. Secretário Regional não o desmentiu de maneira nenhuma.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional foi praticamente a mesma pergunta, mas terá que responder.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Tem de ser mais claro!

O Orador: Eu não posso dar respostas muito claras, Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Ai não?

O Orador: ... porque as perguntas também não são feitas de uma forma clara. São perguntas de âmbito mais genérico e, por isso, tenho que as referir de forma mais genérica.

Também, aproveitando mais uma vez a latitude deste debate e respondendo de uma forma muito direta para que não fiquem dúvidas, nesta câmara, sobre a responsabilidade da Secretaria Regional de Saúde, da Inspeção Regional de Saúde ou da Inspeção Regional do Trabalho sobre essa matéria, pelo aquilo que eu percebi, que a Sra. Deputada me

disse, é que há entidades privadas que não estão a pagar aos seus funcionários há meses.

Deputada Zuraída Soares (BE): É verdade! Há meses! Porque não recebem!

O Orador: Agora, se quer que lhe diga, se quer que lhe diga Sra. Deputada ...

Presidente: Sr. Secretário ...

O Orador: ... as entidades privadas não são tuteladas pelo Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Sr. Secretário Regional ...

O Orador: Não são tutela do serviço, ...

Presidente: Sr. Secretário Regional, lamento, mas a essa questão, o senhor já respondeu da primeira vez e ela não foi colocada agora, portanto, a latitude quem define é a Mesa, por isso, Sr. Secretário Regional agradeço-lhe que responda apenas a esta questão sobre a deslocação do doente de Santa Maria.

O Orador: Sra. Deputada vou relembrar-lhe ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Passemos agora à longitude!

O Orador: ... um ditado popular que é sobre esta matéria que é, quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto.

Deputada Zuraída Soares (BE): É verdade!

O Orador: E aquilo que lhe devo dizer, de uma forma muito concreta e que tem sido o meu trabalho na Secretaria Regional da Saúde, concreto, ao longo deste últimos anos é que cada vez que nós tentamos esmiuçar uma dessas histórias miranbolescas que há sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde percebemos que as coisas não foram bem assim.

Existe outras condicionantes que não foram não foram devidamente postas em cima da mesa.

Houve informação que foi passada aos próprios utentes, que os utentes não perceberam e devo dizer-lhe se não sabe, o Sr. Deputado Luís Maurício também sabe tão bem como eu que os utentes normalmente retêm apenas 60% daquilo que lhe é dito em contexto de consulta, o que quer dizer que muitas vezes a informação que é transmitida aos utentes e que não é devidamente percecionada, ou que é não é percebida da forma correta por parte dos utentes, o que quer dizer que, Sra. Deputada, é importante que antes de levantarmos estas questões vejamos concretamente o que é que os profissionais que estiveram envolvidos nela possam dizer sobre elas e aquilo que tem dito e que tem verificado com muita frequência, é que, muitas vezes a história que saiu não é a história real, não é verdadeira, o verdadeiro trabalho que os profissionais de saúde do Serviço Regional de Saúde fazem todos os dias.

De qualquer forma e em relação, talvez seja a pergunta mais concreta, às evacuações aéreas, dos critérios economicistas, não há aqui critérios economicistas associados, Sra. Deputada.

Como sabe, e bem, o Serviço Regional de Saúde tem um acordo com a Força Aérea Portuguesa, no qual não paga as evacuações aéreas realizadas inter-ilhas, ou seja, não há uma limitação financeira nesse aspeto.

Agora, há uma limitação racional. Se eu pego no meio da Força Aérea para pôr em Santa Maria, para evacuar uma situação que eventualmente poderia não ser necessária, deixo de ter a capacidade de ter esse meio da força da Força Aérea para ir buscar um doente às Flores, ao Corvo ou a qualquer outra das ilhas do arquipélago que tenha uma situação urgente

que precise e é dentro desses critérios que o médico do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores atuam, que é na racionalidade de utilização dos meios e da necessidade dos meios dentro de todas as ilhas do arquipélago e não pensando em situações pontuais. Se houvesse uma situação em que se dissesse, o doente tem que ser imediatamente evacuado, ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: ... o meio ia lá; se é uma decisão partilhada pelos médicos que poderá não ser necessária evacuação naquele dia, há um critério de utilização de um meio partilhado por todas as ilhas da Região que é utilizado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições para este segundo objeto.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, até há bem pouco tempo, os doentes em lista de espera cirúrgica nos nossos hospitais podiam e continuam a ser doentes da área de influência daquele mesmo hospital ou da área de influência de outros hospitais caso esses outros hospitais não tenham diferenciação técnica para efetuar essas cirurgias.

Até há bem pouco tempo, por exemplo, um doente residente na ilha das Flores ou na ilha do Pico, cujo hospital de referência é o Hospital da Horta, mas estando inscrito num hospital de Ponta Delgada por falta de diferenciação técnica no Hospital da Horta, quando era chamado o Hospital da Horta, organizava o processo e transferia o doente para o Hospital de Ponta Delgada.

Com a introdução burocrática que o senhor há bem pouco tempo fez, já não é assim. Um doente inscrito, por exemplo, no Hospital de Ponta Delgada, da área de influência do Hospital da Horta e residente nas Flores ou no Pico, por exemplo, é o Centro de Saúde da área de residência do doente inscrito que organiza o processo.

O que é que isso determina? Determina que é necessário um período muito mais longo para a preparação do processo. O senhor não consegue operar um doente no Hospital de Ponta Delgada, entre a convocação da sua chamada e a realização da cirurgia efetiva, por um período inferior a 15 dias, porque é um processo, há uma sobrecarga burocrática de todo o processo, ao qual foi adicionado mais um passo, isto é, em vez, como até há bem pouco tempo, do hospital de referência do doente tratar do processo, não, tem que ser o Centro de Saúde da área de residência do doente a organizar o processo e a responsabilizar-se pela transferência do doente.

O que é que isto determina Sr. Secretário? Um maior atraso na intervenção cirúrgica desses doentes que pertencem a ilhas, cujo hospital de referência não tem capacidade de os operar e que os diferencia, que os transfere para outro hospital.

Isso significa Sr. Secretário também que em condições em que são fornecidos tempos operatórios extraordinários, são chamados à frente desses doentes, doentes de residência mais próxima desse hospital, colocando para trás, outros doentes que, por não terem culpa de morarem, de residirem em locais mais distantes do que o hospital que os vai operar, ficam protelados no tempo, relativamente à resolução da sua situação cirúrgica. E portanto, é nestas circunstâncias Sr. Secretário ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que formule a pergunta.

O Orador: A pergunta é, quando é que o Sr. Secretário pretende alterar esta situação, de modo a que todos os açorianos, de todas as ilhas sejam colocados em igualdade de circunstâncias?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente a esta questão eu, por vezes, fico algo estupefacto por aquilo que é a informação que é gerada pelas medidas, por algumas medidas, que tomo como Secretário Regional e que este Governo toma. Explicou muito bem o Sr. Deputado, o circuito que anteriormente era feito nesta situação e explicou também muito bem, o Sr. Deputado, o circuito que agora é feito nesta equação. Para um ouvinte atento, tal como eu estive ao longo de toda a sua pergunta, desapareceu um elemento da equação.

Na primeira versão, na versão anterior, tínhamos um hospital intermediário, que era o Hospital da Horta, o utente, por incapacidade desse Hospital, portanto, utilizava o Hospital da Horta como exemplo, podia ser o Hospital da Terceira, o Hospital de Ponta Delgada ou um hospital do continente, por incapacidade de resposta desse hospital, o utente era encaminhado para o hospital de Ponta Delgada e o processo continuava a ser organizado pelo Hospital da Horta.

Num novo modelo, o utente não tem de passar pelo Hospital da Horta, havendo insuficiência de resposta por parte do Hospital da Horta o utente pode ir diretamente da sua unidade de saúde de ilha, para o Hospital de Ponta Delgada sem que haja aqui um intermediário neste aspeto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Há um intermediário sempre! O intermediário mantém-se o mesmo!

O Orador: Eu, sinceramente, não percebo porque é que o processo novo, há de ser mais burocrático que o processo antigo, se conseguiu retirar um elemento da equação, porque a unidade de saúde de ilha, e é importante que se veja esta questão ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não estamos a falar da mesma coisa!

O Orador: ... e estas questões burocráticas não na ótica dos profissionais de saúde (e eu devo lhe confessar, Sr. Deputado, que inicialmente quando cheguei à Secretaria Regional de Saúde, também padecia do mesmo defeito que o Sr. Deputado padece, por sermos colegas de profissão) que é ver a organização do sistema na ótica dos médicos, dos profissionais de saúde, ou dos próprios profissionais das unidades de saúde de ilha.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pois claro!

O Orador: Mas temos que ver isto na ótica do utente e o Serviço Regional de Saúde tem de dar resposta na ótica do utente e não na ótica dos profissionais.

Se um utente está na sua unidade de saúde de ilha, vamos imaginar Flores, e tem que ser operado no hospital de Ponta Delgada, é lógico que todo o processo, de deslocação desse utente, seja tratado pela unidade de saúde de ilha das Flores. Se era unidade que inicialmente, no modelo anterior, lhe pagava a deslocações, as diárias das deslocações, ou seja, se lhe paga as diárias, que lhe pague, que trate de todo procedimento administrativo, até porque, se o doente tiver um problema para resolver não tem que estar ao telefone para o Hospital da Horta para tentar resolver esse problema. A própria unidade de saúde de ilha e, deslocando-se fisicamente o doente, se necessário até unidade de saúde de ilha, lhe

resolverá o problema, porque gerou as passagens, gerou as diárias e os assistentes sociais da unidade de saúde de ilha entraram em contacto com os assistentes sociais de Ponta Delgada, de forma a tramitar esse processo.

Eu percebo Sr. Deputado e é importante também nós termos essa consciência que algumas dessas introduções geram alguma entropia no funcionamento do sistema e alguma resistência à mudança, porque, obviamente (e devo-lhe confessar e tenho a consciência disso) há mais trabalho administrativo do lado das unidades de saúde de ilha e menos trabalho administrativo do lado dos hospitais com esta transferência.

As unidades de saúde de ilha têm que se adaptar a esta realidade, porque se nós queremos ter um sistema de saúde assente nos cuidados de saúde primários, assente nos médicos de família, assente nas unidades de saúde de ilha, não podemos ter, depois de toda a interação do utente com o sistema, assente em base hospitalar.

Há um processo que está em curso, e isso é público, eu já admiti isso, se não tem conhecimento disso admito aqui publicamente, de transferência de competências dos hospitais para as unidades de saúde de ilha, dando maior poder às unidades de saúde de ilha de poderem responder às necessidades dos seus utentes. E, neste caso específico, pode haver situações em que os processos ainda estavam encaminhados pelo Hospital da Horta, que agora tem que ser transferidos para a unidade de saúde de ilha, para que depois possam ser encaminhados para o hospital de Ponta Delgada.

Deputado Luís Maurício (PSD): A questão é que entra!

O Orador: Agora, os novos utentes, ou seja, o médico de família que tem um utente que tem que ser operado por uma especialidade, vamos supor

cirurgia vascular, logo à partida, não irá encaminhar esse utente para o Hospital da Horta. Irá encaminhar esse utente para um dos hospitais que tenha cirurgia vascular, quer o Hospital da Terceira, quer o Hospital de Ponta Delgada e o Hospital da Horta não terá que entrar nesta equação.

A mim parece-me mais lógico, parece mais funcional. Agora, se há alguma coisa a corrigir, se há alguma coisa a corrigir Sr. Deputado, também aqui estamos para corrigir, agora, não há indicação nenhuma por parte da Secretaria e o modelo que foi desenhado, foi encaminhamento direto da unidade de saúde de ilha para o Hospital de referência.

Deputado Luís Maurício (PSD): Continua a passar pelo hospital de referência!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade a esta sessão de perguntas. Estamos no objeto três, burocracia no Serviço Regional de Saúde.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições para este ponto três. Sendo assim, vamos ...

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção, nesta sessão de perguntas, corrigindo, em primeiro lugar, gostaria de saudar o Bloco de Esquerda, na pessoa da Sra. Deputada Zuraida Soares por agendar a sessão de perguntas neste tema tão sensível que é a saúde e que a todos nós diz respeito, não fosse hoje o dia que se comemora 36 anos do Sistema Nacional de Saúde.

Ao longo deste mandato do Governo foi discutido o plano de reestruturação do Serviço Regional de Saúde e a sua posterior implementação. Saudamos aqui o espírito de abertura ao diálogo durante todo este processo por parte do Governo Regional numa matéria tão sensível como é a saúde, mas com o objetivo que nos une a todos, que são as melhorias no Sistema Regional de Saúde, tendo sempre presente o utente.

Reconhecemos também que a implementação das novas tecnologias tem sido progressiva e benéfica, sabendo, no entanto, que os registos físicos são e serão numa lógica de fiabilidade e rigor, um bem necessário.

Reconhecemos também que não está tudo bem e que existem aspetos a melhorar. E, sendo assim, numa lógica de proximidade e interação com o utente, perguntava ao Sr. Secretário, como prevê o Governo diminuir a burocracia no Serviço Regional de Saúde?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, esta questão de burocracia no Serviço Regional de Saúde, tal como bem referiu, tem que ser visto muito na ótica

do utente, ou seja, o Governo, através do plano de ação para a reestruturação do Serviço Regional de Saúde, portanto, está a tentar criar um serviço mais virado para o utente e mais simples e que, no fundo, garanta também a qualidade e a segurança desses próprios utentes.

Existem aqui alguns aspetos, de quando ouvi o objeto desta sessão de perguntas, quando ouvi a burocracia no Serviço Regional de Saúde, o objeto desta sessão de perguntas, foi o primeiro aspeto, foi a primeira lembrança que tive, que não deve ser descurada e que tem a ver com os próprios registos que tem de haver daquilo que são as intervenções de cada um dos profissionais e também a garantia de qualidade, segurança e auditabilidade daquilo que são as interações do utente no sistema. Isso prende-se, não só, naquilo que são as prestações clínicas e nas prestações de cuidados dados aos nossos utentes, mas também em aspetos, como por exemplo os reembolsos, como por exemplo as convenções, em que há uma necessidade do próprio Serviço Regional de Saúde ter registos, um papel, que lhes garantam também, no fundo, que o sistema está a funcionar de acordo com aquilo que foi inicialmente previsto e que o Sistema Regional de Saúde está a garantir uma prestação de cuidados de qualidade também nos seus meios convencionais e reembolsáveis.

Penso que, é de todos o conhecimento e isso tem sido amplamente divulgado, o plano de ação de reestruturação do Serviço Regional de Saúde tinha medidas mais imediatas, que tinham a ver muito com a sustentabilidade para o próprio funcionamento do sistema, havia outras medidas que tinham a ver mais diretamente com a qualidade e com a aproximação do sistema aos seus utentes. Uma das medidas na qual o Governo deposita enorme esperança e confiança é a criação dos núcleos de saúde familiares, principalmente nesta componente burocrática, na

criação da figura do administrativo de família, ou o assistente técnico de família, porque se nós conseguirmos que haja um elemento, um profissional do serviço de saúde que se dedique exclusivamente àquilo que é a perceção de qualidade e a boa prestação de cuidados aos utentes do serviço, obviamente, o Serviço Regional de Saúde como um todo irá melhorar significativamente, e isso também respondendo de uma forma muito direta, por exemplo, à questão há pouco colocada pelo Sr. Deputado Luís Maurício nas questões das cirurgias.

É importante que as USIS, tenham, no fundo, o cerne do processo e que sejam a entidade mais interventiva para que o próprio administrativo de família da USI quando estiver a 100% implementada em toda a Região possa também ajudar o utente nesta interação, com maior ou menor dificuldade que o Sr. Deputado Luís Maurício há pouco referia e, por isso, parece-me que a criação do administrativo de família no seu conjunto de familiares e esta esta nova filosofia de funcionamento dos cuidados de saúde primários, esta nova dimensão de funcionamento de cuidados de saúde primários, irão contribuir em muito para a desburocratização do serviço regional de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta, tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, tomei boa nota da expressão do Sr. Secretário, de um Serviço Regional de Saúde virado para o utente e para servir o utente, o utente no centro do Serviço Regional de Saúde.

Eu acrescentaria, Sr. Secretário, mais do que um Serviço Regional de Saúde virado para o utente, um Sistema Regional de Saúde virado para o utente.

Um Sistema Regional de Saúde, como o Sr. Secretário sabe, e superentende e tutela também, de alguma maneira, que envolva o público e o privado. E tem que haver uma boa articulação entre o sistema público e do sistema privado, para que o utente possa ser bem servido e para que o utente possa ter qualidade no seu atendimento. E quando o utente livremente opta por ir ao médico privado, está naturalmente a libertar mais recursos no público, para que haja mais consultas, só pode, eventualmente, ir ao privado.

O que não se compreende, Sr. Secretário é, quando um utente toma essa opção livre e democraticamente, o senhor, o penalize por isso, ou seja, o Serviço Regional de Saúde penaliza esse utente, e mais do que isso, torna os médicos de família autênticos escravos, ou autênticos administrativos, melhor dizendo, dos colegas da privada e o utente anda de um lado para outro, obviamente, numa burocracia imensa para resolver o seu problema. Vou-lhe dar um exemplo, nas ilhas onde não há laboratórios privados, de análises clínicas, por exemplo, e o utente vai a uma consulta privada, em que leva a prescrição de análises clínicas, tem que ir ao centro de saúde para que o colega de medicina geral e familiar transcreva as análises para que esse utente que foi à privada possa fazer essas análises. Oh Sr. Secretário, a pergunta é esta, o senhor acha que isto é pôr o utente, no centro do sistema? O senhor acha que isto é facilitar a vida ao utente? O senhor não entende que deve haver uma melhor e eficiente articulação entre o Serviço Nacional de Saúde e a privada?

O senhor, a pergunta é se acha isto correto e se isto faz parte do Sistema Regional de Saúde ou se o senhor é contra o Sistema Regional de Saúde? Portanto, esse exemplo Sr. Secretário, numa ilha sem hospital, sem laboratório privado se acha bem (eu podia dar-lhe mais exemplos, mas depois transformaria em várias perguntas e o Sr. Deputado Berto Messias já está a olhar para mim). Portanto, a pergunta é essa.

Deputado Berto Messias (PS): Vou deixar de olhar!

O Orador: O senhor acha que isto é correto?

Um utente não ir à privada, não há laboratório, tem que levar a requisição, o médico do centro de saúde faz o papel de administrativo para transcrever aquelas análises para que o utente, que paga impostos, tal e qual outro tenha direito a fazer análises no centro de saúde. Acha bem Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para responder dou palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, respondendo de uma forma direta à questão que me formulou, nós temos que decidir de uma vez por todas que tipo de Serviço Regional de Saúde queremos, porque se quisermos cumprir com aquilo que está constitucionalmente previsto, em que ambos temos um Serviço Regional e Nacional de Saúde universal, tendencialmente gratuito, em que há uma prestação de cuidados em que é financiada por todos nós, pelos impostos, não podemos ter de forma paralela outro sistema a funcionar para que dê resposta ao não funcionamento do sistema que obrigatoriamente todos nós teríamos disponibilizado aos nossos utentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Complementaridade!

O Orador: A complementaridade, se é sobre isso que estamos a falar, concordo perfeitamente consigo, que estamos os dois de acordo sobre essa matéria, agora não pode é ser uma substituição de um, porque ou o primeiro não funciona ou se faz com que o primeiro não funcione para que exista o segundo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dê um exemplo concreto!

O Orador: E sobre essa questão dos atestados, das próprias análises clínicas que acho que é algo que acho que é algo importante aqui discutirmos. Nós temos que pensar muito bem o que é que nós queremos dos nossos especialistas de medicina geral e familiar, o que é que nós queremos dos nossos médicos de família, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: ... ou seja, se nós precisarmos, se nós definirmos que o sistema de saúde é um sistema apoiado nos cuidados de saúde primários em que há especialistas de medicina geral e familiar, são tão especialistas como os outros, fizeram uma especialidade direcionada nessa área e que devem ser, no fundo, a charneira de interação do doente com um sistema de saúde, eu não posso ter situações em que o doente é seguido de forma contínua e regular por médicos especialistas, quer hospitalares públicos, quer hospitalares privados, sem que o próprio médico de família não tenha qualquer interação com aquilo que se está a passar relativamente com o seu utente, e por isso se nós queremos ter médicos de família temos que dar poder aos médicos de família para gerirem a saúde dos seus utentes.

Estamos a falar sempre de uma forma abstrata, independentemente das situações pontuais do médico ter agido melhor ou pior, ou seja, estamos

aqui a definir o modelo do sistema. Não vamos falar depois das situações pontuais em que o profissional não terá agido corretamente, mas se nós queremos ter um sistema baseado em médicos de família, os médicos de família têm que saber o que é que se passa com os seus utentes, e eu acho estranho, que nós tenhamos um sistema público de saúde em que (achava estranho) o médico de família, nem sequer sabia que o utente estava de baixa,

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não podemos ter privado?

O Orador: ... ou seja, eu tenho um médico de família, que supostamente tem tratado de mim e da minha família, tem que fazer uma interação do núcleo familiar, tem que fazer uma análise do grupo familiar, para que o núcleo familiar esteja saudável e um dos elementos está de baixa, porque foi uma médica privada que prescreveu essa baixa e eu nem sei que o meu utente está de baixa.

É algo que não deve acontecer no sistema público que nós estamos a desenhar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a desenhar um sistema soviético de medicina!

O Orador: ... e por isso, foram introduzidas aqui algumas alterações Sr. Deputado, que tentam garantir que os cuidados de saúde primários são a base e que há um reforço, mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que estas decisões não foram tomadas de ânimo leve, nem foram tomadas no meu gabinete da Secretaria Regional de Saúde na Terceira. Estas decisões foram faladas com os próprios profissionais de saúde, foram faladas com os médicos de família, foram faladas com alguém que nós queremos captar, e a Sra. Deputada Zuraida Soares pelo objeto das questões, daqui a pouco irá falar sobre esse assunto, foram também decididas por alguém

que se quer fixar nos Açores, que quer exercer Medicina de qualidade nos Açores e que de uma forma perplexa, muitas vezes me dizia: “Sim senhora, então mas, eu vou para os Açores, sou médico de família, mas eu aqui no continente os utentes passam todos por mim, mas se for para os Açores, os utentes já não passam por mim, que dizer, eu já não posso decidir sobre a saúde dos meus utentes.”

Sendo assim, quer dizer, também não faz muito sentido neste tipo de serviço de saúde, e é um desincentivo a que os próprios médicos de família se sintam realizados e queiram trabalhar na Região e, por isso, foram introduzidas alterações para dar mais capacidade de resposta aos médicos de família, para darem mais poder de decisão aos médicos de família, se é preciso também, é preciso também ser capaz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sabe qual é a lista de espera para uma consulta de médico de família?

O Orador: Nós iremos falar sobre esse assunto no próximo, no próximo objeto. É preciso também que, da nossa parte, do poder político seja dado um claro sinal, ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde nesse sentido e é isso que eu estou aqui a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá á minha pergunta, Sr. Secretário!

O Orador: Se eu acho bem que um utente numa ilha sem hospital tenha que falar com o seu médico de família, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é sem hospital, é sem laboratório privado!

O Orador: ... um utente um utente numa ilha que não tem laboratório privado, tenha falar com o seu médico de família relativamente às análises que vai fazer, acho, pelo simples motivo Sr. Deputado: é que o

utente às tantas acabou de fazer análises dois meses antes pelo seu médico de família.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É proibido?

O Orador: E se, às tantas, o profissional, o médico da privada, não sabia sequer que ele tinha feito essas análises. Por isso, é que o médico de família é a charneira desta interação do sistema de saúde, porque aquilo que vai dizer: “Olhe, o senhor acabou a fazer as mesmas análises há dois meses, são valores analíticos que não mudam em dois meses, não precisa de voltar a fazer essas análises. Estão aqui as análises já fez no sistema público de há dois meses atrás, mande ao seu médico especialista” ou então, “Sim senhor, há aqui uma suspeita específica relativamente a uma patologia, vamos nós fazer as análises, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então temos aqui um polícia! Estamos aqui num sistema soviético!

O Orador: ... vamos nós dar seguimento a esse utente, porque, como sabe e bem, na maior parte das situações de especialidades hospitalares, depois implicam um seguimento ou uns exames complementares de diagnóstico a nível hospitalar que nas ilhas sem hospital e sem laboratório privado, não é possível e, por isso, é preciso um encaminhamento através de Serviço Regional de Saúde. E é nesse aspeto Sr. Deputado, talvez tenhamos aqui uma discordância que é, na nossa perspetiva, o serviço tem que ser eminentemente público, baseado nos cuidados de saúde primários complementar, de forma complementarizada com os cuidados privados e não ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: ... e não termos dois sistemas paralelos.

Sra. Presidente, queria só, de qualquer forma, fazer uma interpelação à Mesa, para lhe entregar, para distribuir ao Sr. Deputado Artur Lima, que é para também não ficarmos com a ideia de que o Governo não quer responder sobre as diferentes questões, levantamento dos terapeutas da fala de todas as unidades de saúde da Região.

Presidente: Depois de entregue à Mesa, será então distribuído por todos. Pergunto se há mais inscrições para este objeto?

Julgo não haver. Sendo assim, passamos para o quarto objeto desta sessão de perguntas: SIV - Suporte Imediato de Vida.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, agora vamos para o Faial. Já cá estamos, mas é do Faial que vamos de falar.

Eu gostava de lembrar ao Sr. Secretário, nesta introdução, as vezes sem conta que o Sr. Secretário disse nesta câmara que em 2016 todos os açorianos e açorianas teriam acesso a um médico de família. E quero lembrar-lhe que 2016 é daqui a bocadinho e nós temos ainda dezenas, dezenas de milhares de açorianos que não têm médicos de família, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Isso é o objeto a seguir!

A Oradora: ... mas em vez disso, em vez disso, têm uma outra coisa, que são as viaturas de suporte imediato de vida, de que o Sr. Secretário Regional tem orgulho e o Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida que este tipo de viaturas tem contribuído para salvar muitas vidas e, portanto, é, de facto, um equipamento, digamos assim, ou um elemento essencial no Serviço Regional de Saúde numa Região como a nossa.

Mas Sr. Secretário Regional, não basta ter viaturas de suporte imediato de vida. Depois, é preciso perceber o que fazemos com elas e quem, é que anda dentro delas.

Eu gostaria de lhe recordar uma notícia pública, mais uma vez, fresquinha do mês de junho, vá lá, deste ano, que dava conta de que os serviços de ambulância das viaturas de suporte imediato de vida no Faial estavam à beira da rutura.

Diziam os bombeiros certificados para este tipo de trabalho, para prestarem este tipo de trabalho, dentro deste tipo de viaturas, que estes bombeiros certificados são pouquíssimos, estão esgotados, estão cansados, por vezes, têm que vir outros de outras ilhas, nomeadamente da Terceira, para os substituir no trabalho que prestam, porque repare bem, eles cumprem um horário de trabalho de 8 horas e a seguir fazem este trabalho a título individual, que é como quem diz, é trabalho extraordinário, pós-laboral, depois do seu trabalho, prestam, de facto, este serviço inestimável à comunidade. E Sr. Secretário Regional de Saúde, sabe quanto é que estes bombeiros certificados ganham por um trabalho extraordinário após o seu horário normal de trabalho e com as certificações e as competências que lhes são exigidas para estarem dentro deste tipo de viaturas? Três euros e meio à hora.

Isto é verdadeiramente uma vergonha, Sr. Secretário.

Presidente: Tem de fazer pergunta a Sra. Deputada.

A Oradora: É uma vergonha num Governo suportado pelo Partido Socialista. É uma vergonha num serviço de suporte imediato de vida de que o senhor se orgulha, de que todos nós nos orgulhamos e que serve esta Região e é um insulto, é um insulto a estes bombeiros, a estes trabalhadores, a estes profissionais, absolutamente inadmissível num

Serviço Regional de Saúde que o senhor diz que não é idílico mas anda perto disso.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, tem de formular a pergunta em concreto.

Deputado Berto Messias (PS): Ah, isso não é relevante!

A Oradora: A pergunta é, Sra. Presidente, muito obrigada, ainda bem que me lembrou, quando é que o Sr. Secretário Regional vai começar a pagar estes bombeiros?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, o serviço de suporte imediato de vida começou em 2011 na Região numa altura em que já havia, a nível nacional, uma diferenciação do socorro pré-hospitalar com 25 anos de história, nomeadamente o instituto nacional de emergência médica. E foi por isso, preciso, arrancarmos do zero, com esta diferenciação, numa articulação muito direta entre as corporações de bombeiros, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e as unidades hospitalares.

Ao longo deste período, foram testados alguns modelos diferentes de interação com as 3 entidades de forma a garantir, que não só os profissionais se sentissem reconhecidos e que desenvolvessem o seu trabalho com as condições necessárias, mas também que houvesse uma consolidação do serviço e que o serviço fosse evoluindo, naturalmente, ao longo dos anos.

Devo dizer que inicialmente foi previsto, portanto, que os senhores enfermeiros, como os tripulantes de ambulância de socorro que faziam parte do serviço, estivessem inscritos nas corporações de bombeiros. Depois evoluímos para o modelo em que essa consignação foi feita aos hospitais e às unidades de saúde e agora temos um modelo misto em que há uma parte do trabalho que é prestado pelos enfermeiros, que é restrito às poucas unidades de saúde e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros faz o pagamento dos técnicos de ambulância.

Eu percebo, Sra. Deputada que, e reconheço, três euros e meio à hora é um valor demasiado baixo. Agora, devo lembrar, que esses três euros e meia à hora, completam um ordenado de 40 horas de trabalho semanais, 560 euros por mês, ou seja, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para quem não é especializado em área nenhuma é um dinheirão!

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma oferta que estão fazendo!

O Orador: ... não é um valor que possamos reconhecer como muito elevado, mas é um valor que está acima daquilo que é ordenado mínimo nacional, ou seja, nós não estamos a cometer nenhuma ilegalidade, ...

Deputado Berto Messias (PS): Eu não falei em legalidade!

O Orador: ... não estamos a cometer nenhuma ilegalidade nesse aspeto. É bom que fique claro para todos, ou seja, nós não estamos a pagar abaixo daquilo que é o ordenado mínimo nacional.

Obviamente, esta questão dos bombeiros, é uma questão que deve ser devidamente esclarecida, que deve ser devidamente enquadrada e esclarecida, porque é importante lembrar-nos que, a maior parte dos tripulantes de ambulância deste serviço, são tripulantes de ambulância, que são bombeiros voluntários, ou seja, ou alguns têm uma profissão,

além de emergência médica, ou são assalariados de corporações de bombeiros, certo?

Ou seja, há um ordenado base que lhes é pago pelas corporações dos bombeiros, também não deve estar abaixo do rendimento do salário mínimo e fazem esse serviço de forma extraordinária.

O ideal, Sra. Deputada, é nós termos capacidade, mas isso não depende apenas de nós, de poder contratar para o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, o número de elementos necessários para poder manter o serviço em funcionamento dentro do seu ordenado base, sem que tenha que recorrer a horas extraordinárias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não há voluntários no SIV!

O Orador: Temos um problema muito concreto e esse problema está a ser devidamente trabalhado, não só por eficiência, ou seja, são pessoas que iriam estar apenas dedicadas ao serviço e que não deixaria de fazer ambulância, porque deixaria de ter um vínculo concreto às corporações de bombeiros, teríamos que ser nós a contratar, e a pessoa não podia ter dois empregos ao mesmo tempo. E, desta forma, pode trabalhar nas ambulâncias e trabalhar também no serviço no serviço cívico.

Depois temos um problema de quadro e seguimento de carreira, que é um problema generalizado e global a todas as associações humanitárias, que é a carreira do bombeiro, ou seja, ou a carreira de tripulante de ambulância, se quiséssemos esquecer a componente de incêndios e pensarmos só na componente de saúde, de que forma é que é feita a progressão destes técnicos ao longo da sua carreira. E é esse aspeto que temos vindo a trabalhar dentro do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, de forma a podermos definir o modelo que permita alguma estabilidade a esses técnicos, porque os enfermeiros, aquilo que fez numa

forma muito concreta foi decidir que, a SIV, tal como está protagonizado até no próprio estatuto dos enfermeiros, é um dos postos trabalho do serviço de urgência. Ou seja, são colocados dentro do seu horário normal de trabalho naquele serviço e fazem aquele serviço à comunidade, a partir do serviço de urgência. Os bombeiros técnicos de ambulância de emergência, não tendo carreira, não é fácil também incorporá-los no hospital, ou incorporá-los como assistentes operacionais, ou seja, há várias, formas. Já foram ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: ... pensadas várias formas, mas não se conseguiu encontrar aqui uma solução. Esta é a solução que, infelizmente, nós temos neste momento, que nos garante o funcionamento do serviço, mas estamos dispostos e temos vindo a trabalhar nisso, em encontrar uma solução que crie mais estabilidade aos técnicos de serviço de emergência.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra para a réplica.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, eu não quero entender, e provavelmente, se o estou a entender, é mal, que o Sr. Secretário Regional deixou implícito que estes bombeiros certificados têm sorte em completarem o salário mínimo regional com as horas extraordinárias que fazem pagas a 3, a 3 euros e meio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi exatamente isso!

Deputado José Ávila (PS): Percebeu mal!

A Oradora: Eu penso que o Sr. Secretário Regional, se disse provavelmente, não era isto que queria dizer, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Se disse!

A Oradora: ... porque eu vou explicar, é que não pode mesmo, quer dizer, pelo seguinte: é que estas estes bombeiros que, como o senhor disse e bem trabalham em vários sítios e até nas corporações de bombeiros, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não! Não há voluntários no SIV!

A Oradora: ... cumprem o horário de trabalho e depois fazem horas extraordinárias, não estão a ficar ricos, estão a servir e estão a prestar um serviço absolutamente necessário e a prova de que é necessário, nomeadamente no Faial, e que têm que vir de outras ilhas fazê-lo aqui, porque aqui não há bombeiros certificados que cheguem.

Aliás, lembro que já foram seis e, neste momento, são menos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não há bombeiros voluntários no SIV!

A Oradora: Portanto, isto é, a prova de que os 3 euros e meio estão longe, longe de recompensar, seja um trabalho extraordinário essencial à comunidade, seja um trabalho que exige uma certificação, e portanto, uma competência também ela extraordinária e, portanto, a pergunta que lhe volto a colocar, Sr. Secretário Regional é, para quando, para quando estes 3 euros e meio terem, digamos, um volume e um valor com a decência e a dignidade que estas pessoas também têm que ver reconhecidas no serviço que estão a prestar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, para quando, é uma questão, que até este próprio Parlamento pode ajudar, ou seja, a responder.

Nós temos um serviço SIV é algo que foi e tem sido todos os anos inscrito no plano de investimentos desta Região e tem sido através dessas verbas, que nós temos gerido da melhor forma, sabemos, aquilo que são as dotações para aquela, para a unidade SIV e o funcionamento de novas unidades.

Obviamente, o Governo irá, mais uma vez, este ano, prever uma verba para alargar o funcionamento em serviços em plano de investimentos, se assim se mantiver, temos a capacidade de poder responder melhor a essas situações, nomeadamente aqui as situações do Faial, como tem referido.

Mas é importante, também, referir algo que ficou implícito, mas que não foi dito de forma concreta, que tem a ver com a formação desses profissionais, que não são técnicos de ambulância comuns, sem diferenciação que fazem este serviço, são técnicos de ambulância que têm formação adicional, pronto. E é dentro dessa certificação, que o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros também está a trabalhar, ou seja, do grupo inicialmente, mas isso devo dizer-lhe, obviamente não tem esse conhecimento, mas isso é o que acaba por acontecer na emergência médica pré-hospitalar a nível nacional, porque como não há carreiras, as pessoas vão evoluindo, a certa altura acabam por sair. Ou seja, é um serviço com muita rotatividade de pessoal e que é normal, que ao fim de quatro anos, o grupo inicial, como o grupo de enfermeiras, até o grupo médico, que eu já não faço parte, vá mudando e vá evoluindo e isso implica recursos de formação muito elevados, porque estamos a formar

peças para dois, três, três anos de serviço, mas continuaremos a fazer esse investimento também aqui no Faial, e como lhe digo, faz parte também, porque nós somos o poder executivo, o poder legislativo está nesta está nesta Casa, faz parte desse poder aquando da discussão muito breve do plano de investimentos para 2016 dar capacidade ao Governo para executar de forma melhor este este projeto SIV.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Apenas para assumir aqui o compromisso que o Bloco de Esquerda apresentará em sede de plano e orçamento, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o PS aprova!

O Orador: ... um aumento da dotação desta, desta área específica, para que estes três euros e meio possam ser aumentados o mais depressa possível. Fica assumido aqui o compromisso.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário, há cerca de um ano, o diretor clínico da comissão local de triagem telefónica demitiu-se. Alegava ele problemas conjunturais e estruturais.

Este médico considerava na altura, que o modelo de triagem aplicado nos Açores não estava bem adaptado. Referia mesmo que em Portugal os

enfermeiros não têm, na opinião deste médico, capacidade para realizar na totalidade a triagem por não ter informação técnica para tal. Este médico referia também que, embora essa triagem se considerava segura, era desprovida de eficácia e, portanto, com pouca utilidade.

Referia ainda que, já tinha comunicado essas conclusões aos restantes supervisores, mas nunca se procedeu à discussão efetiva destas mesmas questões. Segundo esse responsável, os dados retirados da primeira auditoria à triagem, eram deveras preocupantes. Referia mesmo que haviam duas enfermeiras que atribuíam cerca de 30% de prioridade alfa, para além disso, uma delas, por vezes, utilizava linguagem verdadeiramente imprópria para com os utentes.

O então diretor clínico propôs a suspensão transitória das duas enfermeiras para que se pudessem efetuar novo treino, mas a decisão, e palavras dele, foi boicotada pela restante equipa de supervisores.

A minha pergunta, Sr. Secretário, é a seguinte: o corpo de enfermeiros que está ligado ao serviço, ao projeto SIV, tem ou não tem formação acreditada e certificada, para o efeito, e quem a audita?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder dispõe de 5 minutos.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grupo de enfermeiros tem a devida certificação e é auditada pelo grupo português de triagem e pelo grupo internacional triagem de Manchester.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica como a nossa, a garantia dos cuidados de saúde, com destaque para a emergência médica, é sem qualquer dúvida, um desafio que importa vencer. A emergência pré-hospitalar é um serviço imprescindível para a prestação de cuidados médicos à população.

Sabe-se que de todas as ocorrências que anualmente se registam, cerca de 10 mil, são emergências absolutas e só um serviço capaz e bem articulado entre todos os intervenientes é que poderá garantir a segurança a todos os açorianos, independentemente da ilha, onde residam.

Ultrapassar as dificuldades com que diariamente somos confrontados, exige uma atenção redobrada e permanente.

O programa do Governo Regional apresentado nesta Assembleia no início da legislatura contém um conjunto de medidas que visam alcançar uma melhor qualidade deste serviço.

Seguindo, aquelas linhas orientadoras, foi elaborado o plano de reestruturação de Serviço Regional de Saúde. Este plano, e no que respeita à emergência médica, prevê um conjunto de alterações, algumas já implementadas, que no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista são a demonstração clara da preocupação da melhoria dos cuidados prestados e podemos afirmar uma aposta ganha. Mas se da parte do Governo Regional, existe este comportamento, assistimos por parte do Governo central, à demissão da assunção das suas responsabilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Tal como em muitas outras áreas, constatamos a falta de recursos humanos, equipas de busca, salvamento, evacuações da Força Aérea.

Esta postura compromete gravemente a qualidade daquele serviço e esperamos que aquelas dificuldades sejam resolvidas no mais breve espaço de tempo.

Sr. Secretário Regional da Saúde, a questão que lhe coloco é, sabendo que uma das medidas já implementadas, a de viaturas de pessoal devidamente habilitado, suporte imediato de vida em algumas ilhas, para quando o alargamento deste serviço às restantes ilhas?

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem colocado, Sr. Deputado Manuel Pereira!

Deputado Luís Garcia (PSD): O enquadramento é que não foi grande coisa, mas pronto! Foi à República, às Flores, ao Corvo...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Pereira, o alargamento da rede de viaturas SIV, do serviço SIV a toda a Região, está previsto no plano de ação para a reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Tal como foi inicialmente definido, as ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, teriam a sua viatura SIV, as restantes ilhas iriam receber melhorias quer em termos de equipamentos, quer em termos de formação nos seus centros de saúde, nos seus serviços de atendimento urgentes, para poderem prestar um serviço de igual qualidade.

Devo dizer que, em todos os centros de saúde da Região, neste momento, já existem os monitores desfibrilhadores com transmissão em tempo real, por telemetria, para o médico do Serviço de Proteção Civil, tal como existe nas viaturas SIV, que os enfermeiros e médicos das diferentes unidades de saúde estão a receber formação dentro dos módulos que são lecionados também no curso SIV, suporte avançado de vida, suporte avançado de trauma e protocolos de emergência médica, para que possamos ter uma resposta equivalente.

É isso que está previsto, porque precisamos de perceber, de uma forma muito concreta nas ilhas de menor dimensão se vale a pena termos um serviço que se desloca à casa do utente, considerando que na maior parte das situações, mais rapidamente o utente chega ao centro de saúde.

Devo também, já agora, aproveitar também para realçar esses aspetos, que acho que também são importantes já que estamos a pegar em casos muito pontuais, ao longo deste debate, que por exemplo, na situação do acidente na ilha do Corvo, muito recentemente, foi já possível o médico da unidade de saúde da ilha do Corvo, acompanhado pelo médico da unidade de saúde de ilha das Flores que se deslocou até, à ilha do Corvo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da Ariel?

O Orador: ... ter acompanhamento em tempo real pelo sistema de telemetria, com o médico de Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e que teve uma intervenção muito direta numa situação de choque hipovolémico e que garantiu resposta adequada à evacuação do doente para a ilha de São Miguel, ou seja, há já um no terreno deste sistema de acompanhamento a funcionar, já deu provas que, pelo menos nessa situação do Corvo, onde é que ela tem conhecimento

mais direto de que está a funcionar adequadamente e que está a ser útil em prol dos açorianos e é dentro desse âmbito que nós ao longo deste ano 2016 vamos fazer mais formação aos profissionais de saúde para poderem responder em conformidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Mestre Simão é que não funcionou!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta, tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para, até dar alguma satisfação ao, à bancada do Partido Socialista, venho de novo a esta sessão de perguntas ao Sr. Secretário Regional da Saúde, ao Governo, através do Sr. Secretário Regional da Saúde.

E permitindo a latitude e a longitude deste debate, digamos, de algumas explicações mais alargadas, gostaria de começar por dizer que nós temos numa Região, nesta Região, na nossa Região, seja na saúde, na educação, nas pescas, na agricultura, enfim, em diferentes sectores, em todos outros sectores temos, não uma realidade, mas nove realidades.

Todas as nossas ilhas têm características muito próprias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai é?

O Orador: ... e aquilo que é bom, para um dessas realidades, não será bom para outra ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é tudo para estatizar! Para dar espaço à sua teoria soviética!

O Orador: E, portanto, todas as políticas devem ser designadamente, as da saúde, desenhadas tendo em conta e consideração essas diferenças, só assim é que é possível promover a igualdade no acesso, a igualdade de oportunidades, etc., etc., etc., etc..

E portanto, ...

Não, para dar espaço, para dar espaço ao Deputado Artur Lima, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradece, agradece!

O Orador: ... pelo amor de Deus.

Isto quando faltam argumentos, é assim. Dizem-se estas coisas. Vamos a uma das nossas ilhas, a ilha do Pico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está desconcentrado, já não chega lá!

Deputado André Bradford (PS): Fale do Faial!

O Orador: A ilha do Pico é uma ilha, é a ilha que tem a segunda maior dimensão em termos de território, tem uma população à volta de 15 mil habitantes, mas é, pela sua própria urografia e pela dimensão que tem uma ilha, que deve ser em termos da capacidade instalada em termos de serviço de saúde, deve ser devidamente atendida.

Ora bem, é sabido que vai haver em função da construção do centro de saúde da Madalena, a concentração de serviços de alguns serviços no centro de saúde da Madalena e a questão não tem a ver com isso, tem a ver é com a necessidade de na ilha, portanto, verificando-se a concentração desses serviços, haver capacidade de resposta através, designadamente de viaturas SIV na, ...

Oh, Sra. Presidente, ao contrário do que disse o deputado Artur Lima, eu não me perdi!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não parece!

O Orador: Portanto, e não é de facto relativamente à opinião em relação à concentração de serviços do centro de saúde da Madalena, a verdade é que, concretizando-se esse desidrato, há necessidade, aliás, julgo que está

até, prometido, a existência de um posto avançado na Piedade e a instalação de uma viatura SIV.

E a questão, e a pergunta é: para quando Sr. Secretário, para quando é que se dá essa resposta, essa e outras respostas, ao nível da saúde aos habitantes da ilha do Pico, designadamente a quem vive na ponta da ilha?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É inspirado no Sr. Deputado Manuel Pereira!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente à questão que me formulou e respondendo de uma forma direta, mais uma vez, está previsto que no ano 2016 se possam incrementar as respostas (mas eu já lhe respondo porquê 2016) a nível do sistema pré-hospitalar no Pico, nomeadamente a criação de uma secção destacada de bombeiros, como uma ambulância na Piedade e a entrada em funcionamento da segunda viatura SIV no conselho das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era para o ano passado!

O Orador: O atraso relativamente a essas duas valências têm a ver, em primeiro lugar, com aquilo que é o plano que o Governo está implementando na ilha do Pico, na reestruturação dos serviços de saúde, ou seja, a criação de mais valias no centro de saúde da Madalena, para que se perceba estas alterações como uma melhoria no funcionamento do sistema do Pico e devo dizer-lhe que desde o dia 1 de agosto deste ano, já temos no centro de saúde da Madalena, um serviço de medicina interna a

funcionar com médicos internistas aqui do Hospital da Horta em complementaridade, ou seja, grande parte dos doentes que tinham que ser internados em medicina interna no Pico, já não precisam de se deslocar para a Horta, estão a ser internados na ilha do Pico com todo o conforto e segurança. São necessários a admissão de mais enfermeiros, porque tal como a Sra. Deputada Zuraida há pouco disse, e tripulantes de ambulância, para colocarmos em funcionamento a segunda SIV, por isso, é nesta fase em que nós estamos, na contratação de mais enfermeiros que terão que ter a sua formação, e aquilo não é uma formação que se dê num dia, são formações que levam até 3 meses, para o início, por isso este, este prolongamento para o ano de 2016.

O posto, a secção destacada dos bombeiros voluntários das Lajes, na Piedade, foi já por nós autorizado, foi solicitada porque não é uma iniciativa do Governo, é uma solicitação da associação humanitária dos bombeiros voluntários das Lajes no Pico, que nós autorizamos, que acompanhamos e que dotamos, foi já solicitada e por nós autorizada. Estamos na fase em que a associação humanitária dos bombeiros voluntários quer *per si*, quer provavelmente com a ajuda das outras associações comunitárias da ilha do Pico, está a preparar as escalas de pessoal necessárias para pôr a secção a funcionar e por isso este atraso que não é controlado pelo Governo, ou seja, tirando a parte da componente na contratação, a parte das ambulâncias que são decisões próprias da associação que nós vamos apoiando e vamos acompanhando na implementação da ambulância na Piedade. Mas serão essas as duas valências que nós esperamos ter prontas a funcionar em 2016.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por acaso é o ano eleitoral! Só por acaso!

Presidente: Obrigada pela resposta Sr. Secretário.

Considerando o nosso horário, vamos interromper para o almoço, retomamos às 15 para continuarmos o ponto um da nossa Agenda.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, reunidas as condições vamos então recomençar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Está inscrito para uma pergunta no âmbito do objeto SIV - Suporte Imediato de Vida, o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

A questão da emergência médica e do suporte imediato de vida tem obviamente a ver com várias condições nos Açores e nomeadamente de sermos uma Região “arquipelárgica”, como foi aqui referido.

A pergunta que lhe quero fazer é muito diretamente e já que tem surgido ultimamente alguns problemas nesse sentido, relativamente às evacuações aéreas, às evacuações sanitárias quando são pedidas, eu queria saber se o Governo tem feito algum desenvolvimento ou se teve alguma resposta por parte da Secretária de Estado da Defesa Nacional – Dra. Berta Cabral - relativamente às tripulações e aparelho estacionado na Base das Lajes para que não se volte a repetir algumas situações que aconteceram relativamente ao socorro a pessoas, em situações de perigo, em outras ilhas.

Nós temos um requerimento feito desde 10 de outubro de 2014, que nunca teve resposta.

Sabemos que o Governo Regional fez algumas diligências nesse sentido. Eu gostaria de saber se da parte da Secretaria de Estado da Defesa houve alguma resposta de modo a dotar as equipas de busca e salvamento do pessoal necessário, ao seu completo desempenho da sua missão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, efetivamente a questão das tripulações foi uma preocupação manifestada quer pelo Governo, quer pelo CDS-PP. Eu acho que de uma forma generalizada, na sequência até de acontecimentos que se verificaram no ano passado, na própria comunicação social, foi manifestada a nossa preocupação como Governo Regional, eu vou-lhe dizer aquilo que recebi ... que não recebi como Secretário Regional da Saúde não quer dizer à partida, e por isso, não me posso comprometer com essa matéria, que não tenha sido enviada uma resposta à Presidência do Governo.

Normalmente, habitualmente nos transmite essas respostas, caso elas tenham sido enviadas e que no nosso caso não as recebemos. Não me posso comprometer de uma forma cabal, dizendo-lhe claramente que não foi respondida ao Governo. Posso-lhe dizer que a Secretaria Regional da Saúde não tomou qualquer conhecimento de uma resposta que tivesse sido enviada ao Governo Regional. Por aquilo que tem sido a experiência no fundo, da interação Força Aérea Portuguesa, ao longo deste ano,

felizmente, não se verificou nenhuma situação em que não houvesse uma evacuação por falta de recursos humanos.

No entanto, é do nosso conhecimento que continua a haver limitações na ativação do segundo helicóptero, ou seja, temos apenas disponíveis na Região tripulações para um helicóptero e para um C295, enquanto estão estacionados na Região, e todos nós sabemos de dois equipamentos, ou seja, o segundo equipamento não tem tripulação adstrita.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar com os objetos, uma vez que não mais inscrições para este. Avançamos assim para o quinto - acesso a consultas de médico de família.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, ainda a propósito, utilizando enfim a amplitude de debate que tem sido praxe durante esta manhã, dizer apenas que a pergunta, a questão levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima tem todo o cabimento neste contexto, mas eu não posso deixar de lembrar um outro.

É que há cerca de um ano que o Governo Regional está para dar conta a esta Casa, nomeadamente ao Bloco de Esquerda, em 3 requerimentos, do inquérito levantado ao acidente ocorrido no Pico e que por falta de tripulação para os helicópteros, a pessoa em causa, o acidentado não foi socorrido a tempo. Estamos há um ano, Sr. Secretário Regional, à espera dessa resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Não foi no Pico.

A Oradora: Já nos foi dito que de 15 em 15 dias seria apresentado, continuamos à espera dele.

Deputado Berto Messias (PS): Foi em São Jorge!

A Oradora: Em São Jorge, tem toda a razão. Sr. Deputado, muito obrigada pela correção.

Acesso a consultas de médicos de família, vamos para a Terceira, Sr. Secretário Regional, ilha Terceira.

Um paciente levou meses para conseguir ser acompanhado por um médico especialista. Digo-lhe quantos meses, à volta de seis e mesmo assim, com jeitinho, com jeitinho quer dizer com boa vontade, para não lhe chamar outra coisa que o povo conhece normalmente por cunha.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, diabo!... Sr. Secretário, não tenho médico de família e sou doente crónico!

A Oradora: Tem sido prescritos vários exames complementares de diagnóstico, entre os quais ressonâncias magnéticas, fundamentais não só para o diagnóstico, mas também para o acompanhamento da evolução da sua doença.

Contudo, este paciente tem de aguardar meses para realizar este exame, vou lhe dizer quantos meses. Da primeira vez que ele teve que fazer, aguardou cinco meses, da última vez que o teve que fazer, aguardou oito meses para fazer uma ressonância magnética, Sr. Secretário Regional.

Ora, o facto de ter que aguardar ou cinco ou oito meses, como lhe aconteceu impossibilita a utilização destes exames pelo seu médico especialista, o tal que ele esteve à espera 6 meses para conseguir alcançar numa consulta, mesmo que as consultas de um médico especialista sejam espaçadas de dois em dois meses, ou seja, o doente vai lá, mas não leva o exame que permite o diagnóstico. Recentemente, o médico especialista

aconselhou a realização de fisioterapia a este mesmo paciente, mas para tal é necessário prescrição por parte do médico de família, no entanto, o paciente ao tentar marcar uma consulta com o seu médico de família, descobre que nem estão a aceitar marcações e que a agenda do seu médico de família está preenchida até ao final do ano.

Sr. Secretário Regional da Saúde, isto não é uma camisa de sete varas, nem uma pescadinha de rabo na boca.

Presidente: O seu tempo está a terminar Sra. Deputada.

A Oradora: Isto é objetivamente proibir, impedir o acesso, neste caso de uma pessoa doente, àquilo a que tem direito, que é o usufruto dos serviços do Serviço Regional de Saúde.

Como é que o Sr. Secretário Regional sem médicos de família, continua a ser um problema por resolver, tem medidas pensadas, planeadas para obviar a que uma situação como esta, que parece um filme de terror para alguém que está no lugar deste paciente, possam não ocorrer em nenhuma das nossas ilhas?

Estamos-lhe a falar da Terceira, falo noutras onde ocorrem exatamente as mesmas situações.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Agora para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, tal como já lhe disse anteriormente, quem conta um conto acrescenta um ponto e é importante de uma forma factual que a Secretaria Regional da Saúde tenha conhecimento dessas situações, com datas concretas, porque muitas vezes a perceção de “foram meses”,

às vezes não é assim tão real e além disso, como sabe, alguns desses exames são determinados por critérios clínicos. Pode haver um exame que seja marcado pelo médico especialista para daí a quatro meses para ser efetuado antes da data da consulta, o que não quer dizer que a pessoa esteja quatro meses à espera desse exame.

Foi sim determinado que o exame deveria ser feito ao fim de quatro meses e por isso é importante, quando se apuram estas histórias, se possa confrontar também os profissionais de saúde envolvidos nessa situação.

Há algo que a senhora hoje relatou que me parece importante aqui também verificar que é, se até agora as queixas eram sempre no sentido de que os açorianos não tinham acesso ao médico de família.

Pelo que eu percebi da história que contou é um açoriano que tem médico de família atribuído. Já estamos a falar de um açoriano que tem médico de família atribuído.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tem é consulta!

O Orador: Certo, pronto, é um bom princípio, ou seja já temos a acessibilidade desse açoriano ao médico de família garantida, agora se me diz que o médico de família não está a cumprir com aquilo que, deontologicamente, até por compromisso, é o seu colégio de especialidade de Medicina Geral Familiar, que diz que nas situações de urgência deve atender os seus utentes em 48 horas, na marcação das consultas não urgentes deve atendê-los em pelo menos 15 dias, indo ao encontro daquilo que até foi publicado pelo Governo Regional há bem pouco tempo, que é a portaria dos tempos máximos de resposta garantidos, aí temos que verificar de uma forma concreta porque é que isso não está a ser feito, porque existe um compromisso desse médico, tem uma lista de 1500, 1900 utentes, dependente do horário, limitada e é

por isso que as listas são limitadas a 1900 utentes, ou 1500 utentes, para que os médicos possam dar resposta a esses 1900 utentes em tempo útil. Se isso não está a acontecer, por algum motivo, é uma questão de ser averiguado e temos que averiguar, porque é atribuída uma lista de 1900 utentes a um médico para que ele possa cumprir com aquilo que são os critérios de qualidade de atendimento da Medicina Geral Familiar. E é dentro desse âmbito que lhe peço mais uma vez que havendo esse tipo de situações nos reporte, para que nós possamos ver de uma forma concreta junto ao médico, o que é que se está a passar.

A acessibilidade, ou não, ao especialista, pelo que eu percebi houve a acessibilidade, se há ou não uma necessidade adicional, tal como descreveu, como um fator cunha, ou algo assim do género, isto não devia ser uma realidade no Serviço Regional de Saúde.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é!

O Orador: Eu tenho a noção concreta de que existem ilhas, em que infelizmente isso acontece com mais frequência do que noutras ilhas. E é dentro desse âmbito também que naquilo que foi discutido anteriormente, estamos a fazer uma clara separação entre aquilo que é a atividade pública e a atividade privada, para que não haja esse tipo de confusões. Agora o utente, pelo que eu percebi (eu não percebi se a consulta do especialista, foi ou não dentro do serviço público, ou se foi em consulta privada, mas presumo que tenha sido dentro do serviço público) o utente teve acesso ao seu médico de família, teve acesso à sua consulta de especialidade e teve acesso ao seu exame.

Só para ter uma ideia, a lista de espera para ressonâncias magnéticas no Hospital de Santo Espírito, da ilha Terceira, não ultrapassa as duas semanas, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): No hospital!

O Orador: ... ou seja, em duas semanas, no hospital, em duas semanas, seria a ressonância feita, por isso, é preciso perceber se a indicação que nós temos é que a lista de espera é de duas semanas e o exame levou quatro meses, ou cinco meses, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Cinco!

O Orador: ... segundo aquilo que disse, e oito meses no seguinte, o porquê dessa discrepância entre as duas semanas de espera e a desses cinco meses levados até ao exame.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto à Sra. Deputada se vai usar de réplica. Portanto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, sendo esta eventualmente a última intervenção e a última réplica também, deixe-me dizer-lhe duas coisas e não é com gosto que o faço.

Eu penso que o Sr. Secretário Regional da Saúde e os seus serviços têm muito que averiguar, têm muito que inspecionar nesta Região, porque há uma *décalage* absoluta entre o Serviço Regional da Saúde que o senhor fala, com as medidas que o senhor implementou, com os preceitos que o senhor implementou, com a exigência que o senhor implementou e a realidade factual com que os cidadãos, os açorianos e as açorianas se confrontam diariamente, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... em cada uma das nossas ilhas, no acesso à saúde e portanto havendo, como ficou aqui comprovado ao logo de uma manhã

de debate, esta distância na realidade o Sr. Secretário Regional tem que averiguar muito mais e os seus serviços têm que ser muito mais proactivos, porque há coisas que na realidade que o senhor fala e diz de uma maneira e a realidade mostra exatamente o contrário.

O Sr. Secretário Regional diz que há uma lista de espera para ressonâncias magnéticas de duas semanas, duas a três semanas, no Hospital da Terceira.

Deputado Berto Messias (PS): Sua realidade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Realidade do povo açoriano!

A Oradora: A realidade é que há um paciente, que como lhe disse tem nome, tem rosto, tem uma história, que esteve cinco meses à espera, da primeira vez e da última vez esteve oito meses.

Sr. Secretário Regional, entre duas, três semanas e oito meses, a distância é abissal. Alguma coisa se passa que não está certa. O senhor tem que averiguar o que é.

Agora, voltamos ao tema que é os médicos de família, o acesso às consultas de médico de família, e para terminar com uma pergunta, perguntar-lhe o seguinte, Sr. Secretário, o senhor continua a reafirmar, nesta câmara, a todos os açorianos e açorianas, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é outra pergunta que não tem nada a ver com a outra!

A Oradora: ... que em 2016 todos os açorianos terão acesso a um médico de família, ou pretende repensar essa afirmação e adiá-la, provavelmente para mais tarde?

Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é muito importante!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares irei, com todo o gosto, reafirmar a minha intenção, mas no entanto gostaria com a devida amplitude responder-lhe à primeira parte do enquadramento da questão que me fez.

Recentemente, foi efetuado pelos serviços da Secretaria, pela Direção Regional da Saúde, um inquérito regional de saúde a todos os açorianos e pasme-se, e para grande desgosto da Sra. Deputada, com certeza, 70 % dos açorianos avalia o seu serviço de saúde como bom, ou muito bom.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Quando lá estão! Quando lá entram!

O Orador: Ou seja, a perceção que a Sra. Deputada tem do funcionamento do Serviço Regional da Saúde é contrária à perceção que os açorianos têm do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O problema é o acesso!

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Quando lá entram!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Quem lá vai não tem! Quem lá vai não está satisfeito!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário possa concluir.

Sr. Secretário tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

Ou seja, Sra. Deputada, pergunta-me se estou contente com os dados. Obviamente, tenho alguma satisfação que 70% dos açorianos considerarem que o seu serviço é bom ou muito bom. Agora, existem 30% dos açorianos aos quais ainda temos que dar resposta e que temos de

perceber de uma forma muito concreta, o porquê de não terem tido essa percepção do Serviço Regional de Saúde. Provavelmente, esta questão dos médicos de família irá ajudar nessa percepção e a atribuição dos médicos de família a todos os açorianos.

Mas também é importante percebermos ... Eu sei que todos de médicos e de loucos temos um pouco, mas a medicina é feita de uma forma científica.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uns mais do que outros!

O Orador: A medicina é feita de uma forma técnica e a percepção que os utentes têm às vezes daquilo que é a sua necessidade de tratamentos de saúde, não vai de encontro àquilo que tecnicamente são as suas necessidades de saúde e por isso muitas vezes a percepção de que eu tenho de fazer um exame amanhã, porque senão vou morrer, não é real do ponto de vista médico. Existe cientificamente!

Cientificamente tem de estar demonstrado que o utente pode esperar um mês, dois meses, três meses pela consulta, pelo exame e é dentro dessa gestão de expectativas e de funcionamento científico do Serviço Regional de Saúde, que nós vamos adequando os nossos recursos humanos, porque se tivéssemos os recursos humanos todos programados para um atendimento imediato, de cada vez que eu me dirijo ao centro de saúde, aos hospitais, não teríamos capacidade de resposta, teríamos uma capacidade de resposta excessiva para aquilo que eram as nossas necessidades, logo é fundamental perceber nesses casos concretos, específicos que demonstra, se há ou não cientificamente alguma justificação para a espera e por isso confrontar os profissionais de saúde e dizer, e perguntar concretamente este doente podia ou não esperar dois meses, três meses, quatro meses pela ressonância magnética. É nesse

ponto que talvez tenhamos aqui um grande sentido de discórdia, porque a gestão racional do Serviço Regional da Saúde implica que haja algum tempo de espera, em algumas situações. Nas situações urgentes não esperamos, nas situações não urgentes esperamos e por isso é que priorizamos também as consultas, por exemplo. Tempos máximos de resposta garantidos foram definidos por ordem de prioridades: consulta urgente, consulta muito urgente, consulta não urgente ou não prioritária e essa expectativa é gerida desta forma.

Presidente: Agradeço que termine Sr. Secretário.

O Orador: Para responder de uma forma muito concreta, reafirmo aqui nesta Casa, que há uma expectativa grande do Governo, que até ao final de 2016 possamos atribuir médicos de família a todos os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reestruturação da saúde na Região Autónoma dos Açores tem sido uma mais-valia para todos os açorianos e açorianas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que os procedimentos na saúde melhoraram com as reformas implementadas. Todos os processos e procedimentos da saúde são delicados, complexos e importantes para os utentes e para as instituições de saúde.

Todos os dias, muitas pessoas são bem tratadas, com qualidade e segurança nas instituições de saúde, em todas as ilhas dos Açores.

A acessibilidade dos açorianos e das açorianas e das pessoas que optaram por viver nos Açores aumentou consideravelmente, mas todos sabemos que necessita de contínuos melhoramentos e aperfeiçoamentos.

As consultas nos centros de saúde aumentaram, os meios auxiliares de diagnóstico terapêutico aumentaram consideravelmente, o número de médicos e enfermeiros aumentou, as infraestruturas de saúde melhoraram muito nos últimos anos fruto também do excelente trabalho dos profissionais de saúde tem aumentado a produtividade na saúde da Região.

A questão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é esta e queria que o Sr. Secretário reforçasse aqui na Assembleia e para que todos os açorianos e todos os Srs. Deputados fiquem elucidados e bem elucidados, quais são as medidas e estratégias para que a promessa de ter médico de família para cada açoriano seja cumprida, para dar continuidade ao desenvolvimento e ao progresso da saúde na Região Autónoma dos Açores.

Gostava também que referenciasse qual é a taxa de utilização das consultas complementares disponibilizadas nos centros de saúde de Ponta Delgada e centros de saúde de Angra do Heroísmo.

E agradeço antecipadamente a sua resposta.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Ricardo Cabral, a taxa de utilização das consultas complementares disponibilizadas no Centro de Saúde de Angra do

Heroísmo e de Ponta Delgada têm sido de 90% de utilização em Angra do Heroísmo, 70% de utilização no centro de saúde de Ponta Delgada.

Temos tido mensalmente consultas sobrantes, ou seja, consultas que não são utilizadas pelos nossos utentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São uns malandros!

O Orador: Essa estratégia das consultas de atendimento complementar, foi uma estratégia que permitiu resolver grande parte da dificuldade de acesso, quer em Ponta Delgada, quer em Angra. É uma estratégia que foi aplicada também já em Ribeira grande, nos últimos tempos e que nos irá permitir até ao final do mês de novembro não ter consultas em espera no Centro de Saúde da Ribeira Grande, mas e para responder talvez, também à Sra. Deputada Zuraida Soares, na interrogação que fez de uma forma direta, explicando concretamente o que é que está planeado. Nós, mesmo não prevendo que tenhamos a entrada de médicos suficientes no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente em São Miguel, porque o caso da ilha Terceira é mais singular, ou seja, nós temos com os internos que temos em formação já, a possibilidade até ao final de 2016 de ter um número de médicos suficientes no Serviço Regional da Saúde para ter um médico para cada habitante.

Em São Miguel, essa previsão de formação de internos, e há que notar que temos cerca de 45 internos em formação, só nos iria possibilitar ter essa promessa ou ter essa plenitude de médicos de família para o ano 2017.

No entanto, com uma reestruturação que está a ser feita, quer nos serviços de atendimento permanente dos diferentes centros de saúde, e por isso, a importância do plano de ação para a reestruturação de Serviço Regional da Saúde nesse aspeto, quer também na contratação de médicos tarefeiros

para efetuarem o trabalho específico de serviço de urgência, será possível alocar todas as horas extraordinárias dos médicos de medicina familiar existentes para atribuição de mais consultas aos utentes sem lista. Vamos fazê-lo de acordo com aquilo que tem sido a nossa estratégia nesta área, ou seja, atribuindo Núcleos de Saúde Familiar a cada conjunto de 1500, 1900 utentes e fazendo com que os médicos que têm Núcleos de Saúde Familiar atribuídos e que têm que ter horas extraordinárias a prestar ao Serviço Regional da Saúde possam cobrir os restantes Núcleos de Saúde Familiares que ainda não tem médico atribuído de forma definitiva e, por isso, é previsível, e pelas contas da própria unidade de saúde de ilha, que tem vindo a fazer um excelente trabalho nesse aspeto, que consigamos a partir de novembro aumentar num ano, o número de consultas na unidade de saúde na ilha de São Miguel em 65 mil. Essas 65 mil consultas adicionais serão distribuídos obviamente pelos Núcleos de Saúde Familiares que ainda não tem médico atribuído e isso será a forma que encontraremos até ao final de 2016, para garantir que todos os Núcleos de Saúde Familiares têm um médico atribuído e assim garantir que todos os açorianos têm médico atribuído.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se relativamente a algumas das ilhas na nossa Região se verifica um rácio, digamos, aceitável entre a população e os médicos de Medicina Geral e Familiar, outras há em que estamos longe de ter os rácios aconselhados pela Organização Mundial de Saúde e julgo que esta

afirmação que estou a fazer não merecerá qualquer tipo de contestação por parte do Sr. Secretário Regional, espero eu.

Por outro lado, e como sabemos, esse esforço que está a ser feito relativamente às consultas, digamos, adicionais, não resolve efetivamente o problema, porque até ao princípio que preside, digamos, aos médicos de Medicina Familiar e ao facto de se ter médico de família, é o poder ser acompanhado ao longo de um período alargado da vida pelo mesmo médico de família, portanto, esta coisa de, por vezes, me aparecer um outro (a mim não me aparece que não tem médico de família ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso nota-se!

O Orador: ... e por acaso sou doente crónico) ...

Deputado André Rodrigues (PS): Não é por ser doente crónico! Todos os açorianos merecem um médico de família!

O Orador: Portanto, acho que deveria ter direito a médico de família, mas nem isso. Sou hipertenso.

De facto, enfim, não me satisfaz e julgo que nem a mim, nem a outro utente do Serviço Regional da Saúde que, ao invés de encontrar um médico e ter um médico que o acompanha ao longo do período alargado da sua vida a si e o seu agregado familiar que, enfim, saltite, alterne, entre diferentes médicos conforme a disponibilidade e a oferta do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, não me parece que isso seja a solução. Parece mais que isso é apenas um paliativo, e Sr. Secretário, os meus receios são que atrás desse paliativo se descure, se descuide uma questão que me parece fundamental e que é conseguir um conjunto de médicos de saúde ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Medicina Geral e Familiar!

O Orador: ... de Medicina Geral e Familiar que satisfaça as necessidades da população dos Açores.

Mas a pergunta é esta, Sr. Secretário: qual é o rácio de médicos de Medicina Geral e Familiar na ilha das Flores, na ilha da Graciosa e em São Jorge e qual é o rácio na ilha de São Miguel, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na ilha Graciosa!

O Orador: Tem razão Sr. Deputado.

... na ilha Graciosa, na ilha das Flores, em São Jorge e o rácio na ilha de São Miguel?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, penso que terá entendido de uma forma errada aquilo que anunciei relativamente à disponibilização das consultas aos utentes sem médico de família.

Ao contrário da abertura de serviço de atendimento complementar, que de forma momentânea, conseguiu responder às necessidades dos utentes que não tinham médico de família, aquilo que se propõe de uma forma muito concreta, é que os médicos, e que serão sempre os mesmos, que têm horas extraordinárias que têm de realizar para o Serviço Regional de Saúde possam assumir utentes de Núcleos de Saúde Familiar que não tenham ainda médico atribuído, mas serão sempre os mesmos, ou seja, serão médicos que já têm Núcleo de Saúde Familiar atribuído a atender outros utentes, ou parte de utentes de um Núcleo de Saúde Familiar que ainda não tenha médico atribuído ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, não é bem isso!

O Orador: ... e por isso estamos a falar sempre do mesmo médico a seguir o utente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não! Não é verdade!

O Orador: Também me parece claro, pelo aquilo que disse que nós não estamos a descurar a fixação de médicos na Região Autónoma dos Açores. Temos cerca de 45 internos em formação. São até mais do que aquilo que nós necessitamos como Região para garantir um médico de família a cada utente, mesmo com um rácio diferente daquilo que se definiu na República dos 2 mil, dos 1900 e agora está a ser passado para os 2100 ou 2200; de 1500 utentes, que para nós é o número que se adequa à qualidade assistencial na Medicina Geral e Familiar, indo também de encontro àquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares dizia da disponibilidade dos médicos em atender os doentes da sua própria lista.

E, por isso, não estamos, parece-me com a garantia, pelo menos com a perspetiva de que grande parte dos 45 internos possam ficar na Região. Nós iremos salvaguardar a questão dos médicos de família para todos os utentes nos Açores.

As ilhas de Flores, São Jorge e Graciosa, tal como referiu são ilhas que ultrapassaram um período de alguma dificuldade na estabilidade do seu quadro clínico, mas que felizmente no último ano essa situação tem sido invertida.

Nas Flores temos um especialista de Medicina Geral e Familiar, outro especialista equiparado a Medicina Geral e Familiar e mais um tarefeiro para o serviço de urgência. Temos três médicos em permanência, coadjuvados com um quarto médico quando necessário, principalmente para as questões urgentes.

Se tivermos em conta o rácio dos 1900 utentes, ou seja, temos uma situação de cobertura na ilha das Flores e temos também, já agora, devolhe dizer, tanto nas Flores como na Graciosa, em que também tivemos uma situação complicada, dois médicos assistentes graduados a concorrer a concursos de fixação nas próprias unidades de saúde de ilha e que irão não só aumentar o quadro, mas aumentar o quadro já com alguma diferenciação técnica, porque já não são médicos no início de carreira.

A unidade de saúde da ilha de São Jorge também tem uma situação de cobertura praticamente total da população de médicos de família para a população.

Agora temos um problema de gestão desses próprios médicos, que tem a ver com o funcionamento dos serviços de atendimento urgente, 24 horas sobre 24 horas, tanto nas Velas como na Calheta. Isso tem sido a maior dificuldade nas diferentes ilhas, principalmente nas ilhas de menor dimensão, porque o número de médicos de família necessários para cobertura de total da ilha é muito inferior, aquilo que é o número de médicos necessários para manter o serviço de urgência a funcionar 24 sobre 24 horas e, por isso, as ilhas de menor dimensão terão sempre mais médicos adstritos e terão a necessidade de mais médicos adstritos e, por isso, mais uma vez, os rácios, e se quiser falar em rácios, nós podemos dizer que com o número de médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar nos Açores, nós teríamos a população coberta; o problema são estas divisões e essas assimetrias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diferenças entre cada uma das ilhas!

O Orador: Por exemplo, e por isso lhe digo que em relação a São Miguel, a nossa previsão são à volta de 25 a 30 médicos, se estivermos a pensar no rácio dos 1500, que nos parece que é o rácio mais adequado, de

novos especialistas para a cobertura total. No entanto, temos aqui um problema ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... que não nos deixa olhar para esta situação de uma forma linear que é oficialmente estão 277 mil açorianos inscritos nas listas dos centros de saúde e pelos censos, nós somos bastante menos.

O que quer dizer que há aqui um diferencial relativamente a essa matéria, e isso é explicado não só pelos óbitos, pela emigração, tem muitas pessoas que mantêm o médico de família na Região, apesar de viverem por exemplo nos Estados Unidos e isso dificulta esta nossa equação.

No entanto, como disse, reafirmo aqui a nossa intenção de poder, a partir de 2016, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! O tal ano eleitoral!

O Orador: ... ter os Núcleos de Saúde Familiar constituídos e um médico em cada um desses Núcleos Familiares.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): O ano chave!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, segundo afirmações de Vossa Excelência contidas no *Diário Insular* estarão sem cobertura de médico de família na Região cerca de 67 mil cidadãos.

Assiste-se a uma inversão na prestação de cuidados no nosso sistema de saúde, com a procura acrescida dos cuidados hospitalares, porque precisamente a nível de cuidados primários não há resposta com a

agravante de que os cuidados hospitalares são mais caros do que os cuidados que são prestados a nível dos cuidados primários.

Apesar disso, Vossa Excelência e o Governo do qual faz parte, assumiu um conjunto de medidas que faz com que os poucos médicos de família que ainda existem nos centros de saúde passem, segundo as suas palavras e passo a expressão, “é serem escrivões” dos médicos especialistas, que passam análises e meios complementares de diagnóstico e que, segundo Vossa Excelência e acabo de o citar relativamente àquilo que disse esta manhã, os médicos de família têm necessidade de fazer o controlo de tudo aquilo que os médicos especialistas passam, portanto, já temos poucos, mas Vossa Excelência acrescentou-lhe ainda mais tarefas.

Conclusão, menos tempo disponível para aquilo que os médicos de família deveriam ter para a sua função essencial: a prevenção e a promoção da saúde. Mas Vossa Excelência assim não entendeu. Considera a componente privada do Sistema Regional de Saúde uma matéria, portanto, a abater, partindo do pressuposto errado, como eu já tive oportunidade de dizer aqui nesta Casa que o serviço público dá resposta a tudo e assumindo que os cidadãos vão a privada, porque querem e não porque não têm resposta num sistema público.

Passado este introito, Sr. Secretário, e depois do senhor ter aqui procurado relativamente a respostas colocadas a perguntas de colegas que intervieram anteriormente, procurar dizer que os Núcleos de Formação de Familiar, os Núcleos de Saúde Familiar bem descritos na circular normativa que Vossa Excelência fez distribuir por todas as unidades de saúde da Região de 7 de setembro de 2015, o senhor procurou aqui fazer passar a ideia de que os Núcleos de Saúde Familiar vão resolver todos os problemas, quando na verdade Vossa Excelência sabe e aqui neste

próprio documento é afirmado (eu já vou concluir e fazer a minha pergunta ...

Presidente: Sr. Deputado, não é para concluir, nem para fazer pergunta, é só para alertar que ainda estamos no acesso a consultas médicas de família e não nos Núcleos de Saúde Familiar, que era o objeto a seguir.

O Orador: Os Núcleos de Saúde Familiar, Sra. Presidente, permita-me discordar, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Faça um esforço!

O Orador: ... estão a íntima ligação com a acessibilidade...

Presidente: Sim, mas são objetos diferentes. Era só para que não fosse induzido em erro de perguntar sobre outros objetos que, logo a seguir, entraremos. Está bem?

O Orador: Com certeza.

Presidente: Obrigada.

O Orador: Mas, como sabe, esses Núcleos de Saúde Familiares vão ser entregues apenas e só 1500 cidadãos, eles não acrescentam em nada em termos de cobertura aos 67 mil que Vossa Excelência afirmou serem os cidadãos açorianos que estão sem cobertura de médico de família e a pergunta é esta Sr. Secretário Regional e permitam-me só um aparte: os 67 mil que naturalmente estarão insatisfeitos, porque aqueles que têm acesso à saúde, muito por via do competentíssimo profissionalismo dos profissionais, passo o pleonasma, que trabalham na saúde estão satisfeitos.

Queria perguntar-lhe se o Sr. Secretário Regional da Saúde está ou não disposto a contratar dos atuais médicos de Medicina Geral e Familiar um conjunto de médicos que fora do seu horário normal de trabalho assumam listas de utentes, que não estão cobertos pelos cuidados primários?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não concordo!

O Orador: Repito, não se trata de um atendimento pontual, mas sim de um assumir de uma lista por parte dos médicos que, neste momento, prestam cuidados primários de saúde nos nossos centros de saúde. Está ou não disposto a aceitar essa solução?

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra para responder.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, penso que a pergunta que fez já foi por mim aqui respondida.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não!

O Orador: Nós, de uma forma muito clara temos vindo a reestruturar o próprio funcionamento, no caso da ilha de São Miguel, dos atendimentos permanentes, que era uma das fontes de recurso, ou seja, de gastos de custo de horas de médicos de Medicina Geral e Familiar, que não nos permitiam utilizá-los em prol do atendimento corrente.

Temos vindo a reestruturar o próprio funcionamento do atendimento nestas situações e uma melhor distribuição das escalas de urgência a nível da ilha, exatamente para podermos dispor de horas extraordinárias desses colegas, estamos a falar das doze horas que todos nós como médicos temos de dar para além do nosso horário ao sistema público de saúde exatamente para o atendimento dessas listas e é dentro desse âmbito, que isso será garantido. Ou seja, nós iremos garantir que os médicos têm o seu Núcleo de Saúde Familiar e atendem os seus 1500 utentes e permita-

me que talvez aqui responda um pouco ao seu introito, dizendo que a sobrecarga não deve ser vista da forma com que Vossa Excelência a põe, porque nós não estamos a adicionar utentes aos médicos de família.

Nós estamos a pedir aos médicos de família que olhem para os seus 1500 utentes. Concordaria consigo se me dissesse que estou a sobrecarregar o sistema público de saúde querendo passar de 1900 para 2100 como pretende por exemplo o Governo República sobre essa matéria.

Aí concordaria que os utentes dessas listas iriam ter menos tempo de atendimento, não só estamos a propor uma redução, como estamos a pedir que os médicos olhem para a sua lista de utentes. Ou seja, não estamos a aumentar essa lista.

Deputado André Bradford (PS): Estamos a criar condições para a vinda de mais!

O Orador: Mas dizia eu que havendo a possibilidade de os médicos que atualmente estão a trabalhar no sistema público possam atender utentes dos Núcleos de Saúde Familiar de forma complementar, quer seja nesta utilização das horas extraordinárias, quer através de algum outro tipo de contratação, é essa no fundo a política ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual tipo de contratação? Contratam ou não contratam?

O Orador: Contratação específica, um programa específico de contratação para essas horas, mas foi exatamente essa a política que acabei de responder, tanto à Sra. Deputada Zuraida Soares, como ao Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é isso que lhe perguntei. O senhor responda àquilo que lhe perguntam!

O Orador: ... da nossa capacidade, neste momento, até final de 2016 de poder ter médicos atribuídos a todos os Núcleos de Saúde Familiares, ou seja, é essa, tal como já tinha explicado anteriormente, é essa a forma que nós vamos encontrar de conseguir; que vamos encontrar para atribuir um médico de família a todos os açorianos, dentro dessa utilização dos recursos já existentes no Serviço Regional de Saúde, enquanto os recursos que estão em formação ou os recursos, ...

Porque devo-lhe dizer que um concurso foi aberto recentemente para cinco médicos assistentes de Medicina Geral e Familiar na unidade de saúde de ilha, que se esperava e que seria apenas necessário abrir o concurso para apenas duas vagas, que eram os dois internos que tinham acabado esse ano a sua formação, desse concurso para cinco, os cinco lugares foram preenchidos, ou seja, além de dois internos da Região, temos mais três médicos que vieram do continente para a Região para iniciar as suas funções.

É previsível que no próximo concurso o mesmo aconteça e, por isso, temos uma previsibilidade de aumento do número de médicos a serem fixados no Serviço Regional da Saúde que nos irá permitir, à medida que esses médicos se forem fixando, reduzir o número de horas extraordinárias necessárias para cobertura dos Núcleos de Saúde Familiares aos médicos existentes e assim atribuir de uma forma mais permanente os médicos aos Núcleos de Saúde Familiar dos 1500 utentes.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições para este objeto.

Não havendo vamos então passar para o último objeto desta sessão de perguntas - Núcleos de Saúde Familiar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, afinal, pensei que era a última vez, mas ainda temos tempo de ir aos Açores, aos Açores no seu todo, as nove ilhas juntas e, portanto, a Região Autónoma dos Açores a propósito dos Núcleos de Saúde Familiar.

Por entre a falta de comunicação e de interligação entre serviços de saúde na própria ilha e o excesso de burocracia que inibe o acesso a cuidados de saúde bem com a agilização de processos, o Sr. Secretário Regional anunciou no mês passado a criação de Núcleos de Saúde Familiar, mimetizando, pelo menos, à primeira vista e bem, na avaliação do Bloco de Esquerda, as chamadas unidades de saúde familiares, cujo funcionamento é descentralizado como sabe e com autonomia funcional e técnica.

Não deixa de ser curioso relembrar que aqui, no plenário, numa sessão também sobre saúde, o Sr. Secretário Regional, numa resposta ao Bloco de Esquerda, que, aliás, apresentou aquando da audição dos partidos para a reestruturação da saúde exatamente a proposta de criar na Região Unidades de Saúde Familiar, o Sr. Secretário Regional teve ocasião de dizer aqui neste plenário e fora dele, que considerava as Unidades de Saúde familiares na Região um retrocesso do Serviço Regional da Saúde por serem uma forma dissimulada de privatização.

Ora, sendo assim como o Bloco de Esquerda entendeu da sua proposta dos Núcleos de Saúde Familiares que havia um mimetismo em termos de funcionamento e de objetivos com as Unidades de Saúde Familiar ficamos aqui, digamos, numa contradição: ou bem que são um retrocesso e uma forma encapotada de privatização da Saúde, ou bem que são um

ganho e que são, digamos, uma forma de continuar a melhorar a resposta do nosso Serviço Regional da Saúde aos utentes.

A pergunta que lhe faço, portanto, face a esta contradição é a seguinte: os núcleos de saúde familiares funcionarão ou não, de forma descentralizada, relativamente às atuais unidades de saúde de ilha e centros de saúde?

E uma questão relacionada com esta: os Núcleos de Saúde Familiares contarão com instalações próprias, com autonomia funcional e técnica, de forma a garantir uma maior proximidade e acesso das pessoas aos cuidados de saúde primários ou afinal o que é que são estes núcleos de saúde concretamente para nós percebemos de que é que o Sr. Secretário Regional está a falar e sobretudo em que é que está a pensar quando fala em Núcleos de Saúde Familiar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Para responder, tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida, agradeço-lhe a questão, porque efetivamente é necessário esclarecer alguma confusão que possa existir entre aquilo que são as Unidades de Saúde Familiar e os Núcleos de Saúde familiar.

Mantenho a minha posição relativamente às Unidades de Saúde Familiar e penso que a experiência que temos assistido no continente sobre essa matéria tem sido extremamente reveladora da desadequação do modelo, do ponto de vista, de sustentabilidade do mesmo. Não dentro daquilo que é uma melhor organização do sistema de saúde, dos cuidados de saúde primários à volta do utente.

Quer isto dizer o quê? Que o modelo organizativo das Unidades de Saúde familiares em que temos um médico de família, enfermeiro de família e o assistente administrativo de família é um bom modelo. É um modelo que cria proximidade com o utente, é um modelo que garante qualidade, no atendimento a esse utente e isso deve ser devidamente adaptado à Região. Agora, o modelo de organização e gestão desses Núcleos, dessas Unidades de Saúde Familiar tem vindo a ser ruinoso para o próprio funcionamento do Serviço Nacional de Saúde. Isto porque não só custam mais que aquilo que eram os tradicionais cuidados de saúde primários, como o atendimento aos utentes é feito apenas e meramente em base nos indicadores que são propostos e que são monitorizados desse núcleo e que garantem o seu próprio funcionamento e, por isso, aquilo que foi previsto para a Região Autónoma dos Açores, não só porque do ponto de vista de funcionamento e sustentabilidade do próprio sistema não se adaptava as unidades de saúde familiares à Região, como também em situações muito específicas, como as ilhas onde não há hospital, o próprio funcionamento do serviço de atendimento urgente, o próprio funcionamento do internamento não estão previstos naquele que é o modelo organizativo de uma USF, achamos que a melhor forma de garantir uma reforma dos cuidados de saúde primários e assim melhorar a proximidade desses cuidados aos cidadãos era adotar o modelo organizativo sem o modelo de gestão financeira das USFs e, por isso, os Núcleos de Saúde Familiares são a conjugação de três profissionais de saúde à volta de 1500 utentes, estamos a falar de 300 a 400 famílias, e que tentam garantir a essas 300 a 400 famílias o melhor atendimento possível, quer ponto vista médico, quer do ponto de vista da enfermagem, quer na interação que o administrativo irá fazer com os diferentes

sistemas de saúde, as diferentes unidades de saúde, quer hospitalares, quer outras redes, como por exemplo, a rede de cuidados continuados e que isso seja perceptível como mais uma mais-valia para o utente. Ou seja, nós não vamos na Região adotar modelos de funcionamento das Unidades de Saúde Familiares como continuo a não concordar com o modelo na globalidade. Agora vamos tirar, sim, uma mais-valia desse modelo, que é essa proximidade que gerou aos utentes e que tem manifestado graus de satisfação nos inquéritos que têm sido feitos aos utentes a nível do continente.

Nós já temos (e é importante que nós tenhamos um pouco a noção da nossa dimensão relativamente a essa matéria) alguma parecença com a autonomia das Unidades de Saúde Familiar na Região.

As nossas próprias unidades de saúde de ilha, pela dimensão da população que abrangem ... Por exemplo, existem USFs no continente com quatro, cinco médicos, cada um deles com 2 mil utentes, ou seja, estamos a falar de 10 mil utentes numa USF tradicional do continente; nós temos ilhas, como por exemplo, Flores, Santa Maria, Graciosa que tem uma dimensão de população bastante inferior e em que a própria unidade de saúde de ilha pode funcionar e deve funcionar como USF naquilo que é a sua autonomia administrativo-financeira e naquilo que é a sua capacidade de organizar o sistema de saúde da ilha como um conjunto e a resposta dos Núcleos de Saúde Familiar dessa ilha e a prestação dos serviços complementares aos Núcleos de Saúde Familiar (estamos a falar de serviços como a vacinação, como a saúde materna e obstétrica, como um internamento, como o serviço de atendimento permanente) na ilha de forma autónoma relativamente ao Serviço Regional da Saúde ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já é assim!

O Orador: ... e, por isso, penso que não é necessário criar autonomia funcional aos Núcleos para que exista autonomia na gestão da saúde de cada uma das ilhas, porque cada ilha tem o seu conselho de administração da unidade de saúde de ilha e tem a autonomia suficiente para organizar a sua prestação de cuidados dentro de cada uma das ilhas.

Os Núcleos serão na nossa perspetiva mais uma componente administrativa de organização e de identificação com o utente, em que se prevê que cada utente saiba concretamente o nome do médico, o nome do enfermeiro e o nome do administrativo e que eles se possam dirigir, do que propriamente criar aqui mais mecanismos de gestão intermédia ou descentralização.

Essa descentralização, na nossa perspetiva, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... é garantida pela USI, pelo Conselho de Administração da própria USI.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Zuraída Soares vai usar do direito da réplica.

Tem a palavra, então.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, a ver se eu compreendi.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não está fácil!

A Oradora: As Unidades de Saúde Familiares têm sido ruinosas para o Serviço Nacional de Saúde. Disse, o Sr. Secretário.

Eu aconselhava o Sr. Secretário a pensar em muitas outras questões que têm sido verdadeiramente ruinosas para o Serviço Nacional de Saúde antes de chegar às Unidades de Saúde Familiar que até são do ponto de

vista da opinião especializada e especialista, da opinião dos utentes e da opinião, digamos, publica em geral, uma mais-valia do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, um bom exemplo até em termos internacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E do PS Nacional! E do Ferreira de Campos! E da Ana Jorge!

A Oradora: Portanto, dizer que ela tem sido ruinosa para o Serviço Nacional de Saúde, eu acho que, em hierarquia, temos que começar muito antes das Unidades de Saúde Familiares para encontrarmos as causas desta ruína do Serviço Nacional de Saúde que começa, enfim, na descapitalização do mesmo, no subinvestimento do mesmo e passa pela promiscuidade entre o público e o privado, por exemplo, em que é tudo a pagar para o mesmo e tudo, somos todos nós.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que está enganada!

A Oradora: Agora, diz o Sr. Secretário Regional da Saúde que as Unidades de Saúde Familiares garantem e bem, na opinião do Secretário, o acesso, um melhor acesso e uma maior proximidade com o doente, o que só pode ser bom.

No fundo, é isto que nós queremos todos e, aliás, é o que todos reivindicamos o Serviço Regional da Saúde e que nos queixamos que está posto em causa. É isto que se passa, mas agora onde é que surge a minha dúvida?

É que o Sr. Secretário diz assim: “o acesso e a proximidade é bom das Unidades de Saúde Familiares garantidas, é bom, por isso, nós queremos isso para os Núcleos de Saúde Familiares que vamos implementar cá. O que nós não queremos na Região Autónoma dos Açores? É a autonomia financeira e administrativa e, pelos vistos, nem funcional, nem organizacional.”

Mas então afinal, volto a fazer-lhe a mesma pergunta Sr. Secretário Regional: o que é que são os Núcleos de Saúde Familiares se não têm autonomia nenhuma, se não têm nada de diferente das outras organizações ao nível da saúde, que outro tipo de oferta vão prestar?

Isto sim, é que me parece redundante. É acrescentar mais uma coisa que não tem uma diferença objetiva, porque de acordo com aquilo que o Sr. Secretário Regional disse ficará tudo na mesma agora, com a garantia de que a proximidade será maior com o paciente, com os doentes e que o acesso à saúde será maior. Mas isso mais uma vez, são intenções e autonomia para fazer isso? O senhor disse que não existiria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu lamento não me ter conseguido fazer explicar sobre essa matéria, ou pelo menos não ter deixado claro a minha posição, a posição do Governo sobre esta matéria.

O modelo organizativo das USFs é louvado por todos a nível nacional e até internacional e é apontado como um exemplo da reforma dos cuidados de saúde primários a nível do país, todos nós concordamos.

Agora, é importante perceber e ler, não só aquilo que são as opiniões técnicas sobre a componente organizativa desse sistema, mas também as opiniões de sustentabilidade financeira desse próprio sistema, porque nós queremos desenhar um sistema que seja bom, mas que também seja sustentável do ponto de vista financeiro e que nos garanta uma continuidade do Serviço Nacional e Regional, porque se não houvesse

problemas relativamente às Unidades de Saúde Familiares e se as Unidades de Saúde Familiares fossem algo de tão fácil implementação, de tão rápidas melhorias que trariam ao sistema público de saúde, nós já teríamos o país todo com Unidades de Saúde Familiares.

Não há motivo para que ninguém, nem mesmo o Governo CDS-PP/PSD, implementasse Unidades de Saúde Familiares em todo o país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão a ser implementadas!

O Orador: Essa limitação tem vindo muito por aquilo que foi um modelo de financiamento que foi inicialmente previsto para essas unidades e que todas as pessoas têm emitido opinião sobre o assunto.

O Sr. Secretário de Estado Leal da Costa já falou sobre essa matéria; um dos grandes académicos sobre esta questão do financiamento do Serviço Regional da Saúde, Dr. Pita Barros, também já emitiu opiniões sobre essa matéria; o próprio Tribunal de Contas já fez uma avaliação da implementação e da sustentabilidade financeira das Unidades de Saúde Familiares e todos chegaram à conclusão que é um modelo que não garante sustentabilidade ao funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, e por isso, se nós temos uma Assembleia Legislativa Regional, se temos órgãos de governo próprio vamos tentar copiar aquilo que está bom e não copiar aquilo que está mau, e por isso, e de uma forma muito clara, aquilo que iremos fazer é copiar um modelo organizativo das Unidades de Saúde Familiares, ou seja, os utentes terão direito a terem uma cara conhecida relativamente ao seu médico, ao seu enfermeiro e ao seu administrativo de família. Isso garante a boa perceção que os utentes têm das Unidades de Saúde Familiar no continente, ou seja, há um reconhecimento dos profissionais de saúde que lhe prestam os cuidados: médico de família, enfermeiro de família e o administrativo.

O modelo de financiamento não precisa de ser copiado, ou seja, nós podemos utilizar aquilo que é o sistema público de saúde e não criar estes modelos de financiamento, que no fundo são modelos (foi na altura que lhe disse) quase de parceria público-privada, em que há uma atribuição de um financiamento a uma USF, no sentido de garantir indicadores de saúde, não sabemos se são de qualidade ou não, mas indicadores de saúde aos seus utentes.

Aquilo que nós queremos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... é que dentro do funcionamento do serviço público de saúde tenhamos esse tipo de organização, ou seja, quando a pessoa se dirige ao centro de saúde sabe a quem é que se dirige, mas no fundo continuamos a ter um centro de saúde, uma unidade de saúde de ilha, essa sim, com a devida autonomia e que por consenso entre os diferentes Núcleos de Saúde Familiar dessa unidade de saúde de ilha, pode tomar decisões, mais para a direita, mais para a esquerda com a autonomia que cada unidade de saúde de ilha tem na gestão dos seus recursos, quer humanos, quer financeiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou confuso com a confusão da explicação do Secretário Regional da Saúde, porque, na verdade, o que o Sr. Secretário Regional pretende transmitir é que pretende atingir os mesmos resultados assistenciais com o modelo das Unidades de Saúde Familiares, criando aqui nos Açores Núcleos de Saúde Familiares que nada têm a ver uma coisa com a outra.

E considerar, Sr. Secretário Regional, que um modelo das Unidades de Saúde Familiar que funciona no continente, como Vossa Excelência sabe, é um modelo ruinoso, do ponto de vista da sua sustentabilidade, essa sua afirmação deve ter deixado arrepiada a sua bancada, porque, na verdade, foram governos socialistas que implementaram este modelo na República e o candidato a primeiro-ministro do Partido Socialista, António Costa, defende precisamente no seu programa a criação de mais 100 Unidades de Saúde Familiares nos próximos 4 anos.

Portanto, Vossa Excelência deve ter deixado arrepiada a sua bancada com a afirmação que o senhor fez ...

Deputados Luís Garcia (PSD): Eles estão distraídos!

O Orador: ... e depois ainda agravou mais a sua afirmação dizendo porque gastam mais.

Sr. Secretário, dizer isto é uma afirmação de quem não tem visão, porque o investimento inicial nas Unidades de Saúde Familiar vem a ser recuperado a médio-longo prazo com indicadores de saúde que estão à prova de todos e se o senhor quiser consultar não só o estudo do Tribunal de Contas, mas os estudos científicos que estão publicados em Portugal sobre o funcionamento das Unidades de Saúde Familiares, o senhor rapidamente chega à conclusão de que os ganhos em saúde não se obtêm de forma imediata e que ao contrário daquilo que o senhor fez transparecer numa primeira fase é preciso investir para depois colher resultados.

Mas os Núcleos de Saúde Familiares não têm nada a ver com Unidades de Saúde Familiares. Os Núcleos de Saúde Familiares, a Sra. Deputada Zuraída Soares permita-me que eu de certa forma lhe possa dar a minha

visão, não é explicar, a minha visão sobre o assunto, penso que está muito próxima da realidade.

Até agora um utente que tinha médico de família dirigia-se às suas consultas, conhecia um enfermeiro num centro de saúde e um administrativo que o atendia, num dia. Numa outra ocasião, o médico de família era o mesmo, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E a pergunta ao Sr. Secretário?

O Orador: ... mas poderia apanhar uma enfermeira diferente e um administrativo diferente. O que os Núcleos de Saúde Familiar vão fazer é precisamente juntar um médico, um enfermeiro e um administrativo que tenderão sempre atender aquele mesmo utente, ou sempre aquela mesma família, portanto, é uma questão de organização interna e aqui o Sr. Secretário, o que o senhor pretende transmitir é que a cobertura da população sem médico de família em nada melhora com a criação dos Núcleos de Saúde Familiares, que é a ideia que o senhor procura transmitir, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de fazer a pergunta.

O Orador: ... porque na verdade continuarão a ser atendidos os mesmos 1500 para os médicos de Medicina Geral e Familiar, que têm horários de 35 e 42 horas, como Vossa Excelência sabe, ou 1900 utentes se assumirem os novos contratados 40 horas semanais. Foi isso que o senhor negociou com os sindicatos médicos e que está no acordo coletivo de trabalho.

Portanto, não confundamos as coisas. Não há ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de fazer a pergunta.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente.

Já termino e já faço a minha pergunta.

Não confundamos as coisas, os Núcleos de Saúde Familiar em nada vão contribuir para aumentar a cobertura da população sem médico de família nos Açores, nem vão ter objetivos e metas a atingir, por aquilo que conheço da circular de 7 de setembro, tal e qual como existem metas e objetivos a atingir em termos de indicadores de saúde nas Unidades de Saúde Familiares. São coisas diferentes. Não sei com que intenção Vossa Excelência mimetizou os dois modelos, mas eu sou capaz de desconfiar.

Pergunta, Sr. Secretário: dos 67 mil açorianos que Vossa Excelência assumiu que não têm médico de família, quantos ao abrigo deste novo modelo de organização administrativa, estou a citar, vão passar a ter cobertura por parte de um médico, enfermeira e administrativo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente às Unidades de Saúde Familiares, o senhor próprio leu os mesmos relatórios que eu li sobre essa realidade a nível nacional e que é, em termos organizativos, o modelo que melhor se adequa às necessidades correntes de cuidados de saúde primários, o que não quer dizer e o que o relatório do Tribunal de Contas põe muito em causa é que o modelo de financiamento dessas Unidades de Saúde Familiar seja esse. Ou seja, que aquilo que é o sistema de incentivos associado a indicadores de qualidade tenha que ser mantido da forma com que está desenhado.

O que quer dizer, Sr. Deputado, sim senhor, concordamos todos e até nada me espanta e até lhe posso dizer que acho que a organização das

Unidades de Saúde Familiares devem ser transpostas para os cuidados de saúde primários que ainda não estão nessa organização, no modelo ainda anterior de centro de saúde, agora, não precisamos é de copiar também a componente de modelo de financiamento, porque como sabe e bem, eu percebo que seja fácil para nós todos, profissionais a ganhar 14, 15, 16 mil euros ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Incomoda-o?

O Orador: ... por Unidade de Saúde Familiar, 14, 15, 16 mil euros é algo que, para nós, na nossa perspetiva, não faz sentido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Incomoda-o?

O Orador: Logo, se aquilo que o serviço que nós temos que prestar aos nossos utentes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ganham 18 mil euros para não fazer nada e o senhor paga!

O Orador: ... pode ser feito num modelo público e não num modelo de parceria público-privada, nós preferimos esse serviço de saúde num modelo público,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é o sistema de prevenção que o senhor tem nos Açores!

O Orador: ... porque enquanto em outras áreas de atuação nós podemos ter parcerias público-privada, ou podemos ter a entrega dos nossos serviços a outrem, na saúde e nos cuidados de saúde primários, se na Região Autónoma dos Açores quisermos uma boa rede de cuidados de saúde primários, temos e devemos ter um modelo público.

De que forma esses 67.000 açorianos irão ter a sua situação salvaguardada com este novo modelo organizativo?

De uma forma muito simples, Sr. Deputado, todos os médicos de Núcleos de Saúde Familiares constituídos que tenham horas a mais, ou que queiram connosco contratualizar horas para atendimento nos Núcleos de Saúde Familiares que não têm médico atribuído passarão a trabalhar também nesses Núcleos de Saúde Familiares de uma forma transitória, é obvio até à chegada de novos colegas, mas que nos permitirá já a partir do próximo ano salvaguardar grande parte dos utentes que não têm médico de família e, por isso, este modelo de organização permite-nos exatamente isso. Um médico é responsável por 1500 utentes, então vamos atribuir a esse médico outro Núcleo de Saúde Familiar para que, ou parte de outro Núcleo de Saúde Familiar, esses utentes tenham acesso ao médico de família.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantos?

Deputado Luís Maurício (PSD): Ele já disse que era em 2017!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Para uma próxima pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, bom, eu já percebi que o seu objetivo não é melhorar a eficiência do Serviço Regional de Saúde, fazendo uma articulação com o sistema regional de saúde que o senhor quer destruir pura e simplesmente e que está em vigor nos Açores há 40 anos e quer destruí-lo, eliminando exatamente a privada. Hoje percebi algumas coisas, já foram citadas aqui por outros colegas, nomeadamente o Dr. Luís Maurício, mas eu já percebi o que é que o incomoda, o que o incomoda é o que os outros ganham. Não é a poupança que o senhor

possa ter no Serviço Regional da Saúde e o esbanjamento que o senhor possa ter no Serviço Regional da Saúde e continua a ter.

O que o incomoda é que nas Unidades de Saúde Familiar no continente, os médicos, os profissionais de saúde, os enfermeiros, os administrativos ganham efetivamente mais, mas a despesa não aumentou, Sr. Secretário. Antes pelo contrário, ela diminuiu. Aí é que está a vantagem de gestão, ao contrário da sua, que o senhor diminui os ordenados de alguns profissionais de saúde, nomeadamente Medicina Geral e Familiar e aumenta a despesa em alguns contratos e algumas coisas que o senhor faz e a sua Secretaria.

E mais! Há alguns sistemas de prevenção que o senhor não é capaz de tocar. O que é vergonhoso, senhor Secretário, é a 17, 18 e 20 mil euros, como às vezes os senhores dizem e fazem divulgar quando vos interessa e isso não corresponde a trabalho. Isso é que é vergonha. Agora, ter inveja daquilo que os outros ganham, oh Sr. Secretário, fica feio, porque o dinheiro, é a poupança no sistema. Poupança no sistema!

Agora, eu queria que o Sr. Secretário dissesse, falou em médico, rosto do médico. Oh Sr. Secretário, o problema hoje em dia, sabe qual é?

É que os açorianos sabem qual é o rosto do seu médico de família. O médico de família é que já não sabe qual é o rosto dos seus utentes, porque lhe manda um papel para ele reconhecer, nem sequer vê o utente. Manda-lhe um atestado, para ele validar e não vê a pessoa. Não sabe de quem é, porque o senhor criou uma consulta de apoio para validar um atestado de um doente, que o médico nunca viu na sua vida. Isso é que é contra os bons princípios da medicina, Sr. Secretário e a pergunta é: o rosto, hoje em dia, é que o pai tem um rosto do médico, a mãe tem um rosto do médico e os 2 filhos tem o rosto de outro médico, para quando a

reorganização do médico de família e quando todos os elementos da mesma família vão ter o mesmo rosto, o mesmo médico e, já agora, o mesmo enfermeiro de família, quantas unidades de saúde têm a figura nunca criada e um dos maiores embustes do Serviço Regional da Saúde e do seu Governo, que se chama enfermeiro de família?

Presidente: Tem de terminar, senhor deputado.

Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, as conclusões sobre o modo de financiamento e os vencimentos das Unidades de Saúde Familiares não são apenas as minhas reflexões sobre o assunto.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não são números?

O Orador: Existe um relatório do Tribunal de Contas muito concreto que nos dá pistas sobre esses vencimentos e nos transmite pelo menos a ideia contrária que o senhor nos veio afirmar ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não há uma única queixa de um utente!

O Orador: ... que é um sistema que sai mais caro e não um sistema que sai mais barato e, por isso, se nós podermos ter um sistema que funciona bem...

Há pouco, os Srs. Deputados todos afirmaram que os 70% dos utentes satisfeitos eram aqueles que tinham acesso ao sistema e que esses quando lá estavam dentro estavam satisfeitos. Se nós temos um sistema que funciona bem, que tem uma organização e que dá satisfação os nossos utentes, não vamos alterar o modo de financiamento desse sistema, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: ... para garantir um outro tipo de sistema que nós não sabemos bem, se irá corresponder às necessidades dos utentes.

Aquilo que nós temos, de uma forma muito concreta e que nós queremos é que, tal como o senhor ia respondendo à primeira questão, tal como o Sr. Deputado diz, garantir que o Núcleo de Saúde Familiar (e por isso é que chamamos núcleo de saúde familiar, sim senhor são 1500 utentes, mas que prevê que sejam à volta de 300 a 400 famílias) seja responsável pela saúde da família e não haja um pai de um lado, um mãe do outro e os filhos noutra médico de família, ou seja, os administrativos de família vão ter um papel fundamental ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai corrigir isso?

O Orador: ... nessa organização, porque ao atribuirmos um administrativo de família ao Núcleo de Saúde Familiar, obviamente irá tentar em conjunto com os restantes colegas (os núcleos vão ter que ter alguma interação entre si) encontrar maneira de juntar todas as famílias num único núcleo e é esse o objetivo. Respondendo de uma forma muito direta, esses núcleos irão permitir que as famílias estejam todas juntas, sim. Esses núcleos irão permitir que as famílias estejam todas juntas.

Daquilo que lhe posso dizer, Sr. Deputado, e de uma forma muito direta, eu percebo que a perceção do funcionamento do sistema de saúde para quem não tem médico seja diferente da perceção para quem tem médico, é que estes núcleos irão tentar dar resposta aos utentes sem médico de família.

É importante que de uma forma abrangente possamos todos acompanhar a evolução deste projeto, e acarinhá-lo no fundo, para que se dê resposta

àquilo que é um dos maiores problemas dos açorianos em termos de saúde que é a falta de uma referência nos cuidados de saúde primários, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos de acordo!

O Orador: ... do seu médico de família, do seu enfermeiro de família e do seu administrativo de família.

Se o modelo dos enfermeiros de família vai ser exatamente igual àquele que tem sido proposto e que tem sido avaliado ao longo destes anos?

Muito provavelmente não, até porque a própria Ordem dos Enfermeiros ainda não acertou (e temos vindo a trabalhar com eles) internamente qual o modelo que quer, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esta, a regional, porque a nacional há muitos anos que acertou!

O Orador: ... mesmo a nacional, ainda não definiu claramente, qual o modelo que quer para os médicos para os enfermeiros de família. Se é uma especialidade, se não é uma especialidade autónoma, se tem competências que os outros enfermeiros têm, se não tem competências que os outros enfermeiros têm, por isso, tem sido também difícil para o Governo Regional definir ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está definido!

O Orador: ... e a alargar o âmbito desses projetos de enfermeiro de família às outras unidades.

Agora uma coisa posso garantir, que é este enfermeiro de família nos Núcleos de Saúde Familiar é um enfermeiro que irá dar resposta à família, irá fazer uma avaliação daquilo que é o complemento geral da família, mas que se irá articular, obviamente, com os restantes colegas especialistas em saúde materna e obstétrica, especialistas em saúde infantil e especialistas em saúde mental e por aí a fora.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra para uma pergunta, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo também o Bloco de Esquerda pela promoção desta sessão de perguntas orais que temos podido assistir tem contribuído cabalmente para o esclarecimento de questões importantes acerca do funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Neste objeto específico anotámos desde logo o facto da criação destes Núcleos de Saúde Familiar darem nota da aposta deste Governo Regional em medidas concretas que vão ao encontro das necessidades efetivas da população, ao contrário daquelas que parecem ser algumas das preocupações das intervenções que me antecederam e que se detiveram sobretudo na periferia da questão e em incómodos, muito específicos, que eu tenho dificuldade em compreender, aliás, sobretudo vindo alguns, no caso específico do PSD, de um partido que na República não descansou enquanto não alterou, por exemplo, a lei do aborto, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Passe à frente!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é para a gente rir!

O Orador: ... ou enquanto não retirou dos programas curriculares, as doenças sexualmente transmissíveis, é extraordinário que venham agora, enfim, papaguear questões relativas à saúde quando não descansaram ao nível da saúde não mexeram nestas matérias ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, ao que tudo indica, e pelo que foi veiculado na comunicação social, Sr. Secretário, a esmagadora maioria destes núcleos estará constituída até ao final do ano e contará ao que sabemos com uma equipa multidisciplinar que se debruçará sobre questões concretas relacionadas com cada utente.

No entanto, eu julgo importante que enfim percebamos todos, de uma forma clara e objetiva, quais são efetivamente as mais-valias da criação destes núcleos. Agradecia que as elencasse e que as esclarecesse.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso tem alguma coisa a ver com a outra?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, penso que para os açorianos haverá uma clara mais-valia na transformação dos cuidados de saúde primários neste modelo dos Núcleos de Saúde Familiares, principalmente por aquilo que é a proximidade que os açorianos podem sentir e ter relativamente aos seus cuidados de saúde, nos centros de saúde.

Nós temos por base um sistema de saúde assente nos cuidados de saúde primários com a devida complementaridade nos cuidados hospitalares, tal como o Sr. Deputado Luís Maurício aqui já referiu, tínhamos um sistema, no entanto, aquilo que era a realidade, era um sistema mais baseado na componente hospitalar do que na componente de cuidados de saúde primários e, por isso temos que tomar aqui medidas arrojadas, medidas

que deem claramente a entender ao Serviço Regional da Saúde que a nossa intenção é o reforço de uma melhor capacidade dos cuidados de saúde primários no atendimento e no acompanhamento dos seus utentes.

Por isso, aquilo que me parece que é fundamental e que será uma mais-valia para os açorianos é terem um grupo de profissionais: um médico que habitualmente já era associado a estas funções nos centros de saúde, mas também um enfermeiro e agora um administrativo, a quem podem recorrer para resolver os seus problemas de saúde e talvez dando uma resposta muito concreta àquilo que são algumas das questões levantadas hoje pela Sra. Deputada Zuraida Soares, ou seja, situações em que há uma deficiente interação com o sistema de saúde. Estou-me a lembrar daquele caso do senhor que tinha o seu médico de família e precisava fazer os exames complementares e que precisava de uma interação com o próprio hospital. Nesse caso específico, o utente poderá se dirigir ao seu administrativo e dizer: “Temos aqui um problema, não consigo marcar a consulta de forma atempada, consegue com os seus colegas do hospital perceber o que é que está a passar relativamente ao exame” e essa pessoa irá ficar responsável por toda esta interação com o sistema de saúde e não terá que ser o utente a andar a ligar para os diferentes sítios, a tratar dos seus problemas.

Acho que será um modelo que nos trará uma grande mais-valia e irá trazer uma perceção aos açorianos de maior proximidade e de maior confiança nos seus cuidados de saúde primários.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições para este ponto.

Sendo assim, encerramos o nosso primeiro ponto da Agenda e vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto dois refere-se ao **Projeto de Resolução n.º 128/X – “Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidos na Região”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos utilizados foram organizados pela Conferência de Líderes e estão distribuídos da seguinte forma: o proponente, o PS e o Governo, dispõem de 25 minutos; PSD, 20 minutos; e as Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, do PCP e do PPM, 10 minutos.

Informo a câmara que foi distribuída por todos uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução. Penso que é ele que será apresentado, debatido e posteriormente votado.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos tem-se observado na Região Autónoma dos Açores uma evolução significativa no sector da carne.

A qualidade das nossas pastagens e a forma como é feita o maneio dos animais contribuíram de forma determinante para a qualidade da carne do Açores, o que levou a Região a solicitar a sua proteção, tendo em 2003 sido reconhecida pela Comissão Europeia uma Indicação Geográfica Protegida (IGP).

A carne de animais produzidos à base de pastagem possui, para além de uma qualidade organolética distintiva, um valor nutricional muito superior quando comparada com os animais acabados à custa de ração.

Este valor resulta da sua riqueza em ácidos gordos benéficos à saúde, nomeadamente os ómeegas-3 (ω -3), que protegem contra acidentes cardiovasculares e os CLA que reduzem a incidência de cancro.

Uma vez que o nível de consciencialização dos consumidores para o consumo de alimentos saudáveis é cada vez maior, a carne de bovino dos Açores encerra assim um elevado potencial comercial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No entanto, tem-se registado um número indesejável de carcaças que apresentam um defeito de qualidade altamente penalizador, ou seja, carcaças DFD, que se caracterizam por uma carne escura, rija e seca, muito pouco atrativa para o consumidor.

Esta carne de qualidade inferior resulta dum esgotamento das reservas energéticas dos animais no período pré-abate, o que resulta numa carne com um pH anormalmente elevado.

Consequentemente, estas carcaças apresentam um tempo de vida útil muito mais curto, pois o seu valor de pH não é suficientemente baixo para retardar o crescimento dos microrganismos que causam a sua deterioração, constituindo provavelmente a maior causa de desperdício de carne durante o processo de produção, situação que é agravada no caso da carne dos Açores a que acrescem longos períodos de transporte.

Recentemente um estudo realizado na Universidade dos Açores revelou uma elevada taxa de incidência da condição DFD na carne de bovinos abatidos no matadouro da Ilha Terceira, ou seja, 30% das carcaças possuíam um valor de pH anormalmente elevado.

Em consequência disto, há praticamente um ano atrás, uma importante cadeia nacional de distribuição a retalho, devolveu à procedência várias

carcaças abatidas na Região devido, precisamente, a valores de pH demasiado elevados.

Os produtores de carne bovina da Região que trabalham todos os dias para que a carne dos Açores se diferencie por uma qualidade de excelência são os principais prejudicados por esta situação, à qual são completamente alheios, pois são eles os principais penalizados pelas económicas resultantes da devolução das carcaças dos seus animais, cuja má qualidade se deve à falta de condições dos matadouros da Região tutelados pelo Governo.

Sras. e Srs. Deputados, com a crise que se vive neste momento no setor agropecuário da Região não nos podemos dar ao luxo de arruinar a imagem de qualidade que a carne de bovino dos Açores já conseguiu conquistar.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do art.º 145.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que:

Apresente ao Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, até 31 de março, um relatório circunstanciado sobre os fatores que determinam a ocorrência de carnes DFD e quais as medidas preventivas implementadas.”

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de falar do Projeto de Resolução do CDS-PP gostava antes de referir, e acho que é importante referir e a Sra. Deputada Graça já o reconheceu, o grande investimento feito na rede regional de abate e referir que sem esse investimento hoje não era possível atingirmos o número de abates que se tem verificado, a importância dos produtores na melhoria da genética e na melhoria da qualidade das carcaças, as carcaças muito mais bem conformadas, o que se traduz numa melhoria significativa de preço para os produtores.

Também gostava de referir a evolução da carne nos últimos 5 anos. Podia falar de 10, até podia falar para trás de 96, mas para ter uma referência mais atualizada optei por fazer nos últimos 5 anos e gostava de referir entre 2009 e 2014, dado a esse grande investimento e à rede regional de abate que nós possuímos, o aumento significativo de abates, ou seja, tivemos durante 5 anos (2009-2014) um aumento de animais de 7.384, o que representa mais 30% de novilhos.

Relativamente ao vitelão, também 2009-2014, mais 1.727 animais, o que representa mais 17%.

Traduzindo isso em números de animais vivos para carcaça, em 2004 (num período de 10 anos) a Região exportava em vida 46.691 animais; em 2014 baixou drasticamente para 12.739, ou seja, menos 33.952 animais.

O que se traduz aqui em mais-valias para a Região, neste caso particular para os produtores de carne.

Fiz uma conta simples ainda há pouco tempo, mas ronda na ordem dos 20 milhões de euros essa mesma exportação (estamos aqui a falar da exportação não dos animais abatidos para localmente), para além dos apoios que representam uma verba na ordem dos 10 milhões, estamos a falar numa verba na ordem dos 30 milhões de euros que representa para a Região e que representa para os nossos produtores de carne.

Falando propriamente do Projeto de Resolução, dizer que todas as iniciativas que contribuem para o enriquecimento dos Açores, para a melhoria dos produtores regionais e que acrescenta mais-valias aos produtores são bem-vindas e com certeza que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista as acolhe.

Graças aos investimentos realizados hoje, a Região produz produtos de qualidade com a envolvência de todos, do Governo Regional dos Açores, da indústria, das associações, das cooperativas de produtores e os produtores que têm feito um trabalho fantástico.

Numa evolução constante e num mercado cada vez mais aberto e competitivo realmente os nossos agricultores são uns heróis, são os grandes responsáveis pela transformação agrícola que se tem verificado na nossa Região.

As pessoas são a razão de ser do nosso trabalho, é por elas e para elas que nós trabalhamos, criando condições de trabalho e de bem-estar, neste caso particular, os produtores de carne.

Nesta, como em outras situações, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, bem como o Governo dos Açores, está e estará sempre empenhado na proteção e na melhoria dos produtos regionais.

Quanto ao que está em causa no Projeto de Resolução, o pH da carne, não é de ontem, não é de hoje, já tem anos, no entanto agora e mais

recentemente, aparecem essas novas exigências que até nós compreendemos.

Não sendo especialista, tive o cuidado de pesquisar e também perceber minimamente o que daí advém.

Importa, portanto, aqui perceber como é medido o pH da carne na Região, portanto, na origem, e no destino, como funciona a calibração dos medidores e qual a peça de carne que é medida, quer cá, quer lá, ou seja, quer na origem, quer no destino.

Há casos que eu tenho conhecimento em que essa medição que é feita na Região depois não condiz com a mesma medição que é feita no continente e aí deixa algumas dúvidas porque é que acontece.

Por essa razão também esse mesmo Projeto poderá ajudar a nos esclarecer.

No entanto, é bom lembrar que países mais evoluídos existem carcaças de bovino com percentagem de pH elevada. Portanto, não há um controle absoluto. Não conseguimos acabar com isso, não conseguimos eliminar, mas certamente podemos melhorar.

Os Estados Unidos da América, um país de referência, a incidência é de 3% nos bovinos abatidos.

O pH da carne é um parâmetro importante de qualidade já que pode influenciar a cor, a capacidade de retenção de água, a maciez, entre outros fatores.

Segundo estudos existentes, o pH está relacionado com a ante morte e o pós morte.

A ante morte está relacionada com o manejo, o transporte, condições climáticas adversas, ajuntamento de diferentes grupos de animais e chegando ao matadouro e ficando juntos, quando antes não estavam

juntos. Há uma série de fatores, portanto, que são difíceis de controlar, mas que podem e devem ser melhorados, nomeadamente melhor informação aos criadores de gado para abate.

Há realmente, como a senhora já ali frisou, situações de stress antes do abate que provoca grande perda de energia do animal. A redução energética dos bovinos faz-se lentamente não havendo tempo suficiente para a sua reposição. Sem essa energia é lógico que o pH não baixa o suficiente, daí que a carne seja mais rija e de menos qualidade e nada pode ser feito.

O pós morte tem a ver com o valor, a velocidade da queda do pH, a temperatura de luz que são fatores importantes para determinar a qualidade da carne. Por isso, também aqui, é necessário tomar todos os cuidados com o animal antes do abate.

Apara concluir, este tipo de carne, como a senhora ali também referiu, não está estragada. Pode ser consumida. Na realidade tem menos tempo de vida útil, o que quer dizer que tem de ser ingerida no imediato e claro que para ser transportada para o continente só o transporte, por aqui, já perdemos tempo.

Portanto, ficava-me por aqui e dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda e com certeza que votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto para a gente falar sobre a carne é preciso fazer aqui alguma retórica de história.

É preciso lembrar que há pouco mais de uma década, o setor da carne na Região, consistia no abate de animais para consumo interno, existindo umas exportações pontuais de carne abatida para o continente, sendo o grosso da exportação feita com bovinos vivos com idade inferior a 12 meses.

Isto era uma situação que não era lucrativa aos produtores e até reconhecemos a má imagem que dava estes embarques, onde os animais chegavam ao seu destino dependendo da vontade, ou da falta dela, dos tratadores que os acompanhavam nos navios.

Esta situação alterou-se. As associações de produtores e empresários do setor conquistaram mercado e com isso mudaram mentalidades na forma do manejo do gado, dando valor a um filão de animais do setor leiteiro e da carne que não era devidamente aproveitado, algo, como ainda agora aqui se viu, que o Partido Socialista muitas vezes clama como um trabalho seu, mas sejamos honestos e respeitamos quem na verdade merece este mérito.

Desde 2008 que se observa na Região um aumento dos abates, em que já se atingiu um patamar em que a quantidade da carne exportada chega a ser superior à consumida localmente.

Foi um sector que evoluiu, sujeitando-se a um conjunto de regras e critérios de manejo que vão ao encontro das exigências de um mercado muito competitivo e exigente.

É de salientar as obrigações impostas aos produtores no que concerne às regras de bem-estar animal, quer na sua criação, quer no transporte, onde foram feitos investimentos, pensando sempre no melhor: o sucesso da carne Açoriana nos mercados externos e interno.

Mas apesar dos produtores terem investido em si e na imagem deste produto, o Governo Regional até que tem feito algumas diligências, mas a uma velocidade inferior àquela que lhe é pedida.

As associações e privados, já em legislaturas anteriores, têm alertado este Governo.

Eu, assim como o Sr. Deputado Duarte Moreira ainda é dirigente agrícola e eu também já fui, lembro que ainda nos conselhos de agricultura o problema das abegoarias e do frio foi sempre levantado. Até hoje pouco se fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que estão aqui! Vocês e outros!

O Orador: As melhorias na rede de abate têm feito parte dos planos e orçamentos apresentados pelo Governo e esperava-se que do papel se saltasse para a realidade, sendo esta uma necessidade dos produtores, apontando muita vez para as condições de abegoaria e capacidade de frio, que ainda mais estão comprometidas pelo serviço de transporte marítimo inconstante, que chega muita vez ao destino com demoras que não foram planeadas.

É lamentável, injusto, que um produtor que se dedique e invista durante cerca de um ano ou mais, na criação de um animal, perder todo o seu valor, porque o matadouro, é responsabilidade deste Governo, não reúne as condições necessárias para este fim.

O que aqui foi proposto foi a melhoria da própria imagem da Região, algo que esperamos que seja entendido também por este Governo.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por centrar a minha intervenção naquilo que é o verdadeiro conteúdo do Projeto de Resolução que o CDS-PP nos traz hoje, aqui, a debate.

E partilhando naturalmente aquelas que são as observações técnicas que a Sra. Deputada Graça Silveira fez a propósito das causas, ou dos motivos, que provocam este tipo de situações nas carcaças, eu terei forçosamente também de discordar de alguns aspetos, particularmente dois.

Em primeiro lugar, esta situação não se deve exclusivamente às condições que existem nos matadouros da Região. Há um conjunto de outros fatores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A saber? O senhor diga quais são!

O Orador: ... conforme a Sra. Deputada também certamente sabe, que podem contribuir para esta situação, designadamente o maneiio dos animais na sua última fase de vida, as condições de transporte da exploração para o matadouro, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os fatores mais determinantes de todos, Sr. Secretário!

O Orador: ... o tempo que medeia entre a chegada ao matadouro e o abate, enfim, um conjunto de aspetos que são devidamente acautelados nos determinantes matadouros e que para além daquele que a Sra. Deputada referiu também podem ter interferência nesta situação.

Por outro lado, importa também relevar, para que a câmara esteja bem consciente daquilo que estamos aqui a tratar, que o estudo que a Sra. Deputada Graça Silveira referiu (e não obviamente desmerecendo a sua autora e todo o trabalho que ele em si envolveu) recorde que é um estudo que ocorreu em 2013, que incidiu sobre 131 carcaças abatidas no matadouro da Terceira, num total de cerca de 22 mil. Portanto, representa apenas cerca de 0,5% dos animais abatidos no matadouro da Terceira nesse ano.

Gostaria também de referir, centrando-me ainda no preâmbulo ou nas considerações do preâmbulo da Resolução, que refere que as devoluções que ocorrem desde essa altura são crescentes.

Sra. Deputada, permita-me referir que isto não é verdade, ou seja, as carcaças que são abatidas e que têm pH superiores a 6, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há fatores que são determinantes e outros não, na medicina!

O Orador: ... em primeiro lugar, também importa referir que não se trata de uma situação de cariz sanitário, portanto, não há qualquer problema para a saúde pública por essa via, há, sim, aspetos relacionados com o menor perigo de conservação da carne e pode ela ir com toda a segurança ... pode ser destinada ao consumo desde que seja consumida, passo a redundância, em períodos mais reduzidos, e, portanto, sem qualquer problema desta natureza.

E para que fiquemos conscientes dos números, trago aqui, aliás, já tive oportunidade outro dia na Comissão de referenciá-los, mas trago-os agora atualizados ao dia 11 deste mês e se nos centrarmos na análise dos números dos abates do matadouro da Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas porquê só na Terceira?

O Orador: ... posso referir que em cerca de 1.238 carcaças, ou animais abatidos para exportação, tivemos uma incidência de 7,4% e não de 30 conforme o estudo apontou.

Isto satisfaz-nos?

Obviamente que não! É importante encontrar formas, encontrar medidas que ajudem a reduzir esta percentagem, mas queria também aqui referir que não são 30% conforme o estudo aponta, mas são 7,4%.

Isto é fruto de um conjunto de iniciativas do matadouro, dos serviços de desenvolvimento agrário que apoiam os agricultores, das suas próprias associações, de um conjunto de informações que são disponibilizadas aos produtores e aos comerciantes de gado que permitem que haja aqui uma atenção redobrada relativamente a esta matéria.

Mas se nos centrarmos naquilo que são os números das carcaças IGP abatidas no mesmo matadouro em idêntico período, a percentagem que foi apurada é de 2,7%, ou seja, foram detetadas carcaças com pH superior a 6 apenas em 8 carcaças de um total de 293 carcaças, ou animais abatidos.

Se nos centrarmos nos abates (e trago aqui apenas a título de exemplo três casos) específicos para exportação, por exemplo, no dia 16 de julho (também tive oportunidade de referir isto na Comissão), num total de 33 abates de uma determinada empresa que não importa aqui referir, apenas dois tiveram um pH superior a 6 com valores residuais de 6,02 e 6,05.

Um outro cliente que abateu no dia 9 de julho 38 animais também ocorreram dois animais, duas carcaças, acima desse valor dos 6 com 6,02 e 6,03.

Um outro abate no dia 16 no mesmo matadouro de cerca de 48 animais não houve nenhum acima de 6.

Portanto, Sra. Deputada, consciente de que há sempre que melhorar, penso que estamos a falar aqui de um não problema relativamente àquilo que a senhora aqui trouxe.

Mas mais!

Se olharmos para os números do matadouro do Faial, no ano corrente, de 673 animais abatidos para exportação não foi registado pH superior a 6 em nenhuma das suas carcaças.

No Pico por razões que têm a ver com a forma como os animais são tratados, em plena liberdade e dado o stress da sua apanha ou da sua contenção para serem depois dirigidos e abatidos no matadouro, as percentagens aí são ligeiramente superiores, são cerca de 10%, e aí há que ter, de facto, algum trabalho mais aprofundado.

Para finalizar, na ilha de São Miguel, também referindo os números de 2015, desde janeiro até agora, em 6.749 animais abatidos para exportação, foi registado pH superior a 6 em 171, ou seja, em 2,5% dos animais abatidos o que está perfeitamente dentro daquilo que são os parâmetros aceitáveis relativamente a esta matéria.

Mas permita-me também, considerando um conjunto de apreciações que o Sr. Deputado Renato Cordeiro fez a propósito de toda a fileira da carne e não especificamente relativamente a esta questão em concreto, mas na fase final da sua intervenção, melhor dizendo, também referiu que tudo tinha a ver com os matadouros, com a falta de investimento nos

matadouros, enfim, um rol de desgraças, quase, relativamente a esta matéria e devo referir que não é bem assim.

O Governo Regional, os que lhe antecederam e este, têm feito investimentos avultados em todos os matadouros da Região Autónoma dos Açores. Continuam a fazer investimentos nessas estruturas por forma a, como também é público, podermos ter, e conforme também é compromisso do programa deste Governo, dizia eu, a rede regional de abate concluída.

Ainda recentemente o Conselho de Governo na ilha Graciosa anunciou a construção da próxima e última infraestrutura da rede regional de abate que é o matadouro da Graciosa.

Neste momento decorre o concurso público para a construção da empreitada do matadouro do Faial, conforme sabem. Seguir-se-á a Graciosa ficando assim a rede concluída.

Paralelamente estão também programados e previstos investimentos, concretamente no matadouro da Terceira também na melhoria da zona da abegoaria e da infraestrutura em geral, no matadouro de Ponta Delgada, ao que se seguirão outras obras em outros matadouros da Região por forma a que cada vez mais estejam reunidas todas as condições necessárias à completa e à boa execução dos abates.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor devia ter vergonha de ter esses números ao fim de 20 anos!

O Orador: Portanto, temos por um lado números que contradizem neste momento aqueles que foram os resultados do estudo que a Sra. Deputada Graça Silveira referiu.

Portanto, continua a dizer que temos aqui um não problema. Temos um conjunto de investimentos previstos, mesmo assim em diferentes

matadouros da Região para cada vez melhorarmos mais estas infraestruturas, temos uma intervenção direta e próxima tanto com os produtores, como com os comerciantes de carne para que esta situação seja cada vez mais ténue na Região. Portanto, estamos naturalmente sempre disponíveis não só para facultar toda a informação que for necessária relativamente a esta matéria, mas também para, conforme é proposto no Projeto de Resolução do CDS-PP, podermos também elaborar o dito relatório que temos todo o gosto em apresentar nesta Assembleia sempre que assim o entenderem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, permita-me que lhe diga que tem toda a liberdade de duvidar do resultado do estudo científico por serem apenas quase 200 carcaças, mas digo-lhe que essas 200 corresponderam a um estudo que foi feito durante três meses, em que todos os produtores que entregaram os seus animais para abate naquele matadouro foram avaliados e que as amostras foram recolhidas aleatoriamente.

Os resultados que o senhor hoje aqui nos traz resultam apenas do passado mês de julho e de três produtores. Portanto, a representatividade da sua amostra, deixe-me que lhe diga, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia ter vergonha!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):

Isso não é verdade!

A Oradora: Já agora pergunto-lhe se quiser pôr em questão estes 30% porque é que não apresenta o valor de pH medido em igual período, cuja Secretaria Regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... deveria ter os valores em sua posse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esses valores de pH existem ou não existem?

Eram ou não eram medidos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá agora!

A Oradora: Durante esse período os valores não correspondem aos mesmos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora responda!

A Oradora: Muito bem.

Também tenho que lhe dizer, Sr. Secretário, que todos nós sabemos que há vários fatores, mas o senhor sabe tão bem quanto eu que aquilo que mais determina este tipo de situação são as condições no matadouro.

Está a dizer-me o tempo de espera. Pois o tempo de espera é o tempo em abegoaria no matadouro.

A única coisa que poderia ser com alguma influência seria o transporte em meios grandes, não é na Região.

Na Região os animais não são transportados durante horas, e horas, e horas para chegarem exaustos ao matadouro.

E condições pré abate em termos de maneio ou de alimentação ...

Quer dizer, um animal para chegar exausto em termos de reservas energéticas ao matadouro tinha que estar subnutrido.

Também acho muito interessante que o senhor venha assegurar que não é uma questão sanitária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

A Oradora: Uma questão sanitária é se os animais fosse trazidos para abate com doenças, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que eu imagino que na Região não vai ser nenhuma animal abatido com problemas sanitários, mas de segurança é.

Porque o senhor sabe perfeitamente que uma carne com um pH de 6.3 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... qualquer microrganismo patogénico que dê origem a uma intoxicação alimentar pode se multiplicar livremente numa carcaça e não há nenhuma segurança de que quem consuma aquela carne não vai efetivamente ficar doente. Portanto, seguro não é.

E digo-lhe mais: dizer que isto é um não problema mesmo com 10%, ou com 8% que são os seus valores, ou seja, em cada 100 carcaças, 10 irem para o lixo, dizer que é um não problema para produtores que têm de fazer um investimento de quase um ano para acabar animais que são completamente alheios a esta situação e que têm as suas carcaças devolvidas que são deitadas ao lixo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois pede um subsídio à República!

A Oradora: ... porque os animais não podem ser aproveitados para mais nada, se isso é para si um não problema ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Isso não é verdade!

A Oradora: Eu percebo e estamos muito alinhados que é preciso fazer um trabalho.

Concordo com tudo o que foi aqui dito. Nós fizemos um percurso muito interessante. Deixámos de ser uma Região exportadora de gado para passar a ser uma Região exportadora de carne, mas tudo isso tem um preço e o Sr. Secretário sabe.

As redes regionais de abate têm de estar a funcionar, ...

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*):

E estão!

A Oradora: ... há problemas que vão surgindo, há situações que nos fogem ao controle e que a Secretaria Regional tem que ter em controlo essas situações, porque senão a determinada altura os nossos produtores vão começar a preferir não abater os animais na Região e voltarmos ao tempo em que fazia a exportação de gado vivo e ninguém quer isso para Região.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: É porque se esta situação se mantém a probabilidade de voltarmos atrás é enorme.

Deputado Duarte Moreira (*PS*): A Sra. Deputada não sabe o que é que está a dizer!

A Oradora: Eu reconheço o trabalho que foi feito e há que melhorar.

Há situações que não estão bem, que têm de ser averiguadas.

O senhor diz-me: “No Pico são 10% por causa do comportamento dos animais em agressividade para trazer para o matadouro.”

Quer dizer, é uma das hipóteses que se levanta, mas aquilo que é pedido e é objeto desta Resolução e que percebo que deve ter sido entendido por quem me está a ouvir é exatamente fazer uma avaliação e, por isso, nós alargámos o período para que se possa fazer uma avaliação séria da evolução, quais são os fatores que estão a ser mais determinantes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer ou não quer? Diga lá se quer ou não quer!

A Oradora: ... em cada um dos matadouros. Provavelmente não é a mesma causa e para se conseguir implementar medidas preventivas, até porque muitas dessas medidas preventivas podem nem sequer acartar custos adicionais para a forma como o abate está a ser feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Grande lição!

A Oradora: Portanto, penso que ficámos claros em relação aos números e à diferença de valores.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande lição! Muito bem!

O Sr. Secretário falou apenas sobre uma árvore! Esqueceu-se da floresta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão assume a cada dia que passa uma maior relevância ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um doente crónico!

O Orador: Exatamente e com o pH certinho! Exatamente!

Mas assume esta questão uma relevância cada vez maior, por vários motivos.

Desde logo, porque se fez um grande investimento na rede regional de abate; por outro lado, a alteração dos apoios aos produtores de carne e mesmo as questões relacionadas com o bem-estar animal levam a que a exportação de gado vivo tenha tendência a ser reduzida (e julgo que bem) ou mesmo que deixe de existir e com vantagens óbvias, julgo eu, para os

produtores, para a produção e até para a qualidade da carne com a marca Açores, independentemente de ser IGP ou não.

Portanto, julgo que esta questão ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está certo, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está certo!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, ainda bem.

Portanto, para a Representação Parlamentar do PCP assume uma grande relevância. Aliás, quando foi em sede de discussão do pedido de urgência já dissemo-lo e dissemo-lo que era importante que esta questão fosse tratada, que era de facto uma questão urgente, uma vez que se estava aqui a por em causa algumas questões relacionadas exatamente com a qualidade da carne que era abatida nos matadouros da Região.

Entretanto, (e nós votámos a favor da urgência, porque entendemos que esta questão deveria ter sido aprovada logo em devido altura) temos aqui um projeto de substituição integral em que uma das questões que é alterada ...

Uma delas acaba por, digamos, não reduzir só a questão do maneio e dos efeitos *ante mortem* (é assim, *ante mortem*?), digamos que alarga a outros fatores que possam contribuir para que as carcaças apresentem aquelas características. Portanto, estamos de acordo com essa alteração.

Já não percebemos muito bem o facto de se estar a ampliar o prazo pelo seguinte: se tivesse sido aprovada a urgência a verdade é que estaríamos agora em outubro a receber exatamente o relatório do Governo, porque dava 90 dias e isto foi apresentado no plenário de julho.

Agora estende-se aqui o período, dá-se, digamos, como recomendação ao Governo a data de 31 de março o que coloca mais, salvo erro, 5 meses (se

não me falha aqui a aritmética) a mais do que o prazo que inicialmente estava proposto.

Com certeza que haverá motivos que justifiquem exatamente essa ampliação do prazo e era esta questão que eu queria ver melhor esclarecida pelo proponente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para esclarecer, então, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, essa comparação que fez seria se me tivessem aprovado a urgência. Não tendo sido contava a partir de agora os 3 meses. Como em reunião da Comissão da Economia o Sr. Secretário demonstrou que tinha levado esta iniciativa a sério e já foi fazendo uma parte do que era proposto (foi avaliar a situação nos vários matadouros, apresentou resultados, etc., etc.) e houve uma disponibilidade para que fossem feitas introduções de alterações que levassem à redução desta situação, nós também entendemos que para ter uma melhor noção da evolução dos pHs e das várias carcaças e se essas medidas estão ou não estão a ter efeito alargar mais dois meses, portanto, vai até ao fim de março, em que faria uma avaliação em todos os matadouros da evolução do pH, começando agora e ao longo dos próximos meses se está haver efetivamente uma redução da incidência, trazendo-nos aqui esses valores e as respetivas medidas que tinham sido implementadas teriam conduzido à situação da redução de incidência de DFD.

Não sei se justifica o suficiente este alargamento de prazo.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Piros tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Só para ver se eu percebi bem: o motivo é de ordem científica, não é de ordem política?

Portanto, a metodologia que vai ser utilizada para avaliar o objeto do estudo necessita de um tempo mais alargado.

Se for isto concordamos perfeitamente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sra. Deputada Graça Silveira, permita-me em primeiro lugar referir que qualquer iniciativa deste Parlamento, naturalmente também do CDS-PP, são sempre iniciativas levadas a sério por este Governo.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não estamos aqui a tratar de uma exceção. Estamos a tratar de igual forma e com respeito que o Parlamento merece esta iniciativa.

Permita-me também referir que eu não tentei desvalorizar o estudo que foi feito.

Apenas referi que foi feito num determinado contexto, foi feito há cerca de dois anos e que daí para cá muitas coisas aconteceram e que de facto os números do matadouro da Terceira onde esse estudo incidiu, num espaço de tempo mais alargado e eu referi-me especificamente, é verdade,

na parte final da minha intervenção a três momentos, ou a três dias de três conjuntos de abates, mas os números que antecederam a minha explanação e que têm a ver com uma percentagem, se não me falha a memória, de 8%, são relativamente a todo o ano de 2015. Portanto, o período de janeiro a setembro de 2015.

Gostaria também de fazer aqui alguma retificação. É que as carcaças que têm pH superiores a 6 não vão necessariamente para o lixo e a Sra. Deputada sabe disso perfeitamente.

Esses valores são comunicados aos produtores no momento do abate e eles decidem que outro destino podem dar a essas carcaças, designadamente para outros mercados, para mercados de consumo mais rápido, não para exportação obviamente, mas há alternativas que eles podem ter.

Numa coisa estamos, penso eu, todos de acordo. Não sendo um problema grave, não sendo um não problema como eu referi, há de facto aqui, e há sempre em todas as circunstâncias, intervenções, iniciativas que se podem desencadear para minorarmos este problema. É isso que temos feito, é isso que continuaremos a fazer e é isso que temos todo o gosto em março, ou em qualquer momento, se assim for necessário e oportuno, podermos discutir a evolução desta situação com qualquer um dos Srs. ou das Sras. Deputados.

Eu também queria discordar da sua opinião, Sra. Deputada Graça Silveira, que corríamos o risco (penso que foi isso que disse) de a manter-se esta situação podermos reverter toda a evolução positiva que o setor da carne tem sofrido e daqui por algum tempo estarmos, não a mandar animais abatidos, não a mandar carcaças para o exterior, mas sim animais vivos para serem abatidos como era antigamente.

Acho que isso não é sequer pensável, não é sequer possível, não é esse o caminho que a Região tem percorrido, portanto, com os níveis de pH superiores a 6 que temos, com a incidência que temos nos diferentes matadouros da Região, com o esforço que todos faremos e que continuaremos a fazer para cada vez mais minorarmos esse problema, não é expectável que mesmo a longo prazo esta situação venha a inverter conforme a Sra. Deputada evocou.

Portanto, iremos continuar a desencadear todos os mecanismos conforme tive oportunidade de referir junto dos produtores, junto das estruturas de abate, junto dos funcionários dos matadouros, junto dos comerciantes de carne, adicionando também a esse nosso esforço todos os investimentos que estão previstos e outros que porventura se afigurem necessário no futuro para cada vez mais termos boas condições, melhores condições de abate, optamos assim pela salvaguarda da qualidade da carne dos Açores que tanto nos tem custado a construir a nós e fundamentalmente aos produtores agrícolas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está agora inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que estava inscrito num momento prévio a este que estou agora a fazer a intervenção, mas fiquei perplexo depois de ouvir a intervenção e de ler a proposta do CDS-PP e de ouvir aquela que foi a resposta do Sr. Secretário.

De facto, da parte do Sr. Secretário a sua primeira intervenção é no sentido de uma completa desvalorização da proposta e do problema.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Secretário, isso não se faz!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, quando diz que é um não problema não concebo, do ponto de vista parlamentar, uma maior desvalorização. É dizer que isto é um não problema.

De facto, quis ouvir a resposta e quis ouvir também a sua fundamentação, Sr. Secretário, e a verdade é que a sua segunda intervenção é uma intervenção já em retirada, em que reconhece que de facto a expressão que utilizou de um não problema é menos feliz, que há aqui fatores e dados que temos a obrigação de estudar. Quando há estudo universitário e científico que aponta para uma incidência de 30%, quer dizer, isto é algo que está muito longe de ser um não problema. Esse tipo de questões não se pode enfrentar assim, tendo em conta o contexto que nós estamos a viver, que é um contexto em que a qualidade é absolutamente fundamental e a produtividade.

Estas duas questões são absolutamente essenciais para que este setor continue a ser um setor de excelência e que continue a impor-se no mercado internacional. Portanto, não podemos realizar apreciações desse tipo.

Apreciei já uma retificação na sua segunda intervenção.

A questão é esta: a proposta tem todo o sentido. Nós temos que aprofundar, temos que juntar mais dados, temos que analisar com muita responsabilidade esta situação. Trata-se de uma produção absolutamente essencial, estratégica para o desenvolvimento económico da Região e não podemos correr qualquer tipo de risco. Não podemos correr qualquer tipo de risco nesta matéria, por isso é necessário estudar e é necessário analisar todos os fatores.

O Sr. Secretário referiu: “Isto está dependente de um conjunto de fatores que não têm a ver apenas com as condições dos matadouros, tem a ver também com as condições de transporte”, mas também não soube fundamentar, nem muito menos quantificar.

O que se espera é que este estudo que vai ser feito, esta análise em relação a esta situação e o conjunto de medidas que vão ser com certeza encontradas do ponto de vista de melhorar a situação, o que se espera é que aqui sim já exista uma devida quantificação, saber o que é que pesa cada um fatores e quais são as medidas de melhoria que podem ser introduzidas. Isso é o que interessa ao PPM saber. Interessa-nos muito sabe e ter esses dados.

Interessa-nos muito que depois desses dados terem sido devidamente contextualizados sejam depois integrados na política que está a ser seguida no âmbito do setor, medidas práticas, porque o que nos interessa é que de facto estes riscos, estas situações, não ocorram ou diminuam tanto quanto seja possível do ponto de vista da melhoria de introdução de políticas de melhoria no setor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É só muito rapidamente.

O Sr. Deputado Renato Cordeiro falou nas abegoarias e no frio.

Não conheço concretamente todos os matadouros da Região, conheço minimamente o da ilha Terceira.

O senhor quando se refere ao frio não se é por excesso ou por alta de frio e há aqui uma coisa que convinha que ficasse bem esclarecida: do pouco que eu entendi e daquilo que eu vi nos estudos que são feitos, no *rigor mortis* o animal sofre várias alterações e o que é dito e esclarecido é que se temos um frio intenso e elevado pode provocar o encurtamento do músculo e que por sua vez não vai permitir a ação do ácido láctico que faz que baixe o pH e por aí podemos ter uma carcaça mal formada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, tenha dó!

Sabe-se sempre qual é a temperatura a que devem estar os animais em refrigeração! Não vá por aí!

O Orador: Relativamente às abegoarias daquilo que eu conheço no matadouro na Terceira estão bem.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acha mesmo, Sr. Deputado, que estão?

O Orador: Há disponibilidade total do matadouro para a entrega dos animais, inclusivamente segunda-feira, ontem, segunda-feira da Serreta, o matadouro esteve aberto para receber os animais. Portanto, tem todas as condições para receber os animais. Agora também temos que ter em mente os animais que são lá colocados nos mesmos sítios se são animais dos mesmos grupos ou se não são dos mesmos grupos. O que quero dizer com isso é que tem de haver aqui responsabilidades das duas partes. Não podemos só dizer que o matadouro tem de fazer, tem de acontecer, compreendo alguma coisa que esteja mal no matadouro que tenha de ser melhorado, terá que ser melhorado, agora há uma parte importante que também deve ser acautelada, que é a parte dos produtores da carne, ou quem transporta estes mesmos bovinos até ao matadouro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado acha que as condições do Matadouro da Ilha Terceira são boas?

O Orador: Relativamente às carcaças que são exportadas para o continente, também há produtores de carne que assistem ao abate dos seus próprios animais até ao final do abate, que fazem um excelente trabalho, que concordam que o matadouro também faz um excelente trabalho e no entretanto a incidência dessa carne com má qualidade, nesses animais, é entre 3 e 4%, o que quero dizer aqui que é uma pessoa que faz um bom trabalho, acompanha o trabalho no matadouro, acha que o matadouro faz um bom trabalho e no entretanto, por razões alheias pelo menos àquilo que se possa conhecer, ainda mesmo assim existem carcaças que têm incidência acima de 5.9. Nem sequer estou a falar acima de 5.8.

Portanto, é um caso que nos deve preocupar a todos com certeza, deve haver responsabilidades, como eu já disse das duas partes, e friso aqui mais uma vez, do matadouro, mas também de quem produz e de quem transporta os animais, porque tudo está relacionado. Ou seja, antes do abate e depois do abate há aqui uma grande preocupação e essa preocupação não pode ser só de uma parte, senão não vamos chegar lá, têm de ser responsáveis as duas partes para que possamos fazer alguma coisa.

Relativamente ao estudo. Vi aqui o estudo e não sei se o estudo é realmente um estudo, se é uma tese de mestrado. Não sei se a senhora enquanto professora, enquanto deputada, aquando da apresentação deste estudo, se esteve nesse estudo, qual foi a sua posição na altura da apresentação do estudo e qual é a sua posição hoje.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não sabe, nem tem que saber!

O Orador: Não estou com isso aqui a desfazer do estudo. Ele vale o que vale. Agora resta saber como é que ele foi feito. Eu não sei. Eu não tenho

esse conhecimento. Se foi tida em conta a idade dos animais, com que idade é que foi ...

Não tenho! Pesquisei (como é que se diz) no *site* da Universidade ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se pesquisar no site da Universidade tem lá os dados!

O Orador: Sra. Deputada Graça, eu pesquisei no site da Universidade e não consegui encontrar. Se me pudesse fazer o favor de me entregar este referido estudo eu agradecia. Gostava de comparar com aquilo que já vi. Estou a tentar perceber, a fazer um esforço para tentar perceber melhor o que possa ser.

Portanto, há aqui uma série de fatores.

Se esse estudo foi acompanhado do princípio ao fim (a Sra. Deputada já não me quer ouvir) e acompanhado do princípio ao fim é perceber como é que os animais são transportados, perceber como é que eles ficam no matadouro, perceber como é que eles saem das abegoarias para o abate e depois do abate.

Portanto, eu não sei se tudo isso foi feito, não tenho conhecimento. A senhora é que o diz, acredito, e agradecia que me pudesse entregar o estudo.

Para já ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu não tenho qualquer problema de dizer qual é o meu envolvimento. Eu não fiz parte deste estudo, não fui orientadora, fui júri.

Avaliei-o. Portanto, tenho conhecimento total do conteúdo. Não é da minha responsabilidade.

Se queria ter acesso a esse estudo podia no âmbito da Comissão de Economia ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Devia!

A Oradora: ... ter pedido o estudo para o avaliar melhor, mas posso dizer-lhe que todas essas variáveis foram tidas em conta: sexo, idade, maneio, tipo de alimentação pré abate, foi acompanhado, se faz parte da associação.

Foi uma tese de mestrado e foi feito no âmbito de um trabalho da associação agrícola. Portanto, a associação provavelmente também tem uma cópia.

Teve um acompanhamento quer prático da associação, quer de um professor universitário.

Portanto, acho que é desnecessário neste contexto estar aqui a validar qual é que é o valor do trabalho.

Todas as teses de mestrado, Sr. Deputado, são estudos. Portanto, na sua dúvida se é um estudo, se é uma tese de mestrado, são ambas as coisas.

Deputado António Toste Parreira (PS): São coisas diferentes!

A Oradora: Se queria ter acesso a ele para poder em consciência avaliar politicamente esta iniciativa podia ter feito o pedido para que a Comissão tivesse acesso a esse documento e ter analisado em devido tempo.

Penso que o consegui esclarecer.

Deputado António Toste Parreira (PS): E qual foi a sua posição nesse estudo?

A Oradora: Em relação ao Sr. Secretário só tenho aquela perguntinha que já sabe que vou ter que lhe fazer: gostaria que nos informasse na

Região quais são as outras alternativas, ou quais são os fins alternativos que se pode dar a uma carcaça que é rejeitada por ser considerada com um pH demasiado elevado?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em relação ...

(Diálogo entre os Srs. Deputados)

O Orador: Quando me puderem deixar ...

Sr. Secretário, em relação àquilo que disse dos fatores, claro que não é só a abegoaria que condiciona o pH das carcaças. É muito a apanha e o transporte do gado. A verdade também é que este transporte cada vez mais é controlado.

A própria GNR muitas vezes até faz quase como um piquete às entradas dos nossos matadouros para ver em que condições é que o gado lá chega e cada vez mais os produtores se preocupam com isto, tanto também com a apanha, porque eles é que vão ser os maiores responsabilizados se as coisas não correm bem. Até quase como que respondendo àquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira perguntou-lhe, as carcaças que são rejeitadas (e estamos aqui falando de animais jovens, carcaças que são exportadas na sua grande maioria para o continente), essas carcaças não vão ser enviadas para cá, nem de barco, nem de avião, para casa do produtor para ele fazer o que quiser com elas.

Essas carcaças pura e simplesmente não são pagas e o que se passa aqui é o seguinte: o não pagar nas grandes cadeias comerciais o produtor fica à mercê a seguir da associação ou do empresário que se tiver alguma piedade por ele, paga, se não diz-lhe que ele há de ter paciência, não paga.

Por isso, este controlo de transporte e de apanha já se viu que é controlado.

Sr. Deputado António Parreira, ...

Deputado António Toste Parreira (PS): O transporte é controlado?

O Orador: É pela GNR.

(Aparte inaudível do Deputado António Parreira)

O Orador: Diga?

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Sr. Deputado António Parreira, dizer que as condições de abegoaria dos nossos matadouros são boas ...

Deputado António Toste Parreira (PS): Eu falei do matadouro da ilha Terceira!

O Orador: ... é o mesmo que não respeitar aquilo que as nossas associações de produtores têm reclamado ao longo de anos e até lhe convidava numa visita a São Miguel ir uma manhã comigo para o matadouro e ver o que é que se passa lá.

Deputado António Toste Parreira (PS): Está a dizer coisas que eu não disse!

O Orador: Porque os matadouros que nós temos, a grande maioria deles (agora vou falar mais do de São Miguel, que é o que eu conheço melhor),

a abegoaria está preparada para aquilo que era o mercado da carne na altura que foi feito, que era o abate de vacas. Os novilhos eram poucos e era para o comércio local.

Com as vacas este problema não se passa muito. São animais mais mansos, mais calmos, misturam-se, não há grandes problemas, mas com animais mais jovens, que é o grosso da nossa exportação, não há condições. Isso é reclamado pelos empresários, é reclamado pelos produtores e pelas suas associações.

Sr. Secretário, o mercado da carne é um mercado que se altera muito e nós já estamos a ver aqui no primeiro trimestre de 2015 já uma baixa de preços em relação à carne de novilho e de vitelão o escoamento diminuiu. Isso tudo porque também o nosso mercado assenta em dois grandes operadores em que qualquer deficiência que haja é uma justificação para reduzir tanto o preço, como para reduzir o escoamento.

Por isso, tem-se de dar a devida preocupação ao que aqui se passa.

Reconheço que os casos têm diminuído, uma porque também os nossos empresários insistem com o matadouro. Há relatórios.

Por exemplo, tenho aqui ...

O Sr. Deputado António Parreira perguntava-me se era mais frio, se menos frio ...

Pois, oh, Sr. Deputado, vou dizer-lhe aqui de um relatório que me enviaram muito a título particular, como é óbvio, ...

Deputado António Toste Parreira (PS): O senhor percebeu aquilo que eu disse em relação ao matadouro?

O Orador: ... em que dizem aqui “graves deficiências no arrefecimento rápido após abate, falhas na cadeia de frio entre o processo de abate e entrega no destino final, deficiente ventilação entre as carcaças com

excesso de humidade relativa.” São esses os termos e quando se olha para isso é evidente que temos de colaborar e até aqui disse um. Os colaboradores que temos nos nossos matadouros da Região que muito têm ajudado para o sucesso do mercado, mas faltam-lhes meios, meios que não lhes são dados e que têm terminado ...

Com essa discussão toda e até com o início que o Sr. Secretário teve perante esse problema até parece que estão mais preocupados em arranjar respostas para aquilo que se passa do que propriamente para resolver este problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Vamos então continuar com o debate do ponto dois da nossa Agenda.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional a quem dou a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Apenas para dois comentários rápidos e têm a ver com uma questão que a Sra. Deputada Graça Silveira colocou relativamente àquilo que é o destino das carcaças com pH superior a 6, penso que era isto.

Uma pequena retificação: as carcaças com pH superior a 6 não são rejeitadas conforme a senhora sabe e no momento do abate, ou no momento da saída do matadouro, os seus detentores são notificados dos valores de pH e naturalmente também com ele é superior a 6 e é nesse momento que há que encontrar destino diferente no caso da exportação. Portanto, o que é recomendável é que essas carcaças não sigam para exportação, mas possam ter destino diferente no consumo mais próximo, evitando que a carcaça se possa debridar em tempo mais avançado.

Portanto, compete aos senhores proprietários das carcaças determinar o seu destino. Não são carcaças rejeitadas, são carcaças que têm o valor porventura mais reduzido no mercado, mas têm destino para a parte industrial ou para consumo em período mais curto.

Gostaria também de fazer uma referência àquilo que disse o Sr. Deputado Renato Cordeiro, por aquilo que pude perceber, ao centrar apenas nos matadouros as causas deste problema.

Não é assim conforme sabe e eu também quero dizer que a intervenção que tem sido feito junto dos matadouros e junto dos produtores no sentido de se adotarem numa e noutra circunstância as boas práticas que devem ser implementadas para reduzir ao máximo esse problema.

Permita-me referir que só do ponto de vista do investimento público que está destinado aos matadouros da Região nos próximos meses, conforme também há poucos dias publiquei, ou fi-lo em declarações públicas, é um valor de cerca de 15 milhões de euros para os matadouros da Graciosa, do Faial, de São Miguel e da Terceira, são os investimentos mais prementes,

são os investimentos que vêm aí no futuro mais próximo e, portanto, esse valor dá bem nota da preocupação que o Governo coloca na modernização das suas estruturas de abate ao completar essa mesma rede e a dotar as unidades que já existem de todas as condições necessárias à sua boa eficácia.

Permita-me também referir, Sr. Deputado Renato Cordeiro, que o exemplo que referiu do matadouro de São Miguel, que era aquele que nas suas palavras melhor conhece e assim naturalmente acreditamos, é de facto um matadouro que, segundo as suas palavras, tendo muito más condições nas abegoarias, é de facto o matadouro da Região onde estes valores de pH são mais reduzidos conforme tive oportunidade de referir, o pH superior a 6, que tem uma incidência de apenas 2,5% no ano de 2015 na totalidade das carcaças abatidas para exportação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Oh, Sr. Secretário, eu há pouco não referi que a culpa era só dos matadouros e de facto não posso aqui também negar que não são feitas algumas diligências no sentido de matadouros melhores. Não posso negar isso.

A verdade é que já há muito se pede que elas sejam feitas e às vezes não são feitas com a devida urgência que deviam ser feitas.

Acrescentava o seguinte, até referindo esses 15 milhões de euros que falou que vão ser investidos na rede de abate: com um mercado tão

exigente como nós temos, com critérios que serve para tudo, já nem falo aqui no preço, mas para a baixa de escoamento de gado, se nós falharmos em algum ponto desta cadeia ...

Deputado André Rodrigues (PS): Isso é a posição do PSD! Continuam no sítio certo!

O Orador: ... o que é que vai ser feito com um matadouro novo na Graciosa e uma sala de desmancha, com um matadouro novo na ilha do Faial e com uma sala de desmancha, quando já temos salas de desmancha paradas?

Acho que nós todos aqui queremos o mesmo, queremos que haja o sucesso disto. Agora, qualquer ponto desta cadeia, desde o produtor até ao consumidor, tem de estar em análise.

Deputado José Ávila (PS): Então, na Graciosa não devia haver sala de desmancha?

O Orador: E o que é proposto, isto aqui, é muito simples sem entrar em grandes partes técnicas de pH e arrefecimento de carne, o que nós queremos aqui é o melhor para este setor, por isso, não estou a pôr só as causas no matadouro. Existe no transporte algum desmanejo que nós temos, mas os produtores também com os erros e com má maneio que alguns têm também vão aprendendo, ficando muitas vezes com os animais em casa.

Por isso, acho que nós todos aqui estamos a caminhar para o mesmo e a preocupação será mais de um futuro do que aquilo que já foi feito até agora.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e muito rapidamente duas ou três questões sobre o assunto que estamos aqui a abordar.

Para o Partido Socialista e para esta bancada todas as questões que possam de alguma forma minimizar, ou melhor, dito de outra forma, melhorar o rendimento dos nossos agricultores são questões importantes e esta, obviamente, também é uma questão importante, mas quero aqui dizer que está longe de ser um grave problema na Região.

Existe o problema das carcaças DFD com pH superiores a 6, estão plenamente identificadas, o Governo Regional demonstrou quer na Comissão, quer já aqui que conhece a situação, que tem vindo a implementar medidas para que a mesma possa vir a ser reduzida e prova mais evidente que esta é uma matéria também que preocupa o Grupo Parlamentar e que queremos também uma resolução no sentido de melhorar o rendimento dos agricultores é o facto de já ter sido aqui dito pelo meu camarada António Toste, Deputado António Toste, que iríamos viabilizar esta iniciativa, mas há aqui duas ou três questões que têm de ser clarificadas.

Em primeiro lugar, parece que para o PSD tudo o que existe de mau nesta Região no setor da carne (não vou falar de outros setores) é única e exclusivamente responsabilidade do Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo o que existe de bom no setor da carne, e todos reconheceram o grande aumento e a inversão da forma como era comercializada a nossa carne, todos reconheceram o trabalho desenvolvido ao longo do tempo, tudo o que existe de bom já não é com o

Governo Regional, são com outras entidades que não o Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Ora, nós não devemos ir “nem tanto ao mar, nem tanto à terra.”

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Existe aqui responsabilidades partilhadas e existem méritos partilhados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito ao setor da carne obviamente a culpa é do Governo Regional, é do Governo Regional do Partido Socialista, porque foi o Governo Regional do Partido Socialista que inverteu esta situação com os investimentos levados a efeito durante estes anos na rede regional de abate.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas não é só investimento na rede regional de abate que faz com que hoje tenhamos o setor da carne que temos.

Os investimentos na sanidade: invertemos completamente e hoje a Região é reconhecida pela sua excelência ao nível sanitário.

Os investimentos na genética e nas raças de carne que foram introduzidas através do apoio à aquisição de reprodutores e através da inseminação artificial.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os melhoramentos ao nível do maneiio alimentar e o maneiio das explorações.

Os melhoramentos na formação dos agricultores e no conhecimento dos agricultores.

Tudo isto são fatores que contribuem obviamente para a melhoria do setor da carne na Região.

Em concreto sobre o Projeto de Resolução do CDS-PP, que nós já aqui dissemos que iríamos viabilizar, que reconhecemos a oportunidade da apresentação deste Projeto de Resolução, foi um Projeto de Resolução que vem na sequência de um trabalho de mestrado efetuado na Universidade dos Açores.

Ora, esse trabalho de mestrado (e eu quero só ler aqui um parágrafo do que diz para nós também percebermos o que é que está aqui a falar e vamos remeter ao estudo e ao trabalho) diz assim e a Sra. Deputada Graça Silveira sabe perfeitamente aquilo que aqui está: “No que se refere ao tempo de espera na abegoaria, animais que esperaram até cerca de 5 horas para abate, foram os que apresentaram maiores taxas de pH superior a 6 [ou seja, que tiveram um curo período na abegoaria], comparativamente com animais que esperaram até 24 horas [tiveram um maior tempo na abegoaria] que apresentaram uma taxa de incidência de pHs elevados inferior.”

O que é que cada um dos Srs. Deputados deduz daqui?

Eu vou dizer o que é que eu deduzo: eu deduzo que o facto de terem estado mais tempo abegoaria foram bem tratados, tiveram boas condições e daí a menor incidência de pH superior a 6, quando comparado com as questões relacionadas com o maneiio, desde a exploração, o transporte e o stress do transporte dos animais até ao matadouro. Daí haver maior

incidência da taxa de pHs superiores a 6 e carcaças DFD neste curto prazo em que os animais permaneceram na abegoaria.

Para concretizar, Sra. Presidente, muito rapidamente: o setor da carne é um setor que enfrenta enormes desafios, teve uma evolução enorme (vou falar só nos últimos 10 anos que foi aqui referido por outros deputados, para não ir mais atrás no tempo), é um setor importante para a economia da Região e é um setor que nós iremos continuar, como foi aqui dito pelo Sr. Secretário, a investir para melhorar as condições de abate dos animais. Concluindo, a rede regional de abate conforme os investimentos quer no Faial, quer mais recentemente, como anunciado mais recentemente, na ilha Graciosa.

E por aqui dizer que de facto lamento as palavras do Deputado Renato Cordeiro, que aqui diz claramente que o Sr. Deputado não quer salas de desmancha no Faial e na Graciosa.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Duarte Moreira, não precisando de usar a euforia que usou ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É a chamada disforia!

O Orador: ... da forma como falou até parece que os nossos produtores, as suas associações e os empresários da carne devem tirar o chapéu à bancada do Partido Socialista por tudo aquilo que fizeram.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ele não usa chapéu!

O Orador: É de lamentar ouvir isto.

Aquilo que há pouco eu disse, enumerei vários fatores até. Concordo que não seja só no matadouro, mas o matadouro de facto é o último ponto assim que os animais saem das mãos dos seus detentores.

Oh, Sr. Deputado, referir que 10% não é um grande problema para a Região, pergunto-lhe a si: quando um animal que é seu, que é rejeitado, é ou não um grande problema para si?

Claro que é, como é para qualquer produtor.

Acho que nós aqui estamos todos a ir para o mesmo sítio. Quer dizer, todos aqui queremos que isto se aplique, o que é aqui proposto, e daí ter um objetivo.

Quanto às salas de desmancha. Eu não contra sala de desmancha nenhuma,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é o que parece!

O Orador: ... o que sou contra é elas existirem e não serem usadas e é isso que nós temos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A realidade que nós temos é esta. Isto mostra bem o planeamento que este Governo tem tido (este e os anteriores) para o setor da carne.

As salas de desmancha que nós temos visto a serem utilizadas são as particulares ou então pedia aqui que me fosse dito quantas salas de desmancha é que nos Açores são da tutela do Governo que estão a ser usadas e perante qualquer setor ...

Deputado António Toste Parreira (PS): Mas é melhor ter ou é melhor não ter matadouro? Se não tivesse criticava porque não tínhamos!

O Orador: ... e perante qualquer ponto que afete este setor e que nós sabemos que o que vai diminuir é o escoamento de gado que rendimento será dado?

Acho que isto é algo que nos dá que pensar a todos.

Eu não sou contra elas. Repito! Sou contra é a não utilização delas.

Deputado António Toste Parreira (PS): A minha aposta é muito diferente da sua!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Graças a Deus!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraída Soares possa fazer a sua intervenção.

Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu não ia na realidade intervir neste ponto do debate, porque já em sede de Comissão o Bloco de Esquerda teve a oportunidade de afirmar que votaria favoravelmente este Projeto de Resolução do CDS, porque nos parece absolutamente oportuno e parece-nos uma mais-valia para

assegurar, garantir e reforçar a qualidade da nossa carne que penso que é isso que todos queremos e, portanto, não nos oferece nenhum tipo de dúvida.

Agora, nesta altura e passados que são já uns minutos substanciais deste debate, não posso deixar de fazer a seguinte constatação.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente referiu-se a este Projeto de Resolução do CDS como um não problema. Isto era um não problema. Ou seja, o problema aqui levantado, que é evitar a incidência de defeitos de qualidade nas carcaças dos animais abatidos na Região, era um não problema.

Sras. e Srs. Deputados, é um não problema, mas o Partido Socialista já disse que irá votar favoravelmente este Projeto de Resolução, pelo que não sendo um problema é qualquer coisa que merece a aprovação da maioria parlamentar.

Portanto, se o Projeto não é problema o conteúdo que ele versa algum problema há de ser, porque senão o Partido Socialista não o votaria favoravelmente.

Depois já vimos, enfim, uma espécie de ensaio de comício eleitoral de várias bancadas, nomeadamente dos dois grandes partidos, e tudo isto para chegarmos à conclusão que estamos todos de acordo com o conteúdo deste Projeto de Resolução, que vamos todos votá-lo favoravelmente, inclusive a maioria parlamentar que, embora seja um não problema, é um problemzinho que vale a pena resolver.

Sras. e Srs. Deputados, palavras para quê!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se ainda há inscrições.

Julgo não haver. Vemos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o ponto três da nossa ordem de trabalhos:

Proposta de Resolução n.º 14/X – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016”, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O orçamento desta Assembleia foi elaborado como é habitual pelos serviços desta Casa. Aprovado pela Mesa e remetido à CAPAT conforme define a nossa orgânica.

Julgo não haver inscrições, pelo que vamos então passar de imediato à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para o ponto quatro da nossa Agenda:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/X – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”.

Para apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto de Brito e Abreu*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sr. Secretário, já devia ter feito esse discurso há dez anos, para nos ensinar alguma coisa!

O Orador: Um dos objetivos do programa do Governo é fazer do mar um desígnio regional para o crescimento económico e criação de emprego. Nesse sentido, para além de valorizar atividades tradicionais ligadas ao mar, como a pesca e o turismo, tem sido uma prioridade deste Governo a aposta no desenvolvimento de atividades económicas emergentes.

A nossa Região abrange uma rica diversidade de ecossistemas marinhos e recursos genéticos que se distribuem por campos hidrotermais, montes submarinos, zonas costeiras e mar profundo e dispõem de centros de investigação de excelência ligados à oceanografia, às pescas e à biologia marinha.

Deste modo, os Açores apresentam-se como o local ideal para o desenvolvimento de áreas inovadoras da economia do mar baseadas no conhecimento e com especial propensão para gerarem emprego qualificado. É por este motivo que pretendemos incentivar o investimento em áreas que consideramos estratégicas para a nossa Região, como é o caso da biotecnologia marinha e da aquacultura.

Tanto a aquacultura como a biotecnologia marinha têm um grande potencial para complementarem outras atividades económicas da Região, em particular nas pescas e na indústria conserveira.

Para um arquipélago que está a milhares de quilómetros dos principais mercados é muito importante caminhar o mais possível para a

autossuficiência e desenvolver sinergias entre indústrias que resultem numa economia circular.

Refiro como exemplo o potencial que resíduos da indústria conserveira têm para produzir produtos farmacêuticos, suplementos nutritivos, ou produtos cosméticos.

Em alternativa podem também ser transformados em rações para produção aquícola que podem, por exemplo, servir para produzir isco vivo utilizado na pesca do atum que abastece as conserveiras, fechando assim um ciclo económico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Não temos dúvida que o investimento público em conhecimento é fundamental para estimular a nossa economia. Para além de várias iniciativas que o Governo dos Açores tem lançado desde o início deste mandato com vista a aproximar ciência de tecido empresarial na Região, gostava de mencionar um projeto elaborado pela Universidade dos Açores e financiado pelo Governo Regional que visa disponibilizar ao público um mapa das zonas com elevado potencial para aquacultura nas nossas nove ilhas.

Para além de ser um importante instrumento para definição das políticas públicas, em especial no que respeita ao ordenamento do espaço marítimo, este mapa é uma ferramenta de apoio à decisão que será disponibilizada gratuitamente em empresários e investidores.

O objetivo do Governo é criar condições propícias ao investimento e criação de emprego nestas novas áreas que acreditamos terem grande potencial nos Açores.

Este é o enquadramento estratégico da Proposta que hoje aqui apresentamos para a alteração do Decreto Legislativo Regional que aprova o orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015. Pretendemos reduzir para 200 mil euros o valor mínimo de investimento considerado necessário para que os projetos em unidades produtivas nas áreas da biotecnologia marinha e da aquacultura possam receber benefícios fiscais em regime contratual.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aquacultura?! Aquacultura disse V. Exa?!

O Orador: Para este efeito o Governo dos Açores já procedeu à alteração do Decreto Regulamentar Regional que define o referido regime de benefícios fiscais. Com essa alteração atribuiu-se uma majoração de 30% nos apoios destinados aos projetos de biotecnologia marinha ou de aquacultura que prevejam a criação de, pelo menos, três postos de trabalho acrescidos de 10% caso um ou mais destes postos de trabalho sejam altamente qualificados com formação ao nível de doutoramento.

Gostaria de terminar sublinhando que a estratégia do Governo Regional para a aquacultura e biotecnologia marinha é pautada pelo respeito às diversas dimensões de sustentabilidade e pretende enquadrar-se nas melhores práticas a nível europeu no que concerne à definição das políticas marítimas regionais.

É pretensão deste Governo fomentar o aproveitamento sustentável dos recursos naturais de que dispomos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da Região em pleno alinhamento com os objetivos definidos a nível europeu em documentos estratégicos, como a Estratégia Europa 2020, a Estratégia Marítima para o Atlântico da União Europeia, a Estratégia do Desenvolvimento Sustentável da Aquacultura Europeia.

Desde 2012 este Governo está a trabalhar na construção de economia marítima próspera nos Açores, baseada no conhecimento, na sustentabilidade e na defesa ativa dos interesses regionais.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário devia ter feito esse discurso há dez anos atrás para nos ensinar qualquer coisa!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem duas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional o Bloco de Esquerda já teve ocasião de em sede de Comissão de Economia afirmar que a votará favoravelmente e não temos dúvida que ela será um *apport* importante para o desenvolvimento de atividades estratégicas para a nossa Região no que diz respeito à economia azul e sobretudo no sentido de as tornar mais viáveis, porque mais apoiadas com menor investimento. No fundo é disso que se trata nesta alteração.

Agora, nós não podemos deixar de levantar uma dúvida que não foi esclarecida em sede de Comissão, porque em sede de Comissão na realidade não foi ouvido, como bem sabemos, nenhum, nem Membro do Governo, nem nenhuma ... portanto, não houve ocasião de dar resposta a nenhuma dúvida, mas aproveito agora a oportunidade, sobretudo dirigindo-me ao Sr. Secretário Regional que apresentou a Proposta, pedindo-lhe um esclarecimento no seguinte sentido: nós vamos ter um

plano e orçamento para 2016 daqui a dois meses nesta Casa, debatido e eventualmente (isto é uma figura de estilo) aprovado. Temos, portanto, dois meses, talvez menos, à nossa frente. Nós não compreendemos muito bem a pressa (volto a repetir: concordando com o objetivo desta Proposta de Decreto Legislativo Regional ficámos um pouco curiosos sobre a pressa) da aprovação desta Proposta sem a auscultação de nenhum governante, sem a auscultação de nenhuma entidade e, portanto, sem uma explicação ...

Deputado André Bradford (PS): Mas a senhora não estava na Comissão?

A Oradora: Estava na Comissão, com certeza, e votei. Já o referi, Sr. Deputado.

Agora, este plenário serve para esclarecer e tirar dúvidas ou não?

Com a sua licença é isso que eu estou a pretender fazer. Muito obrigada.

Portanto, eu gostava de entender, e o Bloco de Esquerda também, o que é que justifica, tirando, pondo de lado a justeza da Proposta, na realidade a pressa com que esta Proposta tem de ser aprovada. É só a dúvida que temos e gostaríamos de ver esclarecida.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário da Deputada Zuraida Soares não estive na Comissão e não posso deixar de estranhar o facto de relativamente a uma proposta de alteração do orçamento de 2015 a Comissão não ter providenciado a

audição do Membro do Governo. Por mais elementar e por mais clara que a Proposta pareça ser ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas os partidos podiam ter proposto a audição!

O Orador: ... a verdade é que quando eu li o relatório da Comissão de Economia achei estranho e a Proposta, enfim, parece uma coisa clara e simples e que resulta no apoio à investigação científica, não só, mas também.

Mas a questão é a seguinte (para já duas perguntas sobre as quais eu gostaria de obter uma resposta por parte do Sr. Secretário Regional do Mar que apresentou a Proposta e é para meu esclarecimento): esta introdução da alínea b), portanto, o ponto 2, do artigo 30.º, foi desdobrado (o ponto dois era o ponto dois) e tem agora duas alíneas e a alínea, aquela que foi desdobrada, diz “200 mil euros, no caso de projetos de investimento relativos a atividades de biotecnologia marinha e aquacultura e que independentemente da sua localização prevejam despesas em investigação de desenvolvimento no valor mínimo de 10% do investimento previsto.”

Deputado André Rodrigues (PS): Mas os outros estão previstos noutras áreas!

O Orador: Primeira questão: quer dizer que todas as outras, as das ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria até 400 mil euros não estão incluídos aqui os 10% ... “que prevejam despesas em investigação de desenvolvimento no valor mínimo de 10%.” Para essas e para as de 2 milhões de euros essa situação não se verifica?

Depois, porque a questão de independentemente da sua localização?

Vai perceber porque é que eu estou a fazer as duas perguntas. É porque se o ponto 1 e a alínea a) agora proposta não têm lá, ou não consideram o projeto com a afetação de 10% à investigação científica, isto quer dizer que esta alínea b) abre aqui a porta a duas ilhas, não estavam todas. Abre a porta a duas ilhas!

Isto quer dizer e é isto que o Sr. Secretário vai ter de explicar é porquê nesta altura e a quem é que se destina isto, Sr. Secretário.

(Risos da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues)*: Que coisa rebuscada!

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: É assim, Sra. Secretária, para ver se isto animamos isto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam, uma vez que a Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila *(PS)*: Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento prévio: ninguém foi ouvido em sede de Comissão, porque também ninguém solicitou, porque na Comissão de Economia costuma-se resolver as coisas com unanimidade nesses aspetos e, portanto, acho que é importante também passar essa mensagem, porque dá ideia que houve aqui algum bloqueio relativamente a essa questão e

realmente não houve propostas para se ouvir o Membro do Governo, por isso, não houve.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não houve, Sr. Deputado!

O Orador: Exatamente. Portanto, acho que não estou a dizer nada demais.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, Sr. Deputado!

O Orador: Até há bem pouco tempo considerava-se que os recursos marinhos eram ilimitados e a biotecnologia marinha era uma área quase desconhecida.

Com o aumento do conhecimento e com a evolução tecnológica foi possível concluir que os recursos são, de facto, finitos e que a biotecnologia marinha pode ser, por sua vez, uma boa oportunidade para desenvolver a economia dos Açores.

Em ecossistemas sensíveis, como aquele em que estamos inseridos, a intervenção humana deve ser cuidadosa e respeitar o seu equilíbrio.

Nesse sentido, a Universidade dos Açores, com o apoio do Governo Regional, tem desenvolvido alguns projetos de aquacultura com resultados animadores, nas cracas, lapas, lapa burra, ameijoas e polvos.

O ouriço, lírio, peixe-porco, pargo, atum, encharéu, e cherne, são outras espécies suscetíveis de ter sucesso neste processo.

Como se vê, estes estudos têm incidido, sobretudo, em espécies nativas, como recomenda o bom senso nestas questões.

Neste momento está em curso o mapeamento dos locais com potencial para a instalação de unidades de produção.

A par destes esforços tem sido feita uma reflexão aturada sobre esta matéria com especialistas com larga experiência nesta área.

Foi também definido um quadro legal da Aquacultura nos Açores, através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2011 que definiu as condições para o exercício desta atividade.

A biotecnologia marinha, área que começa agora a ter alguma expressão, é considerada como o grande desafio do século XXI.

A Região Autónoma dos Açores, como detentora da maior ZEE da Europa, possui todas as condições para ser um polo da biotecnologia marinha do Atlântico Norte e do mar profundo, conforme já tinha afirmado recentemente o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Hoje estamos aqui perante uma alteração legislativa que, caso seja aprovada como se espera, irá criar melhores condições às empresas de biotecnologia marinha e de aquacultura, que querem recorrer aos sistemas de incentivos ao investimento.

Estas atividades inovadoras podem contribuir para a conquista de novos nichos de mercado, criação de emprego, nomeadamente emprego qualificado, aumentar a produção regional e trazer valor acrescentado para os Açores, aproveitando o conhecimento de excelência adquirido pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores ao longo dos últimos anos.

Por acreditarmos que o nosso mar é muito mais do que o que a nossa vista alcança, e aí a justificação de que é preciso defendê-lo a todo o custo junto dos centralistas do Terreiro do Paço, o Partido Socialista vai votar favoravelmente este diploma.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para, e na sequência da primeira da intervenção do Deputado José Ávila, eu não pus em causa que tivesse havido qualquer bloqueio da Comissão de Economia relativamente a essa questão. Apenas registei o facto de achar estranho que relativamente a uma alteração orçamental não ter sido ouvido um Membro do Governo. Só isso!

Porque de facto aquilo que é usual é pelo menos um Membro do Governo ser ouvido. Foi apenas este registo.

A Comissão decidiu e decidiu bem. Agora, o que me parece é que é importante que alguns esclarecimentos sejam feitos aqui, junto do Governo.

Apenas isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não querendo continuar a insistir nesta tecla, digamos, mas como membro da Comissão da Economia deixar claro e reiterar a afirmação feita pelo Sr. Deputado José Ávila de que na realidade nenhum partido propôs a audição de nenhum governante, mas era o que mais faltava que algum partido ou algum deputado ou deputada desta Casa estivesse impedido neste plenário de pedir ao Governo os esclarecimentos que muito bem entender sobre um diploma, seja este ou qualquer outro que esteja em análise.

Portanto, reiterando a afirmação do Sr. Deputado José Ávila, penso que não tenho que me justificar pelo facto de ter pedido esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional do Mar, ...

Deputado José Ávila (PS): Não!

A Oradora: ... que aliás penso que está aqui para os dar, porque senão não tinha necessidade de cá estar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos, de facto, há qualquer coisa de estranho aqui, porque não foi o Membro do Governo à Comissão, digamos que aqui houve algumas questões que foram colocadas com grande ou pouco fundamento, mas que um deputado tem toda a legitimidade para as fazer.

Julgo que aquilo que é exigível é que o Governo, que o Sr. Secretário Regional, diga qualquer coisa.

Diga: “Oh, Sr. Deputado, não tem razão. Vá ler melhor a Proposta.”
Qualquer coisa! Sei lá ... mas diga!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado aos Srs. Deputados que expressaram apoio pela Proposta, pelas manifestações de voto e também pelo parecer favorável que a Comissão de Economia emitiu.

Não tenho comentário a fazer sobre o funcionamento da Comissão. Irei sempre à Comissão de Economia com todo o gosto, sempre que me convidarem e também farei os esclarecimentos aqui em sessão plenária. Nas raríssimas oportunidades que tenho de discutir os meus assuntos faço-o com gosto especial e estava apenas a guardar-me para colher mais alguns contributos e não para me esquivar às perguntas.

Pergunta a Sra. Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda, sobre o *timing*.

Entendo porque o faz, porque entretanto estamos a discutir já em setembro esta Proposta. Eu avancei-a, como calcula, mais cedo no ano e como sabe a tramitação que o procedimento seguiu, o orçamento da Região neste caso também está válido até 31 de dezembro e, portanto, é uma altura tão oportuna como outra e para a Região um dos aspetos fundamentais de ter um pacote de incentivos fiscais que possa anunciar para o exterior logo que ele esteja completamente implementado (e já o estava parcialmente com a alteração ao Decreto Regulamentar Regional dos benefícios fiscais que referi na minha apresentação inicial) prende-se com podermos já começar a cativar potenciais investidores estrangeiros, nacionais e regionais chamando atenção para o tema.

Dá-se o caso de anualmente, nas áreas da biotecnologia marinha, haver uma grande conferência internacional que reúne umas centenas de empresários do setor e que ocorre no mês de outubro, portanto, é particularmente oportuno nós, que mandamos uma delegação (infelizmente não serei eu a presidir à delegação regional este ano, mas

irá o Sr. Diretor Regional dos Assuntos do Mar) poderemos anunciar de fresco esta aprovação.

Portanto, em parte é a única razão pela qual poderia o Governo Regional ter alguma pressa ou vontade de resolver o assunto. Não temos nenhuma outra pressa especial, não há nenhuma outra agenda a não ser implementar uma medida que nos parece bondosa ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Será?!

O Orador: ... e que já tinha sido proposta, como lhe digo, há alguns meses pelo Governo.

Ao Sr. Deputado Aníbal Pires do PCP tenho que pedir um esclarecimento sobre a pergunta, porque não entendi a leitura que faz da proposta de alteração que está a ser feita.

A referência às outras ilhas e aos 400 mil euros está aqui porque mantivemos o número 2 e, portanto, não há nenhuma alteração a ilhas. A proposta que está a ser feita agora é independente da localização. Portanto, qualquer projeto de investimento em qualquer ilha que tenha um investimento mínimo de 200 mil euros e cumpra depois esta disposição de ter 10% de investimento afeto a investigação científica poderá concorrer ao regime de benefícios fiscais, desde que cumpra depois os critérios desse regime de benefícios fiscais que têm a ver com criação de emprego.

Lamento, vou ter que pedir que intervenha uma vez mais caso não lhe esteja a explicar ou se a clarificação está feita ao explicar que não há nenhuma agenda, nem nenhum destinatário para nenhuma destas medidas, a não ser criar um valor mais baixo, cerca de metade do que estava previsto anteriormente, e aplicável igualmente a toda a Região.

A questão dos 10% aplica-se particularmente nesta área que é uma área intensa do ponto de vista do conhecimento e da ciência, portanto, faz sentido aqui mais do que em termos genéricos qualquer projeto com notória e relevância estratégica que é o termo que está a ser usado para os outros projeto para os benefícios fiscais. Aqui, em particular, na aquacultura e na biotecnologia marinha faz sentido criar-se esta disposição.

Peço-lhe desculpa se não estou a responder, mas creio que temos tempo amplo para continuar o debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, preciso aqui de facto de mais um esclarecimento.

A importância desta atividade na Região é também considerada pelo PCP, aliás, em sede de orçamento e de plano de investimento já tivemos oportunidade de propor verbas para a aquacultura e sabendo-se também a importância da investigação nestas áreas, da aquacultura e também da biotecnologia marinha, julgamos é o seguinte (e é isso que eu quero perceber): está-se aqui a atribuir um valor de 200 mil euros, para projetos até 200 mil euros, que afetem 10% desses 200 mil euros à investigação?

É isso não é?

É isso, o que resulta apenas em 20 mil euros. Para quem quer investir tanto na investigação em termos da aquacultura e da biotecnologia parece-me pouco, ou então se é a leitura de que este valor dos 200 mil é apenas para o facto de se alargar a todas as ilhas e que outros valores

superiores para outras ilhas também são considerados, se tiverem lá 10% para o apoio à investigação científica, ...

Deputado André Rodrigues (PS): A partir de 200 mil euros!

O Orador: ... que me parece que não é isso (que me parece que não é isso!), os tais 200 mil euros, se não estou aqui a falhar no cálculo do valor da percentagem dos 10% sobre 200 mil, são apenas 20 mil, e a majoração, ou melhor, os apoios a benefícios fiscais é para apoios até 200 mil.

Quer dizer que um projeto de 100 mil euros pode afetar apenas 10 mil euros a um projeto de investigação. Parece-me que é muito pouco, Sr. Secretário!

Agora, queria ver isto melhor esclarecido, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, o valor de 200 mil euros é um valor mínimo acima do qual um projeto poderá beneficiar ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um valor mínimo, disse?

O Orador: É um valor mínimo.

E o valor de 10% é um valor mínimo. Portanto, um projeto pode alocar não 100%, que tem de ter atividades produtivas, mas um valor mais alto. O projeto pode ter 2 milhões e não 200 mil. Portanto, é um valor mínimo.

Continuo a não entender a ligação que faz com as ilhas, porque como lhe digo é um projeto irrelevante do ponto de vista das ilhas. Portanto, qualquer projeto, em qualquer ilha ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tudo bem!

O Orador: ... que seja superior a 200 mil euros e tenha mais 10% ou mais de investimento em atividades de investigação é ilegível para o quadro de benefícios fiscais.

Portanto, o valor pode ser 20 mil euros no pior dos casos, no projeto que está em cima do valor mínimo usando a percentagem mínima, e aí sim teria 20 mil, mas pode ter 200 mil euros e ter uma percentagem mais elevada. Não pode é ter uma de 9% e um valor de 199 mil euros.

Qualquer um destes dois critérios o eliminará do acesso ao pacote de benefícios fiscais.

Creio que isso esclarece o universo de projetos que estamos a referir, mas tentarei perceber melhor a sua dúvida.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda não percebi, Sr. Secretário! Isto está um bocado complicado!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Secretário, de facto os 10% é um valor mínimo, está aqui dito claramente, escrito claramente.

Não percebo, e peço que me esclareça, é como é que os 200 mil é um valor mínimo.

Deputado André Rodrigues (PS): Tens que ler o n.º 1!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Está aí!

O Orador: Lendo o artigo? Então eu leio, Sra. Secretária, eu leio.

“Em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo, determina-se que são considerados relevantes tendo em vista a concessão de benefícios fiscais em regime contratual os projetos de investimento em unidades produtivas de valor superior a 2 milhões e que tenham a reconhecida e notória relevância estratégica para a economia regional.”

E depois diz assim: “O limite previsto no número anterior é de:

a) € 400.000,00 nas ilhas do Corvo, Flores, Faial, (...)”...

Deputado André Rodrigues (*PS*): Valor superior!

O Orador: A questão é a seguinte: introduz-se aqui ...

Deputado André Rodrigues (*PS*): Não é superior a 400 mil, é superior a 200 mil!

O Orador: ... uma alínea para a aquacultura e para a biotecnologia e na minha opinião não está claro que o valor desse investimento possa ser os tais 2 milhões de euros. É só isso, Sr. Secretário, porque cria aqui ...

Deputado André Rodrigues (*PS*): Pode ser 4 ou pode ser 10 milhões!

O Orador: ... uma situação específica para a aquacultura e para a biotecnologia e atribui-lhe ali um valor de 200 mil para todas as ilhas.

Deputado André Rodrigues (*PS*): Mínimo!

O Orador: Portanto, para mim não está claro que um projeto de investigação, um projeto de investimento em áreas produtivas, por exemplo, para a aquacultura e para a biotecnologia, que de 2 milhões de euros esteja incluído aqui.

Já percebeu, Sr. Secretário?

É que eu ainda não. Ainda não a proposta do Governo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O problema é que o senhor ainda não percebeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra para esclarecer.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, vou ler-lhe o que está no artigo 30.º, no artigo 30.º, que se refere a estes benefícios.

“O universo coberto são projetos de investimento em unidades produtivas de valor superior a 2 milhões”. Caso geral. Depois há exceções a isto que vêm no n.º 2 e deixe-me fazer, em aparte, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Tem a ver com a localização!

O Orador: Não, não!

Tinha a ver com a localização, passou a ter a ver com dois outros critérios. Um, alínea a), a localização; dois, alínea b), o setor de atividade em que se encontram e há regras diferentes.

O valor de 2 milhões transforma-se em 200 quando o setor de atividade se puder enquadrar em aquacultura ou biotecnologia marinha.

Portanto, este, no meu entendimento, é não só o espírito do legislador, como a letra do que aqui está também, mas se entende que há outra maneira de redigir a alínea b) para ser mais claro do que isto que está aqui, que não vejo outra forma, admito que possa estar a ver mal, estou perfeitamente aberto a aceitar propostas de alteração de como redigir a alínea b) para se cumprir exatamente o objetivo que é, no caso de se um

projeto na área da aquacultura ou da biotecnologia marinha, o valor mínimo não ser 2 milhões de euros e passar a ser 200.

Não vejo forma mais clara de dizer isto, mas aceito sugestões de redação alternativa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires dispõe apenas de um minuto para ...

Sra. Deputada Zuraída Soares é para se inscrever?

Deputada Zuraída Soares (BE): É para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo regimental.

Será concedido e encerraremos também por hoje os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 com a Agenda.

Eram 19 horas e 10 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Henrique Parece Batista

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado **da Costa**

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Plantações de vinhas, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma Organização Comum dos Mercados dos Produtos Agrícolas, e os procedimentos administrativos para a gestão e controlo do potencial vitícola, no plantio e na cultura da vinha qualquer que seja a categoria da sua utilização - MAM - (Reg. DL 373/2015) – n.º 200/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 10

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 22;

Assunto: Uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 21/2005, de 17 de março, procede à primeira alteração à Lei n.º 7/200/, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas - MAM - (Reg. DL 254/2015).- n.º 201/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 16

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 29;

Assunto: Procede à regulamentação da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas. MAM - (Reg. DL 255/2015) - n.º 202/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 16

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 29;

Assunto: Visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, de 24 de setembro,

relativo à ocisão dos animais criados ou mantidos para a produção de alimentos, lá. peles, peles com pelo ou outros produtos, bem como à ocisão de animais para efeitos de despovoamento e operações complementares - MAM - (Reg. DL 265/2015). – n. ° 203/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 29;

Assunto: Estabelece as normas de execução do disposto no artigo 151.º do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que determina a obrigatoriedade de comunicação das entregas mensais da quantidade de leite cru de vaca, adiante designado leite, por parte dos primeiros compradores de leite - MAM - (Reg. DL 388/2015.– n. ° 204/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 07 – 29;

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável à classificação e gestão de áreas marinhas protegidas no solo e subsolo marinho e na coluna e superfície da água - MAM (Reg. DL 329/2015).- n.º 206/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 08 – 05;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade - MAOTE - (Reg. DL 437/2015) n.º 207/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 08 – 05;

Assunto: Aprova o modelo de contabilidade dos serviços de registo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., regulando os respetivos fluxos financeiros - M. Justiça - (Reg. DL 427/2015). – n.º 208/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 08 – 05;

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável ao aproveitamento da energia geotérmica, para efeitos de climatização, produção de águas quentes sanitárias e produção de energia elétrica - MAOTE - (Reg. DL 397/2015). – n.º 209/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 08 – 28

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 16;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios - MAI - (Reg. DL 514/2015). – n.º 210/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 09 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 16.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Estabelece as condições de funcionamento das instalações de gases combustíveis em edifícios, e dos aparelhos que estas abastecem, define as obrigações e as responsabilidades dos titulares da propriedade e do uso das referidas instalações e aparelhos, e cria um sistema de supervisão das atividades de projeto, de execução, de manutenção e de inspeção das instalações de gás e da instalação de aparelhos a gás e de redes de gás - MAOTE - (Reg. DL 197/2015). – n.º 205/X

Proveniência: Presidência de Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 07 – 17

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 08 – 10;

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estabelece a proibição do abate de animais errantes na Região Autónoma dos Açores – n.º 53/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA. – n.º 54/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 07 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27 – “Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo” - Novo texto](#)

Proveniência: Associação de Mordomos das Festas Tradicionais da Ilha Terceira

Data de Entrada: 2015 – 07 – 15;

Comissão: Assuntos Sociais

Assunto: [Estabelece a proibição na Região Autónoma dos Açores da comercialização, manuseamento, armazenamento, utilização ou libertação no meio ambiente de todos os compostos que contenham Glifoso – n.º 55/X](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27;

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: [Alterações ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário - n.º 56/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 07 – 28;

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: [Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional - Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 28;

Comissão: Assuntos Sociais.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Licenciamento e fiscalização de unidades de internamento e de equipas de apoio da rede de cuidados continuados integrados – n.º 54/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Terceira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A de 7 de Janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015 - n.º 55/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de junho, que estabelece o regime jurídico do transporte coletivo de crianças - n.º 56/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Terceira alteração do DLR n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo DLR n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, e pelo DLR n.º 33/2010/A, de 18 de novembro - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA) - n.º 57/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Altera o Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores – n.º 58/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores – n.º 59/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 29

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04:

Assunto: Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o Regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, e o Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional – n.º 60/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 21.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional o Desenvolvimento Urgente do Processo de Construção de Novas Instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação - n.º 130/X](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 07 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 04.

5 - Propostas de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016 – n.º 14/X](#)

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2015 – 08 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 09 – 09.

6 – Petição:

Assunto: Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores - n.º 41/X

Proveniência: Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba

Comissão: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 07 – 28

AGUARDA ADMISSIBILIDADE.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Loteamentos Concelho de Ponta Delgada](#)

Autores: Cláudio Almeida, Paulo Parece e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 10

Referência: 54.03.02 – N.º 433 /X;

Assunto: [Pagamentos em atraso nos cursos de PROFIJ](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 13

Referência: 54.03.03 – N.º 434/X;

Assunto: [Sata garante boa resposta nas ligações com o Faial?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 15

Referência: 54.03.07 – N.º 435/X;

Assunto: [Programa “Percurso”](#)

Autor: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 17

Referência: 54.06.03 – N.º 436/X;

Assunto: [Autorizações para a “correção populacional” de plantas endémicas](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 20

Referência: 54.04.00 – N.º 437/X;

Assunto: [Transporte de aves de coleção para exposições e mostras na RAA](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 20

Referência: 54.04.00 – N.º 438/X;

Assunto: [Atos Inspetivos dos Planos de Atividades da Inspeção Administrativa Regional](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 439/X;

Assunto: [Lista de edifícios públicos com Amianto](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27

Referência: 54.06.00 – N.º 440/X;

Assunto: [Atribuição dos direitos individuais ao prémio à vaca aleitante](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 441/X;

Assunto: [Funcionamento da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 442 /X;

Assunto: [A bárbara discriminação a que o Governo Regional está a submeter a ilha do Corvo no âmbito das ligações aéreas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 443 /X;

Assunto: [Certificação das Termas Regionais](#)

Autores: Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 444 /X;

Assunto: [Construção das rampas para navios ro-ro e ferry no Porto das Pipas e no Porto da Calheta.](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 03

Referência: 54.01.00 – N.º 445/X;

Assunto: [Ampliação do Porto das Poças na ilha das Flores.](#)

Autores: Bruno Belo e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 04

Referência: 54.03.08 – N.º 446/X;

Assunto: [Serviço de Fisioterapia na ilha do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 447/X;

Assunto: [Falta de médicos na urgência em São Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05

Referência: 54.02.05 – N.º 448/X;

Assunto: [Centro de Radioterapia dos Açores](#)

Autor: Luís Maurício dos Santos (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 449/X;

Assunto: [Governo atual desinveste nas Casas dos Açores](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 450/X;

Assunto: [Quando vai afinal ser reparada a avaria no Bloco operatório do Hospital da Horta?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 451/X;

Assunto: [Direção da Aerogare Civil das Lajes](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 19

Referência: 54.03.03 – N.º 452/X;

Assunto: [Reestruturação Financeira de 147,5 milhões de euros](#)

Autor: António Marinho (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 20

Referência: 54.03.070– N.º 453/X;

Assunto: [Obras na EBS Vitorino Nemésio \(2\)](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 27

Referência: 54.03.03 – N.º 454/X;

Assunto: [Violação da Zona Especial de Proteção das Lajes do Pico](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 08 – 28

Referência: 54.06.06 – N.º 455/X;

Assunto: [Pagamentos às associações de bombeiros voluntários](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 09 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 456/X;

Assunto: [Processo de Inquérito ao Diretor e Auditoria ao Museu de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 09 – 08

Referência: 54.03.03 – N.º 457/X.

8 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Casa Rui Galvão de Carvalho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Referência: 54.03.02 – N.º 274 /X;

Assunto: [Transferência para a UAÇ das verbas aprovadas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 429 /X;

Assunto: [Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores Públicos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 99/X;

Assunto: [Porto das Velas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.04.05 – N.º 361 /X;

Assunto: [Atraso nos pagamentos às Associações de Bombeiros Voluntários \(IV\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 368 /X;

Assunto: [Deslocação de doentes demorada no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.03.07 – N.º 376 /X;

Assunto: [Ligações Aéreas para as Ilhas do Faial e Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 394 /X;

Assunto: [Terreno nas Furnas Expropriados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 21

Referência: 54.06.02 – N.º 414 /X;

Assunto: [Acessos à freguesia da Fajãzinha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27

Referência: 54.06.08 – N.º 424 /X;

Assunto: [O caderno de encargos referente ao concurso público internacional para a concessão das ligações aéreas inter-ilhas.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 27

Referência: 54.07.00 – N.º 432 /X;

Assunto: [Cumprimento da Carta Regional das Obras Públicas do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 29

Referência: 54.03.07 – N.º 310 /X;

Assunto: [Centro de Radioterapia dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 29

Referência: 54.01.02 – N.º 377/X;

Assunto: [Situações que podem colocar em causa a segurança pública](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30

Referência: 54.03.07 – N.º 386 /X;

Assunto: [Estado do Complexo Ambiental da Lagoa das Sete Cidades](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 408 /X;

Assunto: [Radares meteorológicos nos Açores](#)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 404/X;

Assunto: [Situação de mercado da Sinaga](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 31

Referência: 54.03.02 – N.º 405/X;

Assunto: [Atraso no pagamento de retroativos a professores contratados \(2\).](#)

Data de Entrada: 2015 – 07 – 31

Proveniência: Governo

Referência: 54.03.00 – N.º 416 /X;

Assunto: [Loteamentos Concelho de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 07 – 31

Referência: 54.03.02 – N.º 433 /X;

Assunto: [Energia Geotérmica na Terceira.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 03

Referência: 54.03.03 – N.º 403 /X;

Assunto: [Operacionalidade dos navios da Transmaçor no porto de São Roque do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 03

Referência: 54.03.06 – N.º 411/X;

Assunto: [Obras na EBS Vitorino Nemésio](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05

Referência: 54.07.03 – N.º 397/X;

Assunto: [Cancelamentos na operação de navios de cruzeiro no novo cais do Porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 415/X;

Assunto: [SATA garante a continuidade do projeto RISE no aeroporto da Horta?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 10

Referência: 54.03.07 – N.º 419/X;

Assunto: [Transporte de aves de coleção para exposição e mostras na RAA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 10

Referência: 54.04.00 – N.º 438/X;

Assunto: [Apoio às Casas dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 347/X;

Assunto: [O Governo Regional Prejudica Gravemente a Ilha do Corvo no âmbito das acessibilidades aéreas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 11

Referência: 54.07.08 – N.º 428/X;

Assunto: [Programa “Percursos”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 11

Referência: 54.06.03 – N.º 436/X;

Assunto: [Horários da SATA para o próximo verão IATA prejudicam a Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 11

Referência: 54.03.04 – N.º 194/X;

Assunto: [Eletricidade](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 378/X;

Assunto: [Centro Público Internacional das Ciências do Mar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 430/X;

Assunto: [Financiamento dos polivalentes de Pedro Miguel e da Feteira na ilha do Faial – Questões por responder e esclarecer](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 417/X;

Assunto: [Licenciamento de um posto de combustível e depósito de gás junto a residências e Centro de Saúde em Santa Cruz da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 13

Referência: 54.03.04 – N.º 301/X;

Assunto: [Novos Protocolos com regiões de interesse estratégico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 319/X;

Assunto: [Intervenções na rede viária regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 372/X;

Assunto: [Informação APM, ATA e AAFTH](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 402/X;

Assunto: [Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 21

Referência: 54.01.07 – N.º 385/X;

Assunto: [Análise da situação em que se encontra a alimentação escolar no âmbito do sistema educativo regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 08 – 21

Referência: 54.07.00 – N.º 423/X;

Assunto: [Atraso no pagamento a instituições de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 10 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 418/X.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a prorrogação do prazo para apresentação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo SATA, por mais 90 dias, devido ao número de inquirições a realizar no âmbito dos Trabalhos da Comissão

Proveniência: Os Deputados do PSD, CDS-PP, BE e PPM, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraída Soares, Aníbal Pires, Paulo Estêvão, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Jorge Macedo, Graça Silveira e Ana Espínola

Data de Entrada: 2015 – 07 – 07;

Assunto: Ofício a enviar Relatório do Conselho das Finanças Públicas - Evolução económica e orçamental até ao final do 1.º trimestre de 2015

Proveniência: Gabinete do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2015 – 07 – 09;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Congratulação

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Francisco Pacheco Rego Costa

Data de Entrada: 2015 – 07 – 10;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico, a enviaras verificações internas de contas de gerência, e abaixo indicadas:

- Relatório n.º 18/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14 - 404VIC3) – “Município de Ponta Delgada”;
- Relatório n.º 19/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14 - 405VIC3) – “Município de Angra do Heroísmo”;
- Relatório n.º 21/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14 - 426VIC3) – “Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária e Secundária de Vila Franca do Campo”;

- Relatório n.º 22/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14 - 428VIC3) – “Fundo Escolar da Escola Secundária de Lagoa”;
- Relatório n.º 23/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 14 - 439VIC3) – “DUNDOPESCA – Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores”

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do voto de pesar pelo falecimento do Padre José Maria do Rego Almeida

Proveniência: Diocese de Angra

Data de Entrada: 2015 – 07 – 15;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar "Tributo à memória de todas as vítimas que tiveram o Mar Mediterrâneo como sua última morada", aprovado, por esta Assembleia

Proveniência: O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker

Data de Entrada: 2015 – 07 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de DLR n.º 46/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A - (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais) – FUNDOPESCA

Proveniência: PSD CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 07 – 24;

Assunto: Documentos de prestação anual de contas do setor público empresarial regional relativo a 2014

Proveniência: Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2015 – 08 – 07;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do nosso ofício de 15 de julho transato e informar que o mesmo foi dado conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República

Proveniência: Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2015 – 08 – 10;

Assunto: Pretende formular oralmente perguntas ao Governo Regional sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 09 – 04;

Assunto: Objeto das perguntas a formular ao Governo Regional, em conformidade com o ofício entregue anteriormente

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 09 – 10;

10 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o instrumento de investimento territorial integrado relativo ao mar - n.º 302/2015 - n.º 195/X-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, transpondo a Diretiva n.º 2013/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio, e que revoga a Decisão 2009/603/CE, da Comissão - n.º 369/2015 – n.º 193/X-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151 - B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente -. n.º 370/2015 – n.º 196/X-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 07 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece o regime jurídico aplicável à classificação e gestão de áreas marinhas protegidas no solo e subsolo marinho e na coluna e superfície da água - MAM \(Reg. DL 329/2015\)” – n.º 206/X -OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05;

Assunto: [Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade - MAOTE - \(Reg. DL 437/2015\)” – n.º 207/X-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 08 – 05;

Assunto: [Proposta de resolução n.º 14/X – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 08 – 10;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 09 – 09;

Assunto: [Proposta de Lei - Aprova o regime do sistema de informação da República Portuguesa – n.º – n.º 345/XX/4 – n.º 170-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 07 – 14;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as condições de funcionamento das instalações de gases combustíveis em edifícios, e dos aparelhos que estas abastecem, define as obrigações e as responsabilidades dos titulares da propriedade e do uso das referidas instalações e aparelhos, e cria um sistema de supervisão das atividades de projeto, de execução, de manutenção e de inspeção das instalações de gás e da instalação de aparelhos a gás e de redes de gás – n.º 205-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 08 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo 57/X – Terceira alteração ao DLR n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo DLR n.º 33/2010/A, de 18 de novembro – Sistema Integrado de gestão e Avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores \(SIADAPRA\)](#)

Proveniência: Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 09 – 09;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o regime jurídico a que devem obedecer as práticas de publicidade em saúde desenvolvidas por quaisquer intervenientes, de natureza pública ou privada, sobre as intervenções dirigidas à proteção ou manutenção da saúde ou à](#)

[prevenção e tratamento de doenças, incluindo oferta de diagnósticos e quaisquer tratamentos ou terapias, independentemente da forma ou meios que se proponham utilizar. - M. Saúde - \(Reg. DL 334/2015\) – n.º 198-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 07 – 15;

Assunto: [Projeto de Resolução 118/X – Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 08 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 123/X – Recomenda ao Governo Regional a realização de um Estudo sobre a Problemática da Toxicodependência](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 08 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 126/X - Qualidade Nutricional das Refeições Escolares](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 08 – 07;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – Programa de Incentivo ao consumo de peixe dos Açores nas cantinas do Sistema Educativo Regional.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 08 – 07;

Assunto: [Petição n.º 36/X - Não ao Encerramento da EB1/JI Infante D. Henrique - Escola do Alto das Covas](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 07;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional 54/X – “Licenciamento e fiscalização de unidades de internamento e de equipas de apoio da rede de cuidados continuados integrados”](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 08;

Assunto: [Anteproposta de Lei n.º 16/X – Programa especial de apoio social para a ilha Terceira](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 08;

Assunto: [Petição n.º 30/X - Centralização dos serviços de urgência da ilha do Pico no concelho da Madalena](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 08;

Assunto: [Projeto De Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – “Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo”](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11;

Assunto: Estabelece as definições, denominações, requisitos de qualidade, regras de rotulagem e formas de acondicionamento a que deve obedecer a batata para consumo humano da espécie *Solanum tuberosum* L, e dos seus híbridos destina a ser comercializada e consumida no estado fresco, com exclusão das batatas de conservação destinadas à transformação industrial, assim como o respetivo regime sancionatório - MAM - (Reg. DL 341/2015) – n.º 197/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 22;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Para plantações de vinhas, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma Organização Comum dos Mercados dos Produtos Agrícolas, e os procedimentos administrativos para a gestão e controlo do potencial vitícola, no plantio e na cultura da vinha qualquer que seja a categoria da sua utilização - MAM - (Reg. DL 373/2015) – n.º 200/X - OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 23;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero

Nacional, bem como ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos do petróleo - MAOTE - (Reg. DL 336/2015) – n.º 199/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 28;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1099/2009 do Conselho, de 24 de setembro, relativo à omissão dos animais criados ou mantidos para a produção de alimentos, lã, peles com pelo ou outros produtos, bem como à omissão de animais para efeitos de despovoamento e operações complementares - MAM - (Reg. DL 265/2015) – n.º 203/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Procede à regulamentação da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas. MAM - (Reg. DL 255/2015) – n.º 202/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 21/2005, de 17 de março, procede à primeira

alteração à Lei n.º 7/200/, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas - MAM - (Reg. DL 254/2015) – n.º 201/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Estabelece as normas de execução do disposto no artigo 151.º do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que determina a obrigatoriedade de comunicação das entregas mensais da quantidade de leite cru de vaca, adiante designado leite, por parte dos primeiros compradores de leite - MAM - (Reg. DL 388/2015 – n.º 204/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 07 – 30;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei - Aprova o modelo de contabilidade dos serviços de registo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., regulando os respetivos fluxos financeiros - M. Justiça - (Reg. DL 427/2015) – n.º 208

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 08 – 07;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/X– Terceira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 09;

Assunto: [Petição n.º 40/X - Solicitação para alteração legislativa - Primeira alteração ao DLR n.º. 18/2004/A, de 13 de Maio, que adapta à RAA os Decretos-Lei n.ºs. 550/99, de 15 de Dezembro, e 554/99, de 16 de Dezembro, que respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11;

Assunto: [Petição n.º 37/X - Surto do vírus DHV2 na Região Autónoma dos Açores - moção de censura](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 128/X - Redução da incidência de defeitos de qualidade nas carcaças de animais abatidos na Região](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11;

Assunto: [Decreto Legislativo Regional n.º 54/X - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 09 – 11.

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 104, 105, 106, 107, 108 e 109, bem como as Separatas n.ºs 10/X e 11/X.

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário n.º 103 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A redatora, Ana Sofia Machado